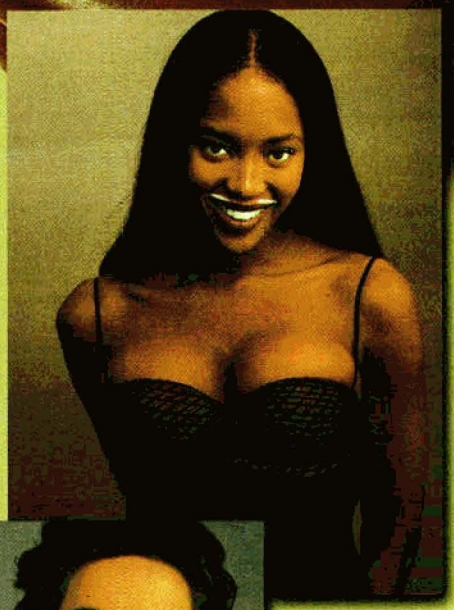
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL 15 – Nº 8 – 15 DE AGOSTO DE 1995 – R$ 5,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV







LEITE:

A BOA IMPRESSÃO DE UMA CAMPANHA





RAZÕES E CONSEQÜÊNCIAS DA MARCHA A BRASÍLIA

CABRERA: MENOS IMPOSTOS, MAIS PRODUÇÃO

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

AGRICULTURA E O REAL

IABAG X TR = PREJUÍZO

AGROANALYSIS

100
MAIORES
DO AGRIBUSINESS

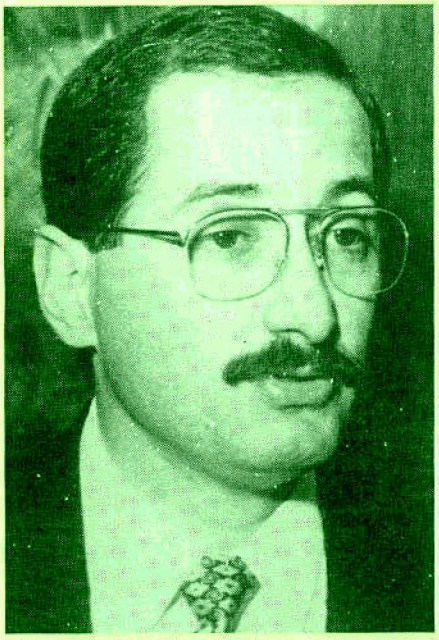
Na edição de outubro, *Agroanalysis* apresentará, pela segunda vez no Brasil, a análise do desempenho do setor agroindustrial, apontando as 100 maiores empresas do agribusiness brasileiro.

RESERVE JÁ SEU ESPAÇO

Circulação: 15 de outubro de 1995 — Reserva de espaço: 15 de setembro
Entrega dos fotolitos: 2 de outubro

Para anunciar ligue:
Telefones: (021) 536-9269 – 536-9197— Fax (021) 536-9207
(021) 536-9196 — 551-0698

O agricultor precisa de crédito, o governo de credibilidade



Antônio Cabrera

Ele chegou a Brasília há quatro anos, como empresário, e saiu de lá há dois, como um dos mais populares ministros da Agricultura dos últimos anos. Com apenas 30 anos, Antônio Cabrera se viu com a pasta da Agricultura nas mãos de forma inesperada. Ele fora tentar obter uma audiência com o então ministro da Justiça, Bernardo Cabral, para conseguir a liberação dos cruzados novos bloqueados dos produtores rurais, para pagamento dos bóias-frias. O ministro o encaminhou ao então presidente e Cabrera ficou sabendo horas depois, pela tevê, que era o novo ministro da Agricultura. O susto passou logo e este típico produtor rural, formado em medicina veterinária pela Unesp de Jaboticabal, no interior de São Paulo, dono de fazendas em São Paulo e Goiás e criador de búfalos, tratou de colocar em prática seu estilo de administrar. Primeiro liberou os cruzados novos dos produtores e os empregados receberam seu pagamento. Depois lançou o ministério "pé na terra", visitando uma cidade do interior por mês, brigou pela Lei Agrícola, que acabou sendo quase totalmente vetada pelo presidente Collor e colocou em funcionamento um esquema de marketing *que lhe garantiu a imagem de homem dinâmico e prático — apesar da frustração da safra e das críticas à política agrícola então vigente.*

Religioso a ponto de ter sempre uma Bíblia em seu gabinete, atualmente localizado na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da qual é o secretário titular, Cabrera sabe que tem pela frente um desafio e tanto. Se não bastasse a atual crise da agricultura, por ele considerada a pior da história brasileira recente, ele também lida com os problemas de seu estado, que enfrenta uma crise financeira sem precedentes. Aos 35 anos, acha que as crises fazem as oportunidades e que o setor agrícola pode mobilizar-se e brigar por metas comuns de curto e longo prazos. Leia-se: fim da TR (taxa referencial) e uma política agrícola mais coerente e de longo prazo, respectivamente.

Para ele, o governo simplesmente não se deu conta de que o Real está baseado mais na "âncora verde" do que na cambial e que as políticas que vêm sendo adotadas poderão levar a uma queda significativa na próxima colheita. "Juros altos, prato vazio", assegura. A seu ver, os três fatores que hoje atuam conjuntamente sobre a agropecuária — juros, tributação excessiva e defasagem cambial — são fatais para o setor. Nesta entrevista à Agroanalysis, *ele fala de seus planos à frente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da busca de recursos e das tentativas de reduzir impostos no estado, dentro do atual quadro da agricultura brasileira.*

■ *Quais as propostas de política agrícola da Secretaria da Agricultura para o estado de São Paulo?*

— A secretaria está concentrando esforços nas áreas consideradas essenciais, como pesquisa agropecuária, fiscalização de insumos e defesa animal e vegetal. O que queremos, em suma, é centrar as ações em atividades-fim e não em atividades-meio. Queremos um conselho municipal de agricultura com participação das secretarias estadual e municipal, funcionários, produtores e trabalhadores, e esse conselho é que formulará a política agrícola para o município. A municipalização é um dos meus carros-chefes. Além disso, estamos lançando programas como o do novilho precoce, reduzindo o ICMS em até 50% e iniciando um programa de eletrificação rural, porquanto, embora São Paulo seja o estado mais rico da Federação, mais da metade das propriedades ainda não tem energia elétrica. Outros projetos são o de telefonia rural, o de irrigação e o de microbacias,

para o qual estamos demandando recursos do Banco Mundial.

■ *Nesse ponto São Paulo está atrasado em relação a outros estados, como Paraná e Santa Catarina?*

— Muito. Quem for a esses estados vai ver a diversificação que se tem em termos de microbacias preservadas. Mesmo quem não é agricultor pode ver a diferença, pois isso envolve a conservação de estradas, de matas ciliares, cuidados com a erosão. E trata-se de um problema muito sério, pois, na média, para cada quilo de soja que produz, São Paulo perde 10kg de solo fértil. Nós estamos literalmente acabando com o nosso solo. Esse programa de microbacias vai ter recursos do Banco Mundial, algo como US$126 milhões, e há cerca de 40% dos municípios paulistas já com projetos de microbacias prontos para serem implementados.

■ *Qual é a importância da agricultura para o governo do estado? Que fontes de recursos podem ser mobilizadas?*

— A maior parte das dificuldades que temos hoje na agricultura é de responsabilidade do governo federal, principalmente no que diz respeito à taxa de juros. Agora, apesar da situação financeira de São Paulo, o primeiro setor que teve redução de impostos foi o da agropecuária, no segmento de carne. Estamos falando de um estado que está quebrado, numa busca desesperada de recursos, e de um governo que resolveu bancar e garantir a isenção na carne. Isso demonstra que esse governo veio para tentar recuperar a nossa agricultura. Com relação aos recursos para os projetos, o de microbacias está garantido pelo Banco Mundial. Quanto aos outros, teremos que ser criativos, enquanto não entram os recursos das privatizações. Temos até mesmo uma proposta sendo discutida com o governo do estado, de equalização das taxas de juros nos financiamentos. A diferença o estado bancaria, para garantir condições de plantio para o produtor. Pode parecer um contrasenso, dada a crise do estado, mas isso gera aquecimento da economia, mais arrecadação e empregos.

■ *O Banespa possui um reconhecido papel no financiamento da agricultura do estado. Em fase de intervenção, o que muda nas diretrizes do banco com relação à agricultura?*

— Nós ficamos sem o braço, ou sem a perna operacional da secretaria. Ela é hoje como um saci-pererê. Há idéias, projetos, mas não temos um instrumento para ajudar a financiar as atividades. Conseguimos, por exemplo, a promessa de recursos do BNDES para o projeto de eletrificação rural, mas as negociações pararam, pois não temos o agente financiador, que era o Banespa. E esse projeto já previa a equalização de juros, porquanto aqueles praticados pelo Banco de Desenvolvimento são mais baixos em relação ao mercado, mas ainda incompatíveis com a agricultura. Para se ter idéia do estado das coisas, para que o BNDES libere o dinheiro, o balanço do Banespa teria que ter sido publicado. Com a intervenção, não foi e não temos previsão de quando será. Estamos de mãos atadas.

O Real hoje está baseado não em uma âncora cambial, mas na "âncora verde".

■ *Como a falta de previsibilidade das regras econômicas, de que é exemplo a variação das tarifas, afeta as metas estabelecidas pela secretaria, tanto em São Paulo como em outros estados?*

— Há um velho ditado na agricultura que diz o seguinte: o agricultor precisa de crédito, o governo de credibilidade. Essas mudanças nas regras fazem com que o governo perca credibilidade, não só junto ao mercado doméstico, mas também junto ao mercado externo. O Brasil é a quinta potência agrícola do planeta e nós não temos, por exemplo, bolsas de mercadorias fortes como em países sem tradição agrícola, caso da Irlanda e de Luxemburgo. É necessário que se criem mecanismos estáveis, tanto para o agricultor que está aqui dentro, como para sinalizar para fora, de forma a mostrar que as regras não vão ser mudadas abruptamente. Mas é claro também que isso afeta de modo direto nosso planejamento na secretaria. Primeiro, porque limita o próximo plantio. Vemos protestos por todos os lados e isso dificulta qualquer iniciativa. Os produtores estão em pé de guerra. Em segundo lugar, essa questão da política tarifária torna qualquer decisão difícil. Vamos estimular a laranja, a soja? Mas de que forma, se não sabemos como se comportarão a política cambial, as taxações para as importações? Sem regras estabelecidas não temos um horizonte de trabalho, assim como não temos condições de buscar dinheiro de outras fontes, como o mercado externo e as bolsas.

■ *Aliviar a taxação sobre os produtos agrícolas tem sido apontado como medida para remediar a crise atual do setor. A Secretaria de Agricultura e o governo de São Paulo estão propondo um novo mecanismo de isenção do ICMS sobre os produtos agrícolas. Quais as características desse novo mecanismo?*

— O que não queremos é ter que entrar nessa guerra fiscal, inconstitucional, que os estados vêm fazendo entre si. Isso é hoje uma erva daninha para a agropecuária de São Paulo. Se um produtor abater um boi em Goiás, ele vai pagar R$21 de ICMS. Se abater em São Paulo, vai pagar R$44. Nossa proposta, a curto prazo, é dar isenção do ICMS para a cesta básica — carne, arroz, feijão, trigo, milho e, em algumas regiões, mandioca. Isso daria um alívio ao produtor. Só conseguimos até agora aprovar a isenção de 50% para a carne. Mas temos também outra proposta, esta inovadora. Queremos incentivar a produtividade e a eficiência mediante redução tributária. Como fazer issso? Mensurando o rendimento médio das culturas nas diversas regiões produtoras. O agricultor que obtiver produtividade superior à média de sua região terá isenção sobre a parcela excedente. Por exemplo: vamos supor que a produtividade média de determinada cultura é 2 mil kg/ha. Quem obtiver, digamos, 2.500kg/ha terá a parcela excedente a 2 mil kg/ha (500kg/ha) isenta de ICMS, o que

será garantido por uma nota de isenção emitida pela Secretaria de Agricultura.

■ *Qual é a flexibilidade de que os estados dispõem para promover esse tipo de mudança e quais as principais dificuldades legais, orçamentárias e operacionais?*

— Nosso grande problema é que São Paulo tem tentado fazer tudo pela cartilha constitucional. Seria muito fácil entrar na guerra dos impostos, burlar a lei e trabalhar com impostos menores sem consultar o Confaz. Mas não queremos isso, porque é nocivo para o próprio estado a médio prazo. Apresentamos à Fazenda a proposta de isenção da cesta básica, que foi recusada. Só conseguimos fazer passar a isenção para a carne. Vamos insistir na cesta básica, mas acho que só conseguiremos vitórias quanto à redução de impostos e à reforma tributária quando conseguirmos sensibilizar a sociedade. Quando uma dona-de-casa vai a um açougue, ela está pagando 1/3 do preço em impostos. O que queremos é que ela possa comprar mais carne e menos imposto. Num país que tem mais de 30 milhões de famintos, isso é um contra-senso.

■ *Há quem diga que o futuro da agricultura brasileira é muito bom. Mas ante a crise atual, quais as medidas necessárias para garantir a transição?*

— Sempre se falou que este país era o país do amanhã. No caso da agricultura o amanhã é sempre feriado, por isso não tivemos ainda esse alvorecer. Mas a grande dificuldade da agricultura hoje, além dos problemas de tributação e defasagem cambial, é a questão da TR. Toda a propaganda do Real está sendo baseada na cesta básica, que está estabilizada. Só que quem pegou recursos no banco para produzir essa cesta básica vai quebrar. Nós não estamos sendo dramáticos, é a realidade. O produtor não tem condições de pagar mais de 70% de juros no ano. Quem produz atualmente se depara com uma dura realidade. Quem tiver uma vaca produzindo leite, fará ótimo negócio se vendê-la e colocar o dinheiro na poupança. No final do ano terá três bezerros, ao passo que, se for produzir leite, vai ter um bezerro só. O governo, portanto, privilegia, em uma escala muito grande, a especulação.

■ *Por que a agricultura acabou sendo o setor que mais pagou a conta do Real? Trata-se de uma questão política, falta poder de pressão? E os produtores estão organizados para dialogar de forma permanente com o Estado ou só agem de tempos em tempos?*

— O Real hoje está baseado não em uma âncora cambial, mas na "âncora verde". E isso porque a agricultura é realmente o setor mais fraco, já que exerce sua atividade longe dos grandes centros de decisão política. O produtor que está lá no Rio Grande do Sul não sabe, em geral, da importância de uma decisão que está sendo tomada em Brasília e que vai afetar a vida até do neto dele no futuro. Há falta de mobilização. Mas com a crise, a situação está mudando. Todos os produtores, do menor ao maior, vão estar juntos, defendendo uma política agrícola para o país. E o mais urgente é acabar com a TR. Já existe a consciência da necessidade de lutar por metas comuns. Até pelo fato de o setor estar notando o que significa não estar mobilizado. Estamos em um país que tirou o imposto do carro popular, mas não conseguimos tirar o imposto do arroz e do feijão.

O Brasil importar alimentos é a mesma coisa que a Arábia Saudita importar petróleo.

■ *Outra preocupação da classe agrícola vem do fato de que o governo dispõe de um decreto que lhe faculta zerar as tarifas de importação de produtos agrícolas, e esse decreto seria usado assim que os preços subissem. Como se pode convencer as autoridades de que essa falta de previsibilidade das tarifas é fatal para um setor já sujeito a tanta incerteza?*

— A disparidade com que o governo trata o produto nacional em relação ao importado é um problema sério, porque lá fora os produtos são subsidiados. A solução só vai surgir quando os produtores realmente se mobilizarem, e eu acredito que neste mês, quando a safra está saindo do interior e o débito no banco está apertando, o agricultor vai sentir o tamanho da encrenca em que se meteu. O setor vai se mexer e não porque queira privilégios, mas sim por desejar um tratamento justo, como qualquer outro setor. Nosso problema nessa questão das tarifas é que o governo está viabilizando a entrada de produtos subsidiados na origem e isso é concorrência desleal. Chegou-se a tal ponto que o algodão importado é posto em São Paulo sem pagar imposto, enquanto o nosso paga 13% de ICMS. Isso é coisa do país do futebol. Nunca vi nenhum país fazer coisa semelhante. É absurdo.

■ *Na sua opinião, a crise atual da agricultura é mesmo sem precedentes na história do Brasil? Qual é a verdadeira dimensão dessa crise?*

— Nunca assisti a uma crise tão forte e de tal intensidade como a atual. E isso está acontecendo porque três fatores, que às vezes atuavam isoladamente sobre o setor, agora estão pressionando em conjunto: o câmbio, os tributos e os juros. Principalmente estes últimos. Nunca o produtor pagou uma taxa tão alta como agora, em um momento em que se tem inflação baixa. A inadimplência vai ser enorme.

■ *Se o senhor fosse ministro da Agricultura neste momento, que medidas tomaria para estimular os produtores?*

— Eu iria fazer um curso com o Adib Jatene, para aprender a pedir mais recursos para o setor, ou faria um outro com a Dorothea Werneck, para descobrir como se conseguem cotas de importação, como se tem atualmente em veículos. Isso é uma brincadeira, mas serve para mostrar o tratamento diferenciado que o governo dá à agricultura. Está sendo promovida uma transferência maciça de recursos do campo para a cidade, o que não é novidade, mas desta vez estão matando a galinha dos ovos de ouro. E o governo vai ter que reverter isso. Não há como competir quando uma vaca nos EUA recebe US$1,5 mil em subsídios anuais. Ela recebe lá praticamente o que é a renda *per capita* do brasileiro. E é

um dinheiro a fundo perdido, dirigido mesmo à agropecuária. Aqui, ao contrário, tributam-se insumos, o que é inédito. Devia virar roteiro de filme do Steven Spielberg, porque é muito melhor do que o roteiro do *Parque dos Dinossauros*. Temos um governo que tributa a intenção de plantar, de produzir. O agricultor paga para correr o risco de plantar.

■ *Na sua gestão como ministro, o que foi possível fazer para tornar menor a incerteza em que vive o setor?*

— Conseguimos fazer a primeira lei agrícola do país, e essa lei estabelece o *antidumping*. A legislação foi aprovada e regulamentada com muito esforço, só que não está sendo cumprida. Nós não temos medo da alíquota zero. Mas não podemos permitir a entrada de produto subsidiado aqui dentro assim, porque é uma concorrência predatória. Sem falar na falta de lógica disso. O Brasil importar alimentos é a mesma coisa que a Arábia Saudita importar petróleo. Na época da minha gestão conseguimos colocar tributação compensatória para alguns produtos, como o leite e o trigo, mas o governo seguinte não a manteve.

■ *Neste cenário, é possível plantar uma nova safra recorde sem uma solução para as dívidas passadas? Há risco de queda de produção na próxima safra?*

— Juros altos hoje significam pratos vazios amanhã. Não há chances de plantar uma boa safra sem a resolução desses problemas. Lamento apenas que a sociedade só vá entender isso quando houver a quebra de safra do próximo ano. A prateleira vazia do supermercado é implacável. Não vai haver financista ou economista capaz de resolver isso. Aliás, não tenho nada contra economistas, mas é impressionante como eles não entendem que na agricultura não há depois: ou se planta quando é preciso, ou não se colhe.

■ *Temos, portanto, um quadro de risco de escassez de alimentos e um governo fechando o ano com possível déficit na balança comercial. A clássica solução das importações também estaria em risco?*

— O pior é o seguinte: o governo não só não vai poder bancar grandes importações de alimentos, como também, graças à sua política agrícola atual, não vai poder contar com os produtos de exportação para minimizar o estrago e compensar as possíveis compras de produtos fora. Este ano, por exemplo, nos cinco primeiros meses o Brasil deixou de exportar metade da soja que exportou no ano passado. E nós tivemos uma safra recorde. Essa soja está parada nos armazéns, não escoou. Nas nossas estimativas isso significa algo entre US$280 milhões a US$300 milhões que deixaram de entrar no país. O resultado mais visível foi a queda nas vendas dos setores ligados à agricultura. As vendas de insumos e de tratores despencaram. O governo tem que resolver o dilema do que fazer com a questão agrícola. Gastam-se cerca de US$7 bilhões em subsídios com setores como aço, Zona Franca de Manaus etc. Chegou a hora de questionar isso. O que é mais importante? Subsidiar aço ou arroz e feijão? Produzir aqui ou gastar mais importando?

Temos que sensibilizar a sociedade para o fato de que, quando uma dona-de-casa vai a um açougue, ela está pagando 1/3 do preço em impostos. Em um país com mais de 30 milhões de famintos isso é um contra-senso.

■ *Fala-se muito em economia globalizada, em internacionalização dos mercados. Como o senhor encara essa questão e o que se pode fazer para proteger a agricultura internamente?*

— A globalização pode até ser um processo irreversível, mas é necessário harmonizar os processos. O Brasil no seu processo de internacionalização, na abertura, está procurando proteger a área industrial e desfavorecendo o setor agrícola, ao mesmo tempo em que lida com países que têm a agricultura altamente protegida. É certo que um produtor de trigo do sul, se não produzir a média de 1.700 quilos por hectare, tem que mudar de atividade, reconverter sua propriedade para outras culturas como frutas, por exemplo, como já vem acontecendo. É uma questão de competitividade. Mas, ao mesmo tempo, nosso produto tem de merecer tratamento igual em termos de tributos, em relação aos outros países. Na Argentina, quando um produtor exporta soja, ele recebe uma bonificação de 5% sobre o total como incentivo à exportação. Aqui o produtor paga para exportar. Somos exportadores de impostos.

■ *Fala-se hoje que o modelo de crédito rural baseado em recursos públicos não é sustentável. Quais seriam as alternativas de financiamento, inclusive para a próxima safra?*

— Acho que a agricultura nunca vai poder abrir mão de subsídios e do crédito rural. Ou, então, o governo vai ter que ser sincero e dizer que cada um se arranje com o mercado, plante quem quiser. Aí não vamos ter safra. É uma opção, e governar é fazer opções. Todos os países do mundo têm mecanismos de subsídios e de proteção à agricultura. Seja na forma de incentivos à exportação, como na Argentina, ou de subsídio ao consumo, como nos EUA, que ainda hoje têm o *food stamp*, como ajuda para garantir o consumo. Quanto às alternativas de financiamento no curto prazo, são pura ilusão. Se não houver uniformização tributária entre os estados, como poderão ser viabilizadas as operações em bolsas de mercadorias? E, se não houver estabilidade nas regras, é impossível atrair dinheiro de fora ou trabalhar com mercados futuros. Falta credibilidade. E ainda que haja a reforma tributária, que a economia se estabilize, esses recursos do mercado estarão mais voltados para culturas de exportação. O governo não vai poder abrir mão da responsabilidade sobre os produtos da cesta básica. Nenhum país se arriscou a fazer isso.



SEMANA AVÍCOLA '95

16 A 21 DE SETEMBRO DE 1995 - CURITIBA - PARANÁ

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO

UBA — União Brasileira de Avicultura
APINCO — Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte
FACTA — Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas
ABEF — Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos
ANAB — Associação Nacional dos Abatedouros Avícolas
APA — Associação Paulista de Avicultura

ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA FEIRA

EPI — Eventos, Feiras e Congressos
Av. Iguaçu, 1848 — CEP: 80250-190 — Curitiba - PR
Fone: (041) 342-3738 — Fax: (041) 244-0607

SECRETARIA DOS EVENTOS

FACTA — Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas
Av. Andrade Neves, 2501 — Castelo - Campinas/SP - Cep: 13070-002
Fone/Fax: (0192) 43-8542 - Fones: (0192) 43-6761 e 41-4794

CARTAS

Como assinante desta conceituada revista, gostaria de ver incluídos nas seções Síntese Estatística e Panorama Agropecuário a evolução da área plantada, a produção nacional e os preços da mais importante oleaginosa comercializada no mundo: o óleo de palma.

É uma commodity cujo volume de produção, em nível mundial, será igual ao do óleo de soja, na virada do século, e é responsável atualmente por 40% do óleo vegetal exportado no mundo.

O Brasil produzirá este ano (projeção) cerca de 98 mil toneladas, o que corresponde a 0,8% da produção mundial, apesar de ter o maior estoque disponível de terras para a expansão da lavoura.

Sugerimos que seja feita ampla matéria sobre o assunto em edição da revista, de forma a provocar o debate sobre o produto, que é de extrema importância para a Amazônia.

Franz Josef Kaltner
Castanhal, Pará

Sendo assinante e leitor freqüente da revista *Agroanalysis*, gostaria de parabenizá-los pela excelente qualidade do conteúdo das edições desta conceituada revista.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de solicitar uma atenção especial para o seguinte assunto: no Plano Real, qual o impasse na comercialização de produtos agrícolas e o que justifica os armazéns lotados de produtos e preços que desagradam a todos?

Paulo Henrique da Graça
Gerente administrativo da Pinduca Indústria Alimentícia Ltda.
Cianorte, Paraná

As cartas dos leitores devem ser dirigidas à *Agroanalysis*, Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 ou pelo fax (021)536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodao), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente Comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim André Villanova.

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade.
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105.
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho, Armando Klabin, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Gilberto Ulhôa Canto, Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade (Brascan Brasil S.A.), Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Conselho Consultivo

Abgar Renault, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Rubens D'Almada Horta Pôrto.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Antônio Cabrera**

6 **Cartas**

8 **Especial**

8 **Leite: investimentos em publicidade nos EUA**

Irene Raguenet Troccoli

12 **As reais raízes da crise agrícola**

Mauro de Rezende Lopes

15 **A riqueza do litoral**

Tito Ryff

18 **Conjuntura do agribusiness:**

18 **Agricultura e Plano Real: causa e efeito**

20 **Indústria de alimentos**

23 **Uva**

25 **Algodão**

30 **Mercado de carnes**

36 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

38 **IBGE — Síntese estatística**

40 **Oferta e demanda**

42 **Estatísticas agropecuárias**

48 **Panorama agropecuário**

53 **Panorama internacional**

56 **Janela aberta**

Página virada

O recente episódio da marcha dos agricultores sobre Brasília e a posição aparentemente irredutível do governo podem significar uma página virada na política agrícola do passado. Em incontáveis situações anteriores o governo acabava cedendo e acenando com anistias, perdões de dívidas e outras fórmulas que de mágicas não tinham nada. Pagava o Tesouro, ou melhor, pagavam todos os cidadãos, na medida em que os déficits acumulados alimentavam a inflação.

No fundo, o agricultor e suas lideranças já se apercebiam de que o modelo havia mudado. Mas isso só não bastava para começar a construir o futuro. Era preciso, antes, enterrar o passado. Faltava essa mensagem nítida, anunciada agora com toda a clareza: que o setor agrícola deve buscar as soluções de mercado para suas necessidades de financiamento. O movimento teve a virtude de provocar uma definição clara do governo a esse respeito. Teve também o mérito de acabar com a falácia de que a agricultura brasileira é subsidiada. A agricultura há muito tempo vem pagando juros reais positivos e elevados, não só para custeio como para investimento. E esta realidade, a partir de agora, não será mais contestada. A imprensa ilustrou com todos os detalhes o drama de produtores endividados, ameaçados da perda de seu patrimônio, daqueles que já pagaram duas vezes o preço atual da máquina que adquiriram e ainda devem ao banco uma vez e meia aquele preço. Todos esses casos serviram para enterrar de vez o mito da agricultura subsidiada, cujo ciclo de fato existiu, mas se encerrou há quase uma década. Esta foi a grande contribuição do movimento. Marcou uma posição inequívoca e provocou uma definição clara do governo. Os produtores não voltaram de mãos vazias. Isso era o que faltava para começarem a construir o futuro.

Resta agora saber se o governo está preparado para assumir um novo papel, jogar um novo jogo. Se a agricultura, setor não subsidiado, vai procurar soluções de mercado, o mínimo que se espera é que o governo não atrapalhe. No passado, o subsídio era pretexto para toda a sorte de punições. Era a política de compensação: o governo taxava e discriminava o setor com uma mão e, com a outra, subsidiava. Ora, se o subsídio agora está morto e enterrado, não vale mais discriminar o setor. O governo, que anuncia agora a redução da tarifa do trigo de 10 para 2%, estaria disposto a elevá-la acima de 10% se os preços internacionais viessem a cair a níveis muito baixos?

A primeira discriminação que precisa vir a termo é a da tarifa. O governo ainda pratica uma política de tarifas mais elevadas para os insumos agrícolas (protegendo a indústria) e próximas de zero para os produtos agrícolas. Isso reduz a margem de ganho do produtor brasileiro, além de dificultar sua posição competitiva no mercado.

Com relação ao mercado financeiro, a dificuldade da agricultura reside no risco excessivo a que está sujeita a atividade, o que tende a reduzir a oferta relativa de recursos de crédito ao setor e elevar seu custo. Mudanças freqüentes nas regras do jogo da política agrícola e intervenções não antecipadas nos mecanismos de preços, por parte do governo, agravam de forma insuportável o risco e afastam os agentes financeiros privados.

Este é um pré-requisito fundamental no novo jogo que passa a vigorar: tarifas são fixas, ou seguem um cronograma de desgravamento previamente acordado. E todas as demais regras, da mesma forma, precisam ser acordadas e anunciadas: as de exportação e importação, aquelas que prevaleceriam, automaticamente, na entrada de produto subsidiado no país, as regras mínimas de estabilização de preços para uma cesta básica de produtos eleitos com antecipação, enfim, as regras que regerão o mercado.

Por outro lado, o governo deve assumir sua função regulatória naquilo que lhe é inerente. Uma omissão clara tem sido o conjunto de indefinições existentes nas regras de funcionamento dos mercados de commodities no Brasil, que tem inibido a operacionalização, entre nós, de mecanismos de *hedging*, a despeito do enorme volume de produção de grãos no país.

Sem essas e outras definições do governo, dificilmente o mercado acreditará que a mudança é para valer e que as relações entre o Estado e o financiamento do setor agrícola constituem mesmo uma página virada. Essa credibilidade é indispensável para daí nascer uma relação madura entre a agricultura e o mercado financeiro privado.

Leite: investimentos em publicidade nos EUA

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Os produtores norte-americanos de leite vêm recorrendo a campanhas de divulgação do produto para frear a diminuição do consumo per capita *observada nos últimos anos.*

É indiscutível que a ingestão de cálcio é de fundamental importância na dieta alimentar do ser humano. Segundo o relatório norte-americano *Recommended Dietary Allowance*, a ingestão diária de cálcio para crianças abaixo de 11 anos deve ser de 800mg, de 1.200mg para adolescentes e de 800mg para adultos. Por sua vez, o National Institute of Health dos EUA recomenda que, na fase pós-menopausa, as mulheres mantenham uma ingestão diária de 1 mil a 1.500mg de cálcio, como forma de combater a osteoporose.

Ao se falar em cálcio, vêm à lembrança as fontes primárias deste mineral, constituídas pelo leite e seus derivados. Afinal, um mero copo de leite contém 300mg de cálcio.

Entre o início da década de 80 e o começo dos anos 90, o consumo per capita de leite desnatado avançou 127%, ao mesmo tempo que o de leite integral declinou 39%.

Apesar desses fatos incontestes, o setor leiteiro norte-americano vem passando por uma verdadeira revolução, à medida que vem crescendo o interesse do público com relação aos efeitos do colesterol e das gorduras animais sobre a saúde.

O fato de o queijo ter elevado teor de cálcio e proteína não evita que ele também contenha alto teor de gordura saturada, colesterol e sódio. Por exemplo, uma porção de 43g de queijo natural fornece o mesmo montante de cálcio de um copo de leite ou iogurte, mas contém 12 a 14g de gordura. Comparativamente, o total de gordura em um copo de leite é 8g para o leite integral, 5g para o leite com 2% de gordura, 3g para o leite com 1% de gordura e quase nada para o leite desnatado.

A evolução do consumo norte-americano, tanto do leite integral como de seus derivados, vem refletindo as mudanças de preferência do grande público. Entre o início da década de 80 e o começo dos anos 90, o consumo *per capita* de leite desnatado avançou 127%, ao mesmo tempo que o de leite integral declinou 39%.[1]

No mesmo período, a participação do leite integral em todas as bebidas lácteas consumidas nos EUA diminuiu de 62% para 38%, enquanto o inverso acontecia em relação ao leite com baixo teor de gordura e ao leite desnatado.

Intolerância à lactose tem crescido nos EUA

É bem verdade que a crítica quanto à ingestão de gordura não é o único motivo para o declínio no consumo *per capita* de leite fluido nos EUA, embora seja o maior. Entre as causas secundárias está o aumento da intolerância à lactose entre os norte-americanos, que se traduz em dificuldades na digestão do leite. Derivada do crescimento da diversidade étnica e do envelhecimento da população, esta intolerância já atinge 20% da população daquele país.

No caso específico do leite integral, dois fatores detêm forte peso entre os desestímulos à sua ingestão, sendo um deles a crescente preferência por refrigerantes — especialmente os dietéticos — na última década.

O segundo é o preço mais atraente do leite desnatado, tradicionalmente mais barato do que o integral. Entre 1980 e 1992, o preço varejista de 1,9 litro de leite de baixo teor de gordura ficou, em média, US$0,05 abaixo do preço do leite integral.

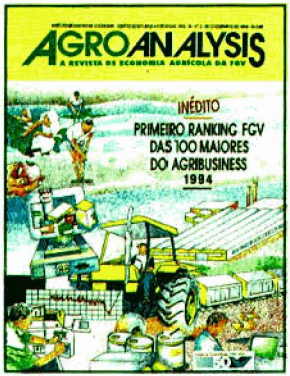
A aceitação do leite de baixo teor de gordura e a preferência por ele têm levado, inclusive, a mudanças nos padrões de comportamento no nível institucional. Exemplo desta tendência foi o fato de a rede de *fast-food* McDonald's ter deixado de usar o leite integral em 1986, mudando para o produto com 2% de gordura. Cinco anos depois, nova alteração foi efetuada pela empresa, e o leite utilizado passou a ser aquele com 1% de gordura.

De fato, apenas as escolas permanecem como um grande mercado para o leite integral nos EUA, sub-

[1] Os outros produtos que também apresentaram queda no consumo *per capita* foram o sorvete (–0,2%) e o queijo da variedade *cottage* (–27%).

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

SOLICITO

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
Rio de Janeiro — CEP 22253-900

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — TEL: (021) 536-9196 — FAX: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

EUA: a preferência pela mídia impressa

As razões que levaram o National Fluid Milk Processor Promotion Board a optar pela veiculação de sua campanha de aumento do consumo do leite exclusivamente na mídia impressa foram duas.

Em primeiro lugar, o seu público-alvo são as mulheres na faixa etária de 25 a 44 anos. Desta forma, a inserção foi feita em diversas publicações tipicamente dirigidas a elas, como revistas de decoração de interiores, de beleza e de vida em família.

Em segundo lugar, a percepção do leitor quanto aos anúncios em revistas é classificada como muito mais intensa do que aquela observada na TV, já que os telespectadores não costumam ser tão atentos aos comerciais televisivos como quando se dedicam a ler uma revista.

Além do mais, a divulgação escrita dos produtos de uma forma geral vem sendo prestigiada a partir da apuração dos resultados de pesquisas de opinião realizadas junto aos consumidores, visando qualificar sua percepção em relação às várias alternativas de mídia. De acordo com o *Wall Street Journal*, uma dessas pesquisas qualificou os anúncios impressos como "mais informativos e interessantes, e menos agressivos do que os comerciais de TV".

Em paralelo, vem sendo realizado pelas associações patronais norte-americanas de jornais e revistas um esforço específico no sentido de sensibilizar os anunciantes para as vantagens destes veículos. Já em 1994, este trabalho rendeu frutos, pois o total de US$20,3 bilhões então gastos com anúncios em geral nos dois veículos representou 8% a mais do que a verba alocada no ano precedente.

De fato, trata-se de um alento para os profissionais de *marketing* ligados à mídia impressa, saber que os consumidores preferem os anúncios de jornais e revistas por considerar que estes lhes dão o direito de escolha quanto ao seu envolvimento com o produto apresentado.

Afinal, quando se trata de realizar propaganda de alimentos, os EUA não deixam por menos: em 1990, foram gastos US$7,6 bilhões na mídia de uma forma geral[1] para a propaganda da alimentação dentro e fora do domicílio, o que caracteriza tais produtos como os mais anunciados no país. A intensidade com que os investimentos são feitos, por sua vez, evidencia que se trata de um filão considerável. Se assim não fosse, entre 1980 e 1990 estes dispêndios não teriam tido os 230% de expansão que foram registrados, a uma média anual de crescimento da ordem de 13%.

As razões para o fenômeno encontram-se basicamente no grande avanço observado no hábito da alimentação fora do domicílio. No caso, a verba direcionada à propaganda específica para este segmento de mercado foi, em 1990, 11 vezes maior, em termos reais, do que aquela observada 10 anos antes. Além do mais, sua participação no total de gastos de propaganda com alimentação *saltou* de 6% para 35% no mesmo período.

A acentuação da intensidade na propaganda de certos subsetores da indústria de alimentos nos EUA se tem vinculado a características específicas. Fundamentalmente, tais dispêndios são função direta da diferenciação e do processamento do produto, bem como do seu custo de embalagem. Além do mais, o que se tem observado no dia-a-dia tem sido a manutenção ou o aumento da participação desses produtos mais divulgados no valor total dos gastos com vendas de alimentos.

Segundo o USDA, durante os anos 80, ocorreu uma tendência à mudança no perfil da mídia utilizada para a propaganda de alimentos nos EUA. Embora a televisão tenha abocanhado 80% dos gastos em divulgação junto à indústria de alimentos, intensificou-se fortemente o uso dos jornais com este fim. De fato, enquanto os dispêndios dos anunciantes neste último veículo evoluíram 122% no período, o avanço ficou em 110% no caso da mídia televisiva.

Dados mais recentes mostram que, em 1994, o setor de alimentos aumentou o uso da propaganda para a agilização dos negócios. Pesquisa realizada pela Competitive Media Reporting junto às 200 marcas mais atuantes na mídia norte-americana de 10 categorias de negócios[2] observou que o volume de recursos que os segmentos de alimentos e de restaurantes destinaram à propaganda os situaram, respectivamente, em terceiro e quinto lugares no *ranking*. Conjuntamente, os dois setores despenderam US$4,2 bilhões para este fim (12% a mais do que em 1993); 94% deste valor foram direcionados a TV e rádio, sobrando para a mídia impressa (excetuando-se os *outdoors*) a singela participação de 5%.

[1] Inclui TV, rádio, revistas, jornais e *outdoors*.

[2] Estas 200 marcas responderam por 38% de todos os gastos com anúncios na mídia em 1994 (virtualmente o mesmo percentual de 1993) e englobam as seguintes categorias: automóveis, varejo, alimentos, diversão e cinema, restaurantes, serviços telefônicos, cuidados pessoais e remédios, serviços financeiros, viagens (incluindo companhias aéreas) e cerveja.

metidas que estão às normas do *National School Lunch Program*.

Como se não bastasse o fato de o consumo *per capita* de leite sob as formas fluida e cremosa nos EUA vir diminuindo (segundo o USDA, a queda acumulada atingiu 13% entre 1975 e 1993), outra ameaça paira sobre o setor. Trata-se das fontes alternativas de cálcio que têm surgido, com a adição deste componente em outros tipos de produtos.

Por exemplo, em 1993 a Procter & Gamble lançou no mercado uma bebida à base de frutas cítricas (*Sunny Delight Florida Citrus Punch*), enriquecida com uma forma de cálcio especialmente desenvolvida pela empresa. A seu favor, a companhia dispõe dos resultados de pesquisa realizada pela universidade norte-americana de Creighton, que mostraram que o percentual de absorção do referido componente, adicionado tanto ao suco cítrico como ao de maçã, é superior ao de outros alimentos, inclusive o leite.

De posse desses dados, a Procter & Gamble vem tentando conseguir que os sucos de frutas fortificados com cálcio sejam adicionados à lista padrão de fontes de cálcio, que atualmente inclui produtos lácteos, *tofu* feito com sulfato de cálcio, espinafre, brócolis, folha de nabo, farelo de aveia instantânea fortificada e peixe enlatado com espinhas (tais como salmão e sardinha).

Pesquisa mostrou que o percentual de absorção do cálcio, adicionado tanto ao suco cítrico como ao de maçã, é superior ao de outros alimentos, inclusive o leite.

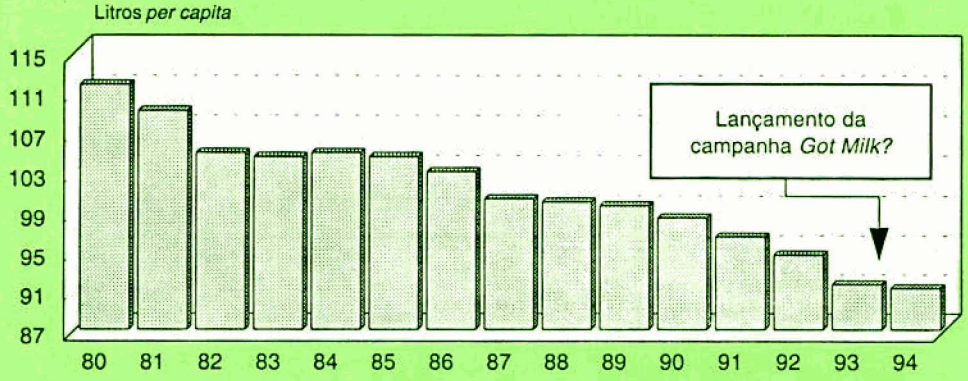
Tradicionalmente pouco se investiu na propaganda do leite

É de supor que parte considerável da culpa pelo enfraquecimento do consumo de leite derive do fato de o segmento de produtos lácteos nunca ter sido objeto de maior interesse por parte das campanhas publicitárias nos EUA. Isto pode ser comprovado pelo fato de a participação do leite nas vendas totais de bebidas ser de 16%, embora os gastos com sua publicidade não ultrapassem 4%.

Por outro lado, o forte crescimento da parcela de mercado do leite desnatado tem-se revelado um complicador em termos da estratégia de divulgação. Embora se trate de produto promissor, com sua participação sobre as vendas do segmento de leites não-integrais tendo passado de 11% em 1983 para 20% em 1993, os produtores de leite têm hesitado em promovê-lo — assim como ao leite com baixo teor de gordura — por medo de uma "canibalização" do mercado do leite integral.

A participação dos produtos lácteos no total de anúncios destinados a alimentos de uma forma geral nos EUA mal chegou a 4,8% em 1990, embora eles tenham abocanhado quase 7% dos gastos totais com alimentação naquele país. A título de comparação, enquanto a razão entre estes dois indicadores ficou em 0,7, no caso do açúcar e dos doces ela chegou a 3,2, e a 2,4 no grupo das bebidas não-alcoólicas.

Califórnia — consumo per capita anual
Leite fluido classe 1 — 1980 a 1994 (em l)



Fonte: California Milk Processor Board.
Leite classe 1: leite usado para produtos de leite fluido.

Com o objetivo de reverter essa tendência, ultimamente vêm sendo destinados elevados recursos a campanhas institucionais na mídia norte-americana, visando, antes de mais nada, desassociar o leite da imagem de alimento infantil.

Um exemplo foi a campanha denominada *Got Milk?*, lançada pelo California Milk Processor Board na Califórnia em fins de outubro de 1993 e financiada por um programa de contribuições dos processadores de leite locais.

Avaliado em US$23 milhões, este esforço publicitário visou primariamente estancar o declínio que o consumo do leite vinha sofrendo naquele estado norte-americano, e que chegara a 91,6 litros *per capita* em 1993 (3,2% a menos do que em 1992).

Para tanto, o Board utilizou-se de anúncios televisivos, em rádios e em ônibus, de *outdoors*, de *posters* e de campanhas em pontos de venda. Nove meses após o lançamento, o alcance da campanha[2] já chegava a 80% do público pesquisado, tendo passado para 90% em junho último. Ademais, a partir de setembro de 1994, a campanha ultrapassou as fronteiras da Califórnia, chegando aos estados de Oregon e Washington, com planos de vir a tornar-se nacional após setembro de 1995.

Ultimamente vêm sendo destinados elevados recursos a campanhas institucionais na mídia norte-americana, visando, antes de mais nada, desassociar o leite da imagem de alimento infantil.

Ao promover o leite como bebida imprescindível, acompanhante de outros alimentos e não exclusivamente infantil, a iniciativa arrebatou inúmeros prêmios de qualidade. Entre estes destaca-se o *Clio* (prêmio de prestígio internacional, considerado o *Oscar* da propaganda), em 1994, e o da revista especializada em propaganda *Advertising Age*, em 1995. Em ambos os casos, sagrou-se como *Best of Show* — qualificação máxima, algo como *O Melhor dos Melhores* — na categoria *comercial de TV*.

O sucesso traduziu-se num aumento de 7% nas vendas de leite na Califórnia. Tratava-se do primeiro enfoque alternativo ao tradicional apelo de associar o leite ao fornecimento de cálcio e de riboflavina. A idéia subjacente na propaganda era ignorar as tradicionalmente louvadas propriedades nutricionais da bebida, que passou a ser apresentada como característica de um estilo de vida.

À campanha seguiu-se um esforço complementar de fixação da imagem, por meio da impressão do *slogan Got Milk?* em embalagens de produtos considerados complementares ao leite, tais como biscoitos e cereais matinais. Adicionalmente, já que a legislação californiana impede o California Milk Producer Board de distribuir cupons de desconto para a aquisição do leite, a organização estabeleceu uma parceria de co-promoção com os fabricantes daqueles comestíveis, passando-lhes a responsabilidade por esta distribuição.

Sem dúvida, a campanha de maior dimensão foi lançada em abril último, em nível nacional, pelo National Fluid Milk Processor Promotion Board. Fazendo parte do Programa de Educação dos Processadores de Leite, a preocupação principal deste esforço de *marketing* é informar o público sobre os benefícios nutricionais da bebida e derrubar os mitos desfavoráveis que os consumidores possam ter em relação ao produto. Para tanto, a propaganda busca esclarecer sobre a real participação da gordura e do colesterol nos leites dos tipos desnatado e com 1% de teor de gordura, além de divulgar o aspecto positivo representado pela forte presença de cálcio.

Mulheres famosas e bonitas gostam de leite

A iniciativa se apóia fundamentalmente na estreita ligação existente entre o leite e a dupla saúde/beleza, e pode ser resumida pelo seu *slogan*: "Leite — Que surpresa!". Totalmente veiculada em revistas (ver box), traz fotos de mulheres famosas pela bela aparência e/ou a forma física, nas quais elas aparecem com um "bigode" branco de leite, encimando os respectivos depoimentos de enaltecimento às qualidades nutricionais da bebida.

Os números envolvidos na publicidade são grandiosos: orçamento de US$35 milhões, duração prevista de 12 meses, veiculação em 55 revistas norte-americanas diferentes, 697 páginas de anúncios e um alcance previsto de 95%.

Trata-se da maior campanha jamais lançada exclusivamente em revistas naquele país, não lhe faltando a inserção de um número telefônico de ligação gratuita de fácil memorização, para ser utilizado quando o consumidor quiser sanar qualquer dúvida sobre o produto.

A partir de março próximo, a campanha deverá ser intensificada: os dirigentes do National Fluid Milk Processor Promotion Board projetam despender o dobro da quantia investida nesta primeira fase. Apenas agora, portanto, que a propaganda do leite está deixando de ser genérica, começa-se a trilhar o longo caminho para reverter a tendência de queda no seu consumo *per capita* nos EUA.

[2] Efeito da propaganda sobre o conhecimento, os sentimentos e as convicções do comprador.

As reais raízes da crise agrícola

MAURO DE REZENDE LOPES

Por que, em julho, os produtores rurais de vários estados brasileiros viajaram centenas ou milhares de quilômetros para acampar em Brasília? O próprio presidente da República declarou não saber exatamente quais as suas demandas. É hora de refletir seriamente sobre esse tema.

As raízes da atual crise que a agricultura atravessa estão na dificuldade de se conduzir um diálogo isento, de todas as partes envolvidas, acerca de uma política sustentável para a agricultura. Do lado dos produtores, demonstrações espasmódicas revelam incapacidade de condução de um diálogo competente e duradouro acerca dos problemas que estão na raiz da crise agrícola. Da parte do governo, demora excessiva e má identificação dos problemas da burocracia estatal turvam a visão dos que têm que formular uma política eficiente para o setor rural.

Vale a pena abrir um parênteses desde logo para registrar a impressionante falta de informação do produtor rural brasileiro e sua incapacidade de identificar as reais razões de seu empobrecimento. Não há massa crítica e articulação de interesses suficientes para avaliar as implicações da abertura comercial da política cambial e monetária ou o papel das tarifas do ponto de vista da agricultura. Não se discute de forma sistêmica como deveria funcionar a política agrícola em um regime de abertura, ou como deveria ser a organização da classe rural.

Voltando à questão do diálogo com a classe agrícola, verificamos que este é escasso e marcado por preconceitos e ressentimentos. Os produtores serão bem recebidos na sua marcha sobre Brasília, porque, afinal de contas, os governantes são pessoas educadas. Mas de concreto, nada. Há enorme preconceito contra uma parte dos produtores. Isso até se mostrou absolutamente conveniente, pois, para a estabilidade do Real, era preciso encontrar um setor que pagasse o custo da estabilidade de preços. Foi conveniente e, quando se teve que fazer alguma coisa, era já bem tarde: a agricultura enfrentou uma das mais graves crises de liquidez da sua história. O aperto de liquidez teve caráter punitivo, para forçar a negociação das dívidas; este foi o grave erro.

Faltou pensar como estabelecer uma ponte entre a política do passado, o planejamento da comercialização desta safra e o futuro da política agrícola. É fato pacífico que não se pode manter a política agrícola antiga, pelo menos na forma clássica do passado, com crédito público, preços mínimos e instrumentos já desgastados. Há que se criar, isto sim, uma política para a tecnologia agrícola, uma política inarredável para as tarifas, uma outra política para defesa da concorrência e, finalmente, uma política de valorização dos produtos novos de alto valor adicionado, com componente de emprego na agricultura. Mas, mais do que tudo, tem que haver uma política de eliminação de políticas erradas de câmbio, juros e impostos de exportação. Como nada disso foi feito, os resultados estão aí para serem conferidos.

Como se não bastassem os erros do dia-a-dia, como é o caso da redução recente da tarifa do trigo, o governo tem um decreto de isenção de tarifas para 150 produtos. É preciso entender que erros desta magnitude têm conseqüências, e muito graves.

Pelo contrário, insistem os produtores no crédito oficial. Nessa área, não há muito o que fazer: o crédito baseado nos recursos públicos é insustentável. Na área de tarifas, a administração deste importante instrumento tem sido deplorável. Como se não bastassem os erros do dia-a-dia, como é o caso da redução recente da tarifa do trigo, o governo tem um decreto de isenção de tarifas para 150 produtos. É preciso entender que erros desta magnitude têm conseqüências, e muito graves.

As coisas que prejudicam a agricultura, tais como juros, câmbio, impostos, tarifas, são justamente aquelas que, para mudar, consomem capital e poder político. E se falta isso à Fiesp, como pode sobrar na agricultura? Para melhorar a atual situação dramática de juros e câmbio é preciso fazer um controle do déficit público, que a agricultura não tem força política para impulsionar. Uma mudança dessas proporções exige mobilização da so-

ciedade. É quase impossível romper a tradição do passado de "empurrar com a barriga" as reformas que têm elevado custo político. Hoje é ainda mais difícil promover reformas radicais na área do déficit público, pois o Executivo não tem independência: é refém do Legislativo e nada tem feito na área da responsabilidade financeira das empresas estatais. Tem medo de contrariar os interesses dos políticos que fizeram as indicações para os cargos públicos. Para fazer uma reforma fiscal, é preciso contrariar os interesses dos "indicados" para as empresas públicas.

Mas vamos atacar problemas cruciais para a agricultura, quais sejam a elevação das tarifas industriais e a redução das tarifas dos produtos agrícolas. Afinal de contas, o que tem a ver a agricultura com a recente elevação das tarifas da indústria? Aparentemente nada. Mas é só mesmo na aparência, pois a proteção ao setor industrial, tal como no passado, prejudica, e muito, a agricultura em uma economia aberta. Em parte isso decorre da falta de esclarecimento da agricultura acerca das reais forças político-econômicas que operam na economia.

O setor rural não sabe identificar, por tradição, as reais causas do seu empobrecimento. Não consegue se organizar, embora seja parte do exercício democrático a articulação em torno de interesses organizados. Paga um preço elevado pela proteção de outros setores. Preço ainda maior é pago pela incapacidade de se livrar de toda forma de discriminação setorial. E, ainda por cima, é acusado pela burocracia de acionar um *lobby* poderoso no Congresso. A chamada "bancada ruralista". Na verdade, a classe procurava defender as políticas de compensação, quando a estratégia deveria ser eliminar as políticas que causavam as distorções, como a política de tarifas.

Para a estabilidade do Real, era preciso encontrar um setor que pagasse o custo da estabilidade de preços.

Nesse recente acidente de retrocesso na política de desgravação tarifária, vale a pena relembrar um argumento simples: as tarifas protegem um setor, e então ele passa a poder cobrar mais pelo seu produto, pagar mais pelos fatores de produção e insumos que utiliza, e oferecer alguns empregos a mais. Mas isso tem um custo.

Em primeiro lugar, a proteção de um setor é um imposto sobre os consumidores (o próprio imposto de importação), quando não acoberta margem para aumento de preços. Sobra menos renda para gastar com os outros produtos da economia (que o país produz eficientemente no contexto internacional, que é o novo parâmetro de competitividade).

Em segundo, como a indústria protegida pode pagar mais pelos insumos e fatores de produção que usa, com isso ela encarece os insumos e fatores dos demais setores da economia.

Em terceiro, o encarecimento dos produtos e dos fatores e insumos acaba afetando os demais setores, que perdem a competitividade. Caem as vendas de produtos no exterior, no mercado interno, e há menos renda para comprar produtos dos setores domésticos. Resultado: menos renda, custos mais altos para as indústrias que competem com produtos importados e exportam, e menor geração de emprego em geral na economia. É preciso importar para poder exportar; este é o lema, pois as duas coisas andam juntas.

A tarifa é um imposto explícito sobre o bem protegido e disfarçado sobre os demais setores da economia. O imposto, em última instância, acaba incidindo sobre os setores que não podem alterar preços no mercado internacional. Tem ainda alcance ampliado, pois atinge outros setores da economia de forma muito pouco perceptível. Uma tarifa no setor de transportes aumenta os custos do transporte que os produtores rurais utilizam e do qual dependem mais do que os consumidores urbanos. E os produtores não podem repassar os novos custos para o mercado internacional, pois não fixam os preços externos de suas commodities.

Como a agricultura exporta e tem que competir com o produto importado com subsídio e um câmbio defasado, o setor é muito mais prejudicado que qualquer outro setor desprotegido da economia, embora todos os setores da economia percam renda com a tarifa apenas setorial. Há o agravante de que o setor primário tem importado subsídios e exportado impostos. A competição é duríssima, tanto mais agora que o setor tem que enfrentar de novo a proteção dos setores industriais. A agricultura estava se beneficiando, apesar dos pesares, com a eliminação das restrições quantitativas e a desgravação tarifária. Estava apresentando um bom ajuste em termos de produtividade. Aliás, não é que a agricultura tenha se beneficiado — apenas foi menos discriminada na eliminação da política de substituição de importações.

Mas os efeitos não se limitam ao que foi discutido até aqui. Há o efeito do câmbio. Quando as importações são restritas, o câmbio se sobrevaloriza em termos relativos acima do que já estava se sobrevalorizando. E isso ocorreu de fato no dia do anúncio da medida de restrição das importações, em que o mercado sinalizou uma queda no dólar. Estava-se eliminando a oportunidade de um ajuste no câmbio, decorrente da recuperação das importações. Assim, antes de cogitar da hipótese de elevar tarifas, melhor teria sido corrigir o câmbio, este sim responsável pelas importações mais baratas que afetam todos os setores da economia, e também por exportações baratas da própria indústria "beneficiada". O problema é o câmbio — e a solução não deve vir por meio de tarifas, salvo melhor juízo.

Parte dos recursos de capital, trabalho e insumos, agora atraídos pela proteção, será desperdiçada, pois podia ser transferida para setores competitivos, com novas exportações, criando no futuro próximo um crescimento sustentável, mais renda e mais emprego. As oportunidades são desperdiçadas de forma invisível, como ocorre com a proteção desnecessária. Mais empregos? É claro que não, pois a perda de empregos em outros setores é maior do que a proteção do emprego de um grupo de trabalhadores.

Não foram feitos os cálculos de quanto custará, em termos de empregos e remuneração perdida em outros setores da economia, cada emprego protegido na indústria "beneficiada". Se tais cálculos fossem feitos — e isso pode ser calculado —, verificaríamos que cada emprego protegido no setor teria custado alguns milhares de reais de renda. Cada emprego garantido agora na produção do setor terá custado alguns empregos adicionais na agricultura. Devido às diferenças de salários nos dois setores, esta perda de emprego pode representar cifra muito elevada.

Por que um setor, ou a economia como um todo, tem que pagar um imposto para garantir emprego em um setor privilegiado? Não foram feitos, igualmente, os cálculos de quanto custa, em termos de empregos nos demais setores da economia, manter a segurança de empregos nos setores privilegiados. Privilegiados inclusive dentro do Estado. Empregos são perdidos nos setores não-protegidos da economia. Na agricultura — é preciso enfatizar — há um efeito magnificado, em virtude das diferenças salariais.

Mas as distorções não terminam aí. Há a questão de o Estado selecionar, em um processo de abertura, setores privilegiados em detrimento de outros setores da economia. Por que selecionar um setor para ser protegido? Por ser uma indústria do futuro? Por estar ao lado da tecnologia da informação? Das comunicações, em um país em que os telefones, como no Rio de Janeiro, beiram uma verdadeira tragédia? Da educação? Dos serviços médicos, em um país como o Brasil? Essas, sim, são as indústrias do futuro e do presente, com elevadíssimas taxas internas de retorno. Não as que se beneficiaram da proteção dos anos escuros da substituição de importações, de resto uma lição tão dolorosamente aprendida no passado recente. As indústrias que protegemos são competitivas internacionalmente? Ou retornamos ao surrado argumento de proteção da indústria nascente?

Se alguém é protegido, é porque outro é tributado. Por que escolher um setor para pagar a conta? O Estado estaria sendo neutro, em um processo de abertura que está trazendo competição até mesmo desleal e predatória para os setores produtivos domésticos? Como no caso da agricultura? (O Estado, na abertura, devia evitar uma divergência entre a proteção nominal e a proteção efetiva.) Esse acidente mostra como a sociedade brasileira é profundamente injusta. Faz lembrar a frase do presidente Fernando Henrique: "O Brasil não é um país pobre; é um país injusto". É, de fato, profundamente injusto, porque o poder do Estado é usado para proteger os setores que desfrutam de poder político.

Para melhorar a atual situação dramática de juros e câmbio é preciso fazer um controle do déficit público, que a agricultura, sozinha, não tem força política para impulsionar.

Por trás dessa medida há mesmo a questão da economia política dos "caçadores de renda". O caso mostra que a luta de classes, nessa política, não é entre o trabalho e o capital, na forma clássica. Mas entre o trabalho organizado (setor protegido) e o trabalho não-organizado (agricultura). E o trabalho não-organizado tem as mesmas dificuldades de montar uma ação coletiva para se defender que os consumidores. Ambos são muito numerosos e não há como evitar o "carona" (*free rider*), ou seja, aqueles que se beneficiam da ação coletiva e conseguem se furtar a contribuir para ela. Na indústria não há tanto assim o problema do *free rider*.

A riqueza do litoral

TITO RYFF

O Brasil possui 7.367km de limites com o oceano Atlântico, marcados pela presença de baías, reentrâncias e acidentes naturais que dão à costa brasileira um valor inestimável do ponto de vista ambiental, paisagístico e econômico. Nosso país, contudo, não tem ainda uma política de preservação deste patrimônio. Com o passar do tempo fica cada vez mais clara a necessidade de uma estratégia de valorização do litoral brasileiro e de suas riquezas naturais.

A evolução do nosso planeta, ao longo do tempo, foi criando uma infinidade de hábitats naturais para as diversas espécies de plantas e de animais que existem na superfície terrestre. A preservação dessas áreas é fundamental para a vida na Terra e a sua destruição põe em risco um grande número de cadeias alimentares que beneficiam, em última instância, o próprio homem e que garantem a enorme biodiversidade que caracteriza o nosso planeta.

Dentre esses hábitats, destacam-se as águas costeiras, em especial os estuários e baías, pela riqueza e produtividade. Suas características oferecem condições ideais à preservação, reprodução e alimentação de diferentes espécies de plantas e animais e sua produção biológica é extraordinária. Estima-se que cada hectare de mangue rende 25t de matéria orgânica por ano, contribuindo para sustentar uma enorme cadeia alimentar nas áreas costeiras e no oceano.

Em função desta riqueza biológica, os estuários e as águas costeiras são também áreas de grande valor econômico. Avalia-se que, no mundo inteiro, 2/3 da produção da pesca de captura dependam da incubação feita em águas estuarinas. Nos EUA, calcula-se que os estuários sustentem atividades pesqueiras cujo valor econômico global supere os US$19 bilhões. Suas áreas alagadas e suas águas rasas abrigam pássaros aquáticos e servem de estação de repouso e recuperação para aves migratórias; e a variedade da fauna natural inclui a presença de um grande número de espécies ameaçadas de extinção.

Mas, além da importância que possuem como áreas naturais de preservação e de reprodução de inúmeras espécies, os estuários desempenham outras funções fundamentais do ponto de vista ambiental. Os manguezais e a vegetação aquática, por exemplo, filtram substâncias poluidoras e sedimentos e servem, ao mesmo tempo, como elementos amortecedores dos processos de erosão e de inundação das áreas terrestres, absorvendo água, por ocasião das chuvas torrenciais, e liberando-a, nos períodos de seca.

Quando vários rios se unem para formar estuários em torno de uma baía litorânea, soma-se, às condições naturais privilegiadas, uma situação geográfica peculiar. O homem sentiu-se, desde o início, atraído para esses locais que ofereciam, ao mesmo tempo, água, recursos alimentares abundantes e vias naturais para o comércio marítimo e fluvial. Foi ali que ele instalou, preferencialmente, os portos e, em conseqüência, as atividades industriais e comerciais, os terminais pesqueiros e as suas próprias habitações. O progresso urbano foi sendo feito à custa da destruição de florestas nativas, aterro de mangues, pântanos e lagoas, alteração do curso natural dos rios e modificação do relevo e das condições originais de permeabilidade do solo. O resultado é que, no mundo inteiro, grande número de estuários acha-se cercado por enormes aglomerações urbanas e, por isso mesmo, encontra-se perto da saturação.

O grau de saturação ambiental de uma baía depende de um sistema complexo que se estende do oceano — próximo à sua embocadura — às terras mais distantes drenadas por seus rios tributários, numa extensão territorial que pode abrigar milhões de pessoas. Neste sistema, destacam-se fatores naturais e socioeconômicos, tais como: a) a superfície e profundidade de suas águas; b) a dimensão de sua bacia de contribuição hidrográfica; c) o índice de renovação de suas águas; d) a cobertura vegetal das áreas adjacentes, sobretudo de mangues e de encostas; e) a quantidade e qualidade das matas ciliares de seus tributários; f) a quantidade de população vivendo e trabalhando no seu entorno; g) as características e a intensidade das atividades econômicas desenvolvidas à sua volta.

Baías litorâneas concentram população e atividade econômica

No mundo inteiro, do Brasil ao Japão, passando pelos EUA e os países da Europa, as baías litorâneas são, em geral, áreas de concentração de população e de atividade econômica. Conseqüentemente, o uso que se faz de suas águas e de seu entorno é extremamente diversificado. Como fonte de recreação, servem à pesca esportiva e recreacional, à natação, à navegação de lazer e ao uso de suas praias, além de oferecerem, como elemento de prazer, a sua beleza paisagística. Como fator de suporte à atividade econômica, prestam-se à pesca e à navegação comerciais, ao transporte de pessoas e de mercadorias, à oferta de água para uso industrial e à exploração turística. São utilizadas, ainda, como recipientes finais de uma infinidade de despejos produzi-

dos pelo homem, além daqueles que a própria natureza carreia para suas águas e suas margens.

O uso intenso de baías e estuários tem provocado um número incontável de problemas ambientais, colocando em risco a sobrevivência destes hábitats naturais e prejudicando atividades econômicas importantes, bem como a saúde das populações vizinhas. Dentre estes problemas, destacam-se: a contaminação de espécies marinhas — peixes e moluscos — e de sedimentos por produtos químicos e por bactérias; a degradação de áreas aquáticas, a ponto de tornar impossível a sobrevivência de espécies que são características dos estuários; a destruição de manguezais; o assoreamento crescente dos corpos hídricos; a interdição de praias. Estes problemas afetam mais intensamente as atividades pesqueira e turística.

Os prejuízos econômicos e ambientais decorrentes da poluição dos estuários têm feito com que autoridades públicas, agentes privados e representantes comunitários, em diferentes países, se preocupem cada vez mais em identificar as causas desta degradação ambiental e em adotar iniciativas destinadas a enfrentá-la. Dentre as causas imediatas do processo de poluição, destacam-se: o despejo de esgotos da rede coletora, sem tratamento prévio, ou das estações de tratamento de esgotos saturadas ou operadas de forma ineficiente; a lavagem do solo urbano e da terra, nas áreas rurais, provocada pelo escoamento das águas pluviais; o vazamento de fossas sépticas; e os despejos industriais lançados nas águas ou na atmosfera.

Estuários e baías destacam-se pela sua riqueza e produtividade. Cada hectare de mangue rende 25t de matéria orgânica por ano, contribuindo para sustentar uma enorme cadeia alimentar nas áreas costeiras do oceano.

Características peculiares do problema

A poluição dos estuários não deve ser vista ou tratada como um problema convencional de controle de poluição. A questão envolve temas extremamente complexos, como a proteção de hábitats naturais, a identificação e a eliminação da poluição difusa, ou seja, daquela que não tem um ponto preciso ou único de emissão, o planejamento do uso do solo, o gerenciamento de recursos naturais, o relacionamento com grupos sociais e comunidades envolvidas etc. Por essas razões, os problemas dos estuários não podem e não devem ser enfrentados apenas com a edição de normas e regulamentos e com o controle de sua aplicação. A natureza, a complexidade e a dimensão das questões envolvidas ultrapassam a capacidade de gerenciamento e de resolução por parte de órgãos públicos, empresas privadas e comunidades interessadas tomados isoladamente. As palavras-chaves para enfrentar, com chances de sucesso, o processo de poluição de baías e estuários são abrangência, integração, parceria e ampliação de responsabilidades. Abrangência no enfoque da questão e na busca de soluções; integração de esforços entre órgãos do poder público; parceria de governos com agentes privados; e ampliação de responsabilidades, de molde a envolver as populações interessadas na solução do problema.

Nos EUA

Os EUA são, provavelmente, o país que, nos últimos 20 anos, acumulou a mais ampla e rica experiência em matéria de controle e combate à poluição de estuários, a partir da preocupação manifestada pelo Congresso norte-americano com a degradação ambiental acelerada da baía de Chesapeake, na década de 70. Os norte-americanos aprenderam, com os projetos de despoluição desenvolvidos nos Grandes Lagos e na baía de Chesapeake, que programas deste tipo, para serem eficazes, precisavam ter uma abordagem abrangente, lidar com uma área geográfica ampla, enfim, abarcar o conjunto de uma bacia hidrográfica, em vez de enfrentar problemas isolados. Esta experiência foi fundamental para que se criasse, em 1987, com a edição do Water Quality Act, o National Estuary Program (NEP).

Ao se inscreverem no NEP, que tem caráter nacional, os estados passam a fazer jus às vantagens que ele oferece e se credenciam a obter o apoio do governo federal e de suas agências. Em troca, devem atender a algumas condições. Dentre elas, à exigência do Clean Water Act de que se crie um fórum, com ampla participação, chamado de Management Conference. Das conferências, devem participar órgãos federais, estaduais e municipais, cidadãos, grupos de usuários e outros agentes sociais interessados. O papel deste fórum é formular um Comprehensive Conservation and Management Plan (CCMP) que identificará as questões ambientais a enfrentar e detalhará a atuação a ser desenvolvida pelos órgãos públicos e pelos agentes privados envolvidos na solução do problema.

O NEP oferece, aos governos estaduais e municipais participantes do programa, assistência e suporte nas áreas de gerenciamento e de regulação, colocando a sua disposição: resultados de pesquisas; assistência técnica nas áreas de monitoração e amostragem; identificação de fontes de financiamento para projetos de preservação e recuperação ambiental; apoio à busca de soluções inovadoras e de alternativas para lidar com questões ambientais; e demonstração e difusão de técnicas de gerenciamento testadas com sucesso. Sua função mais importante, contudo, é promover a integração com outros programas. Ou seja, o NEP interage com outras agências federais (a National Oceanic and Atmospheric Administration e o Department of Agriculture's Soil Conservation Service, por exemplo) para a obtenção de fundos financeiros e de assistência técnica.

A ótica do NEP é a da solução de problemas concretos. O objetivo é produzir resultados que possam ser devidamente monitorados e avaliados. Sendo assim, a

identificação de problemas vem sempre associada à busca de uma forma prática de encontrar sua solução. São assumidos, no âmbito das Management Conferences, compromissos específicos de ordem financeira, institucional e política; e cada um dos objetivos é traduzido em ações concretas, com seu respectivo cronograma.

Desenvolvimento urbano caótico é causa básica

Mas a causa remota de todos os problemas, aquela que é preciso saber administrar e orientar convenientemente, é o desenvolvimento urbano e rural das áreas que compõem a bacia de contribuição hidrográfica dos estuários e baías. O crescimento explosivo da população nas áreas vizinhas e a ocupação desordenada e indisciplinada do solo são, de fato, os agentes detonadores do processo de degradação ambiental, já que a expansão populacional se faz acompanhar inevitavelmente do aumento das atividades comerciais e industriais, multiplicando as formas e fontes de poluição.

Desta constatação emergem algumas conclusões. A primeira delas é que a atividade de planejamento urbano deve ser valorizada e reforçada, pois antecipar a ocorrência de problemas é reduzir os custos de sua futura solução. Além disso, a abordagem da questão requer a adoção de uma visão global da região considerada, envolvendo os aspectos sociais, sanitários, urbanos e econômicos. A segunda é que boa parte dos elementos críticos que compõem o problema é da alçada dos governos estaduais e municipais, como por exemplo: legislar sobre ocupação e uso do solo e fiscalizar o cumprimento dessa legislação, licenciar o funcionamento de atividades econômicas, prover investimentos em infra-estrutura capazes de desconcentrar a atividade econômica e aliviar o entorno dessas áreas naturais. A terceira é que o combate à poluição de estuários e baías é uma tarefa permanente e complexa, que envolve os diferentes níveis de governo, cada qual com suas funções específicas, e exige a participação da iniciativa privada e das comunidades interessadas. Não bastam ações destinadas a reduzir as emissões poluidoras. Considerando-se que a área abrangida é excessivamente grande para que o poder público, por si só, possa exercer uma fiscalização adequada, é fundamental estabelecer formas de controle e vigilância constantes, da própria comunidade, sobre os fatores de poluição. Trata-se, por isso mesmo, de uma questão, sobretudo, de conscientização da sociedade e de educação ambiental.

O grau de saturação ambiental de uma baía depende de um sistema complexo que se estende do oceano a terras distantes drenadas por seus rios tributários, numa superfície que pode abrigar milhões de pessoas.

Por outro lado, o caráter permanente das ações exigidas e a necessidade de participação efetiva de uma ampla gama de agentes públicos e privados requerem alguma forma de institucionalização duradoura, capaz de assegurar a continuidade de programas, projetos e ações e de garantir, ao mesmo tempo, a mais ampla participação possível.

No Brasil

No Brasil, só recentemente as autoridades públicas atentaram para a necessidade urgente de adotar medidas de recuperação e de preservação dos mais importantes, e por isso mesmo saturados, estuários do país. Nos últimos anos, graças ao apoio de instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD) e o Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) do governo japonês, governos estaduais iniciaram, ou estão em vias de iniciar, programas de despoluição de baías e estuários. É o que acontece no Rio de Janeiro, com o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara; no Rio Grande do Sul, com o Programa de Despoluição do Guaíba; no Espírito Santo, com o Programa de Despoluição da Baía de Vitória; e na Bahia, com o Programa de Despoluição da Baía de Todos os Santos.

Em nosso país, o problema ambiental, no que se refere aos estuários, está intimamente ligado à questão social, pois a principal causa de poluição, nesses casos, é a contaminação por esgotos *in natura* ou inadequadamente tratados. Por essa razão, a maioria dos programas de despoluição, no Brasil, tem como elemento principal um componente de saneamento básico (esgotamento sanitário e abastecimento de água potável).

O conjunto dos programas já em curso, ou em fase final de negociação com órgãos financiadores internacionais, envolve recursos superiores a vários bilhões de dólares. Para que este investimento considerável não seja desperdiçado, é fundamental que se evite o ressurgimento das causas que promoveram, no passado, a degradação ambiental. É necessário, portanto, adotar um conjunto de providências que assegurem um maior controle, por parte dos órgãos públicos e da comunidade, das condições ambientais das áreas beneficiadas por esses programas. Para tanto, seria necessário adotar um conjunto de iniciativas, dentre as quais merecem destaque a promoção da troca de informações, experiências, métodos e técnicas entre os gestores dos diversos programas, com a organização de seminários de caráter nacional; a institucionalização, em cada um dos programas, de um fórum local permanente, envolvendo os diversos interessados; a busca de tecnologias e soluções alternativas (nacionais e internacionais) por parte do Ministério do Meio Ambiente ou de uma agência a ser criada para este fim; e a adoção de campanhas publicitárias e de divulgação que enfatizem a responsabilidade coletiva com relação à solução dos problemas ambientais de baías e estuários.

Agricultura e Plano Real: causa e efeito

Como foi possível obter, em 1994/95, uma safra recorde, se a área plantada permaneceu estagnada? De onde vieram os recursos, se o número de contratos de financiamento representa hoje 15% do que era há 10 anos? As respostas a essas duas questões são cruciais para o entendimento da atual crise agrícola.

Infelizmente, atropelados por estes anos de excessiva imprevisibilidade, adquirimos o costume de tomar decisões importantes em cima de análises dos problemas do nosso dia-a-dia. Assim, mal temos tempo para fazer um diagnóstico acurado de uma situação e tentamos abruptamente implementar medidas corretivas.

Vejam, a propósito, o ambiente criado este ano em torno da comercialização da maior safra de cereais e oleaginosas colhida pelo país. Justamente quando o grosso da formação de renda do agricultor ocorre, as operações de crédito rural foram suspensas, em função do impedimento da cobrança da TR pelo Congresso. E enquanto as discussões sobre a dívida agrícola não chegavam a nenhum acordo, os produtores iam contabilizando prejuízos irreparáveis.

É claro que este quadro não fica circunscrito apenas aos agricultores. Todo o agribusiness é envolvido, aí incluído o segmento ligado ao fornecimento de insumos, máquinas, equipamentos etc., bem como aqueles ligados a industrialização e distribuição. O impacto sobre cada um deles não acontece ao mesmo tempo.

O governo, por exemplo, sentirá amargamente os desdobramentos da queda de renda do setor em 1996. Se não tivermos um plano de safra bem estimulante para a temporada 1995/96, o país terá uma oferta restrita de alimentos e fibras. Os índices de inflação serão pressionados por estes itens, bem ao contrário do que vem ocorrendo este ano. Do mesmo modo, as reservas do país não contarão com as entradas oriundas de suas exportações. E mais ainda, as importações poderão atingir níveis preocupantes, tendo em vista que, em cada um dos últimos dois anos, o Brasil internalizou 10 milhões de toneladas de grãos a um custo superior a US$1 bilhão.

Neste sentido, é muito oportuno encontrarmos respostas para duas questões fundamentais, que não podem ser avaliadas com os olhos fixados no presente momento. A primeira delas é saber a razão de estarmos colhendo uma safra recorde, se a área plantada permaneceu praticamente estagnada. A segunda é identificar melhor a origem dos recursos aplicados no custeio: o número de contratos no crédito rural gira hoje em torno de 500 mil, quase 15% do número de 10 anos atrás, com o volume financiado estagnado nestes anos 90.

Vamos aos fatos, deixando de lado o período entre o Plano Cruzado, de 1986, até 1990, quando a agricultura de cereais e oleaginosas sofreu penosa descapitalização. Com efeito, a recuperação da renda do setor começa tênue em 1991 e chega ao ponto culminante em 1993, para o que muito contribuíram as enchentes no Meio-Oeste dos EUA e a seca na Argentina.

Brasil — vendas de insumos e fatores de produção

	Fertilizantes (1.000t)	Sementes melhoradas (1.000t)	Máquinas agrícolas (1.000 un.)
1986	9.653	1.879	62
1987	9.646	2.056	51
1988	9.765	2.082	39
1989	8.759	2.295	35
1990	8.222	1.778	27
1991	8.343	1.678	18
1992	9.147	1.494	16
1993	10.538	1.540	27
1994	11.971		46

Fonte. IEA-SP.

Para esta análise duas informações são muito preciosas: a evolução da taxa real de câmbio, que mostra sobrevalorização abrupta no Plano Real, e a estimativa das receitas anuais das principais lavouras corrigidas pelo IGP da FGV e convertidas para dólares pelo nível atual do câmbio. Observe-se que a utilização do câmbio sobrevalorizado de agora não interfere na análise comparativa, pois os valores de todos os anos foram convertidos pela mesma taxa.

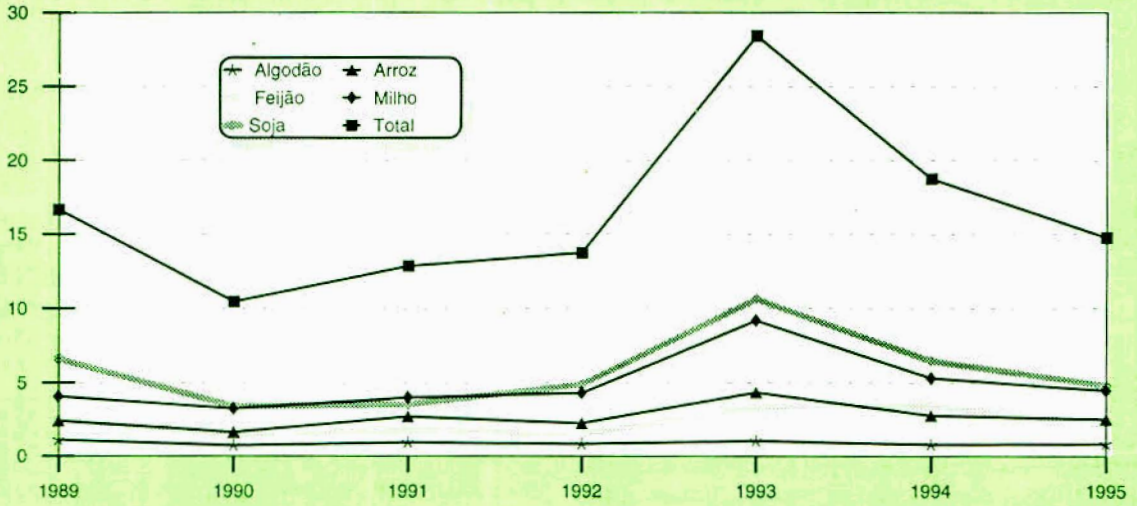
Não foi, portanto, por coincidência que em 1993 as vendas de máquinas, equipamentos e insumos foram incrementadas. Era o resultado direto da recuperação do poder de compra do agricultor. Daí, na safra 1993/94, a área ter crescido 2,3% e a produção, 9,1%. Os ganhos de produtividade foram notórios e refletiram a melhor tecnologia então empregada. Já a comercialização da colheita de 1994 pode ser considerada satisfató-

ria, longe, porém, dos números atingidos no exercício anterior.

Com dois anos consecutivos de boa rentabilidade, o Plano Real teve excelente receptividade por parte dos agricultores. A redução da inflação representava o grande sopro estimulante para que a atividade fosse planejada empresarialmente com mais segurança. Por sua vez, o plano de safra de 1994/95 foi bastante positivo e atraente para a agricultura, principalmente quanto aos preços mínimos e à equivalência-produto.

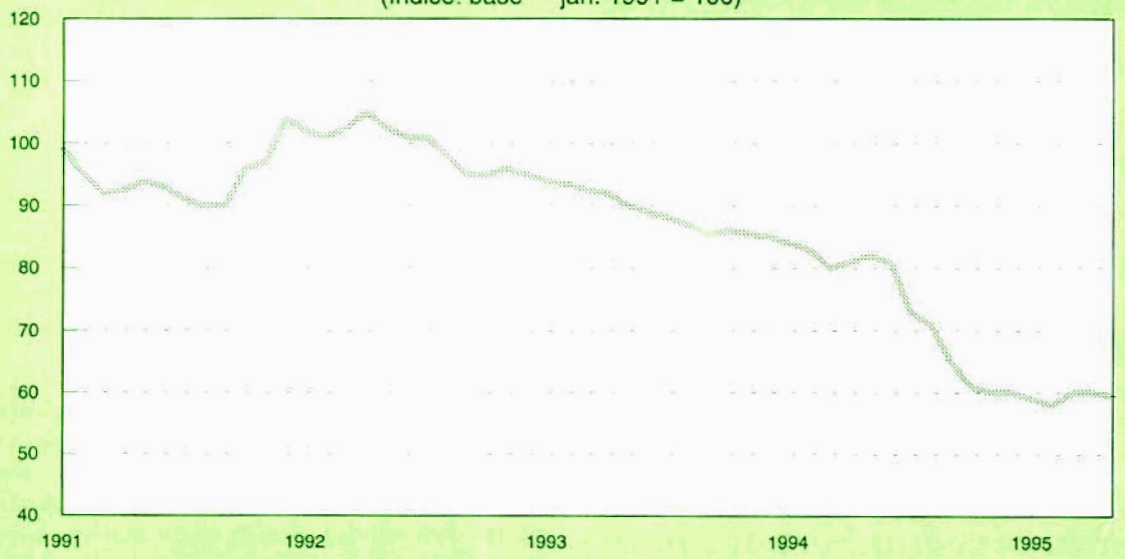
O quadro era favorável para a agricultura tanto pela macroeconomia como setorialmente. Assim, no custeio da safra 1994/95, diante da falta de financiamento pelo sistema nacional de crédito rural, estima-se que mais de 75% dos produtores não tomaram financiamentos em bancos, usando recursos próprios e fazendo acordos com indústrias e cooperativas para pagamentos

Estimativa de receita das principais lavouras
(US$/milhões)



Fonte de dados: IBGE e FGV.
Elaboração: AEE/APL — Agroceres.
Obs.: Preços corrigidos pelo IGP e convertidos para dólares conforme a taxa de câmbio média janeiro-maio de 1995.

Brasil: evolução da taxa de câmbio
(Índice: base — jan. 1991 = 100)



Elaboração: AEE/APL — Agroceres.

Estimativa de receita das principais lavouras (US$/milhões)

Produtos	Anos 1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Algodão	1.100	740	930	830	1.040	790	840
Arroz	2.400	1.630	2.700	2.250	4.330	2.760	2.530
Feijão	2.510	1.480	1.750	1.500	3.320	3.420	2.150
Milho	4.050	3.230	3.980	4.290	9.200	5.300	4.460
Soja	6.600	3.380	3.500	4.880	10.640	6.470	4.800
Total	16.660	10.460	12.860	13.750	28.430	18.740	14.780

Fonte de dados: IBGE e FGV.
Elaboração: AEE/APL — Agroceres.
Obs.: Preços corrigidos pelo IGP e convertidos para dólares conforme a taxa de câmbio média janeiro-maio de 1995.

dos insumos. Esta era a saída, diante do fato de o governo ter congelado a exigibilidade (obrigatoriedade de os bancos aplicarem 25% dos depósitos à vista na agricultura) nos limites que vigoravam antes do Real. Ainda assim, via outras fontes, como o Finame, os investimentos cresciam no setor.

Este é o resumo da história que precede a turbulenta comercialização da safra 1994/95.

Durante o primeiro semestre de 1995, o governo persistiu em segurar a inflação pela âncora cambial (ou seja, pela sobrevalorização da moeda) e por contração na política monetária (restrição na oferta e alto custo do dinheiro). Sem correção nos valores dos preços mínimos e com cobrança da TR nos empréstimos rurais, montou-se um quadro extremamente desfavorável para a agricultura. Movimentos de protesto estouraram nas principais regiões produtoras do país.

Em meio a esta agitação, o Congresso Nacional promulga o art. 16 da Lei nº 8.880/94, que acaba com a TR como indexador dos contratos agrícolas. Simultaneamente, os bancos suspendem as operações de crédito rural. Governo e parlamentares começam uma longa negociação em torno do acordo da dívida agrícola, que apenas foi concluída quando mais de 8% da safra havia sido colhida. Implacável, o calendário agrícola foi correndo, com os agricultores tendo de colher e entregar a safra a preços aviltantes.

A grande constatação é que, nos mais importantes cereais e oleaginosas, a renda do produtor sofreu forte retração. A maior penalização recaiu sobre aqueles segmentos que investiram recursos próprios na produção. Estes estão totalmente desprotegidos. A negociação da dívida agrícola, independente de se foi boa ou ruim, ainda oferece alguma cobertura para os tomadores de crédito rural. No agregado, provavelmente voltamos à situação de 1992, já que os recursos da capitalização de 1993 foram consumidos no período posterior.

Só é possível reverter este quadro e abrir uma expectativa para alavancar um ciclo mais consistente de desenvolvimento para a economia rural com uma determinação muito forte por parte do governo. Os problemas da agricultura de grãos não são apenas conjunturais, mas de ordem estrutural. A política agrícola ainda é discutida em bases de subsídio, crédito e preços mínimos, onde se continua batendo somente na tecla da produção. É preciso introduzir novos mecanismos e instrumentos no campo da armazenagem, comercialização e distribuição. A agricultura de mercado já responde pela maior parte da produção nacional e necessita ser orientada neste sentido.

LUIZ ANTONIO PINAZZA
Gerente de Planejamento da Agroceres

INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Estabilização estimula vendas

Com a estabilização monetária o consumo se expandiu, elevou-se o nível de atividade industrial e a produção física global da indústria de alimentos cresceu 4,7%.

Avaliar os impactos da política macroeconômica sobre o consumo de alimentos no Brasil é uma tarefa difícil. A escassez de informações nesta área é notória, não havendo séries históricas de observação direta do consumo. Em geral, utilizam-se estimativas de consumo aparente. Com relação à demanda, também não são bem conhecidos os mecanismos de substituição de

produtos induzidos por mudanças nos preços relativos, havendo ainda dificuldade em avaliar os efeitos das variações de preço/renda sobre seus níveis de flutuação. Estudos acerca de mudanças culturais e hábitos de consumo praticamente inexistem.

A introdução do Plano Real em 1994 provocou um rearranjo nas relações entre consumidores, empresas da indústria de alimentação e agentes financeiros, que vivenciaram importantes mudanças em relação ao período antecedente, no qual predominava uma forte cultura inflacionária. Entretanto, ao se tentar detectar em que magnitude a estabilização monetária afetou o consumo de alimentos, esbarra-se na precariedade dos dados existentes. As empresas privadas e suas associações constituem, assim, esparsas fontes de onde se podem extrair pelo menos alguns indicativos e tendências.

Brasil — aumento no consumo de produtos industrializados — 1993/94

Item	Variação (%)
Bebidas lácteas	30
Carne de primeira	20
Queijos, compotas e latarias	15
Iogurtes	10

Fonte: Abia.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), de maneira geral, "as condições básicas de funcionamento da economia brasileira em 1994 foram sensivelmente melhores que as do ano de 1993. A existência de índices reduzidos de inflação, a partir de julho, contribuiu favoravelmente para a generalização de comportamentos positivos tanto na produção quanto no consumo".

Houve em 1994 uma entrada maciça de alimentos importados: o volume internalizado cresceu 118% em relação ao ano passado, totalizando US$1,6 bilhão.

A publicação *Mídia e Mercado* detectou um aquecimento nas compras do setor alimentício no segundo semestre de 1994, com maior ênfase nos produtos considerados menos básicos, de média e baixa penetração, produtos estes, em geral, de maior valor unitário. Estes artigos são normalmente beneficiados por melhorias no poder aquisitivo da população. A pesquisa concluiu que a principal alteração no comportamento do consumidor causada pelo Plano Real foi a sofisticação das compras por parte dos consumidores. Esta tendência significa a substituição ou *mix* de produtos. Um exemplo foi a expansão das compras de requeijão *versus* a diminuição das de margarina e de manteiga.

A Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), em pesquisa encomendada à Nielsen Serviços de Marketing Ltda., também confirmou reflexos positivos do Plano Real sobre as vendas de produtos industrializados. A aceleração das vendas, desde julho do ano passado, "concentrou-se em produtos básicos, mas inclui também alimentos considerados supérfluos nos anos recessivos pós-1990". Com a diminuição dos índices de inflação, os salários deixaram de ser corroídos em quase 50% no final do mês, possibilitando a reintegração de uma camada da população ao mercado de consumo. O público de baixa renda voltou a consumir, por exemplo, frutas, hortaliças e laticínios, cujos preços eram antes mais restritivos. Foi registrado um crescimento expressivo no comércio de perecíveis, com destaque para iogurtes, leite flavorizado e carnes congeladas.

A manutenção do poder aquisitivo das classes de renda mais baixa aumentou o seu acesso a produtos de maior valor agregado, registrando-se expansão no consumo destes itens.

Por sua vez, o consumo de certos produtos básicos como o arroz e o feijão (produtos de baixa elasticidade-renda de demanda), base alimentar de expressiva parcela da população, não parece ter sido muito afetado pela estabilização da moeda. De acordo com a Conab, o consumo de arroz deverá crescer somente 2,3% este ano, enquanto o do feijão deverá aumentar 2,8%. Segundo esta instituição, os preços relativos mais favoráveis do macarrão e do frango teriam provocado deslocamento da demanda do feijão em favor destes produtos, que constituem uma fonte mais atraente de calorias e proteínas.

Indústrias aumentam produção física mas faturamento real cai

A Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), entidade que reúne cerca de 2.500 associados direta ou indiretamente (entre empresas, associações de empresas e sindicatos), elaborou um relatório de avaliação de desempenho do setor em função da vigência do Plano Real. Segundo a instituição, com a estabilização monetária o consumo se expandiu, elevando o nível da atividade industrial, o que levou o setor a operar próximo do nível limite de sua capacidade instalada. Retomaram-se muitos projetos de investimento

e a produção física global cresceu 4,7% em relação a 1993.

A elevação da produção física e a retomada da atividade, entretanto, não resultaram num aumento no faturamento real do setor de alimentação em 1994, segundo as indústrias. A maior exposição da economia à concorrência internacional, a consolidação do Mercosul e o acirramento da competição interna explicam a redução nos preços dos produtos alimentares, a qual ocasionou uma queda do faturamento real desse setor da ordem de 8,8% em relação a 1993. Pesquisa do Centro de Estudos Empresariais da Fundação Getulio Vargas aponta uma redução de 28,26% na margem bruta das empresas de 1993 para 1994, o que vem corroborar os dados mostrados pelas indústrias.

O consumo de alimentos tradicionais como o arroz e o feijão cresceu em níveis muito modestos, o que faz supor que houve deslocamento de demanda para produtos de preços relativos mais favoráveis, como o macarrão e o frango.

A manutenção do poder aquisitivo das classes de renda mais baixa em função da maior estabilidade nos preços permitiu que esta camada da população aumentasse o seu acesso a produtos de maior elasticidade-renda, expandindo o consumo de tais artigos. Destaque-se o segmento de bebidas lácteas, cuja expansão no consumo alcançou 30% em relação ao ano anterior. A carne de primeira também teve sua procura aumentada em 20%, seguida por queijos, compotas e latarias, com ampliação no consumo de 15%, e iogurtes, com 10%. Houve ainda incremento nas vendas de produtos pertencentes ao grupo das *fast-food*, tais como, sanduíches, refrigerantes e sorvetes.

Os segmentos que mais se destacaram em termos de produção física em 1994 foram os de conservas vegetais e sucos, com incremento de 15% na produção em relação a 1993, seguidos pela cadeia do cacau e chocolate, com 14%, e a cadeia do trigo, com expansão de 11%. Laticínios, biscoitos e a cadeia da soja também tiveram um bom desempenho.

Os subsetores que registraram maior declínio foram os de cereais, café e açúcar, que juntos mostraram redução de 5,8% em relação à produção física do ano anterior, e a cadeia de desidratados, que reduziu sua produção em 4%. Com relação ao primeiro agregado, a contração na produção física deveu-se à diminuição da safra brasileira de café em 1994, aliada a uma conjuntura de alta nos preços internacionais, o que acabou por "puxar" os preços da matéria-prima para a indústria, afetando também o consumo e a produção do artigo elaborado. No caso do açúcar, como os preços do mercado internacional haviam sido muito altos em 1994, as exportações foram muito estimuladas, reduzindo a disponibilidade interna. O aspecto do deslocamento da demanda para produtos de maior valor agregado também justifica o declínio da produção física desse grupo de alimentos, que agrega basicamente produtos de consumo tradicional.

Um fato que também chama a atenção é a expressiva queda no faturamento real da cadeia da soja e do subsetor de bebidas, com reduções de 25% e 27% respectivamente em relação ao ano anterior. No caso da soja, a queda no faturamento se deveu à redução dos preços da commodity na Bolsa de Chicago, formadora de preços no mercado internacional. Esta redução foi provocada pela coincidência das safras brasileira e norte-americana, ambas recordes. O segmento de bebidas, por sua vez, foi bastante pressionado pela concorrência internacional em 1994, o que afetou negativamente o seu desempenho financeiro.

Expectativas quanto ao futuro estão otimistas

Com relação aos insumos, as empresas apontaram pressão de custo decorrente da restrição da oferta mundial de vários produtos utilizados na cadeia agroindustrial, tais como derivados de celulose, plásticos flexíveis e alumínio, componentes de embalagens. A indústria teve de absorver grandes aumentos de custo em embalagens plásticas, papel, papelão e vidros. Com relação aos insumos agrícolas não se registraram maiores problemas, uma vez que as safras foram, de um modo geral, suficientes para atender à demanda industrial.

Com a desgravação da economia, houve um aumento substancial das importações de alimentos elaborados, que totalizaram cerca de US$1,6 bilhão, o que representou um crescimento recorde de 118% em relação ao ano anterior. Por sua vez, as exportações de alimentos industrializados também se expandiram no período, registrando uma variação positiva de 19% em relação a 1993. O maior destaque nas exportações foi o subsetor de gorduras, óleos e ceras animais e vegetais, cuja receita cambial em 1994 foi mais do que o dobro daquela gerada no ano anterior.

A abertura comercial e perspectivas de ampliação do mercado interno projetam uma tendência de crescimento nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, *marketing* e equipamentos para expansão e modernização. Por outro lado, permanece entre os empresários uma grande preocupação com relação à política de juros elevados com finalidade de restrição ao consumo, a qual acaba por afetar o capital de giro das indústrias, limitando a sua capacidade de produção. Apesar disto, prevalece entre os industriais a perspectiva de um mercado aquecido pela demanda em alta, por mais que o governo exerça um controle no sentido de reprimir o seu aquecimento, uma vez que a estabilidade monetária por si só incorporaria um novo contingente de consumidores ao mercado. Com relação à matéria-prima, são esperados em 1995 problemas com o açúcar, o leite, o trigo, embalagens e também com relação a frete.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

UVA

Indústrias atrasam pagamento a produtores

A reconversão, que foi considerada necessidade premente, devido ao Mercosul, prossegue com tranqüilidade, em um ano em que afinal ficará pronto o cadastramento dos viticultores gaúchos.

A safra brasileira de uva de 1995, estimada pelo IBGE em aproximadamente 795 mil toneladas, não passou por maiores problemas em seu desenvolvimento vegetativo em regiões do Sul do país. As fortes chuvas do mês de fevereiro, no entanto, afetaram a sua qualidade, considerada apenas satisfatória pelo Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho da Embrapa, localizado em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

Na negociação de preços, em fins do ano passado, as indústrias conseguiram repetir, para 1995, o mesmo preço adotado em 1994, mas a comercialização atual vem sendo considerada má pelos agricultores.

Em termos quantitativos, embora o mais recente levantamento do IBGE tenha corrigido para menos a estimativa da produção, esta se situa apenas 1,5% abaixo do obtido um ano antes. A área colhida, porém, diminuiu um pouco mais: cerca de 2,3%. Nas regiões Sudeste e Sul, tanto a área destinada à colheita como a área colhida, apresentaram redução em todos os estados acompanhados pelo Levantamento Sistemático do IBGE. No Nordeste, a área e a produção da Bahia e de Pernambuco expandiram-se. A produção baiana, além de se colocar como a terceira maior do país, registrou a excelente produtividade física média de 29.278kg/ha, a maior da viticultura brasileira, 130% acima da dos vinhedos gaúchos.

Viticultura cresce apenas nos estados nordestinos

Uva — produção do Brasil — safras 1994 e 1995

UF	1994		1995	
	Área (ha)	Produção(t)	Área (ha)	Produção(t)
Rio G. do Sul	38.672	479.034	38.086	482.966
São Paulo	9.138	134.680	9.076	133.160
Bahia	1.928	56.328	1.957	57.298
Santa Catarina	3.955	53.604	3.734	48.220
Paraná	3.608	43.360	3.030	32.724
Pernambuco	1.971	30.821	2.000	32.000
Minas Gerais	824	8.782	817	8.504
Brasil	60.096	806.609	59.185	794.872

Fonte: IBGE.

A área diminui nas regiões vinícolas

Uva — área e produção do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina

Ano	Rio Grande do Sul		Santa Catarina		São Paulo	
	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção (t)	Área(ha)	Produção(t)
1984	38.631	390.245	5.630	72.532	8.901	110.066
1985	39.207	502.326	5.769	75.546	8.671	101.268
1986	40.213	395.125	5.780	64.972	8.914	96.895
1987	39.852	351.400	5.820	60.000	9.084	107.243
1988	39.839	541.766	5.552	77.781	8.574	99.359
1989	40.436	471.571	4.940	68.816	9.085	105.951
1990	40.027	538.705	4.708	44.157	8.789	126.224
1991	39.983	395.874	4.293	44.112	8.939	122.810
1992	39.634	505.462	4.043	56.630	9.286	123.657
1993	38.924	489.464	4.108	60.690	9.408	119.610
1994	38.672	479.034	3.955	53.604	9.138	134.680
1995	38.086	482.966	3.030	32.724	9.076	133.160

Fonte: IBGE. Levantamento sistemático da produção e *Anuário estatístico do Brasil.*

Na principal área da viticultura brasileira, porém, os problemas da safra situam-se na esfera da comercialização. Os viticultores gaúchos ainda não receberam pela venda da safra. No final do ano passado, quando havia muita incerteza quanto ao comportamento das vendas, as indústrias conseguiram, na negociação de preços com os agricultores, manter o preço que vigorou em 1994, de R$0,13/kg. No fim do ano, as cantinas venderam bem e as expectativas modificaram-se. Agora, contudo, o atraso nos pagamentos vem dificultar o andamento da atividade agrícola (tratos de inverno), embora o setor industrial tenha absorvido rapidamente a produção.

O novo cadastramento da viticultura gaúcha, em substituição ao realizado em 1977, além de permitir melhor visualização da atividade, servirá para a futura denominação pela origem dos vinhos.

Esta situação sustenta a permanência do processo de troca dos parreirais pequenos ou pouco produtivos por outros plantios de frutíferas, o que também se expressa na supracitada retração da área. Aliás, no caso do Rio Grande do Sul, está-se retornando a patamares de uma década atrás, justamente após a assinatura do Tratado de Assunção, que antecipou o prazo de formação do Mercosul.

Novo cadastramento

Melhor entendimento do padrão evolutivo da viticultura brasileira será possível a partir do corrente ano, quando ficará pronto o novo cadastramento do subsetor, em substituição ao anterior, feito em 1977. Desta feita, dando seqüência ao novo regulamento, de 1990, que substituiu a Lei do Vinho, estão sendo cadastrados 10 municípios e, segundo a Embrapa, não se trata mais de preencher uma simples declaração. Os formulários são preenchidos na própria propriedade e se referem à totalidade de sua produção, ou seja, uvas e outras lavouras. Técnicos agrícolas medem os vinhedos das propriedades, levantando as características técnicas de todos eles, quais as variedades que estão sendo cultivadas e quais as suas proporções.

O trabalho de 1977 foi feito somente pelo Ministério da Agricultura. O atual provém de uma parceria entre diversos agentes econômicos relevantes para o subsetor, como a União Brasileira de Vitivinicultura, a Associação Gaúcha de Vitivinicultura, sindicatos rurais e cooperativas, sob a coordenação da Emater-RS. A Embrapa terá uma cópia dos cadastros e outra será entregue aos próprios produtores.

O esforço para a feitura do cadastramento resultará, posteriormente, na definição e adoção, pelo país, de critérios de denominação de origem. Por eles, os vinhos brasileiros passarão a ser classificados e denominados de acordo com as regiões produtoras, como é a tradição francesa. Atualmente, as melhores marcas brasileiras procuram ser varietais. De acordo com a legislação, dá-se ao vinho varietal o nome da variedade nele predominante, que deve corresponder a 60% de sua composição. A Embrapa fará publicar, em agosto, um estudo do pesquisador Jorge Tonieto sobre o assunto, que subsidiará igualmente a classificação por origem.

No outro estado produtor em que tem destaque a produção de uva para a vinificação, Santa Catarina, a Epagri/SC também registrou que o ano foi tranqüilo para a vitivinicultura. As pesadas chuvas de fevereiro, contudo, afetaram os parreirais e prejudicaram a qualidade das frutas que são, em sua grande maioria (cerca de 80%), da variedade Isabel, de procedência norte-americana. As uvas brancas de origem européia e a uva Niagara, também branca, são mais sensíveis e foram mais afetadas pelo clima, o que lhes deu melhores preços. No cômputo geral, faltou produto no estado, devido à boa demanda das indústrias.

Os vinhedos catarinenses, embora tenham apresentado pequena retração em anos recentes, estão bastante estabilizados, sem maiores preocupações com a reconversão ditada pelo Mercosul, que vem produzindo importantes modificações na produção da Serra Gaúcha.

A uva catarinense é majoritariamente da variedade Isabel, para vinhos comuns, e foi afetada pelas fortes chuvas de fevereiro, que prejudicaram sua qualidade.

A situação do plantio paulista é diferente, pois ali predominam as variedades de mesa. Este ano, segundo informações da Casa da Agricultura, de Jundiaí, a comercialização transcorreu sem problemas, mas os produtores que tiveram condições de comercializar sua safra fora do estado ganharam mais. A virtual estagnação da área de plantio mostra que o temor de uma acentuada retração, vigente há alguns anos, não se verificou, e hoje há um processo de renovação dos parreirais. Aliás, a viticultura paulista está difundida pelo território estadual, com áreas de concentração em torno de Jundiaí e Louveira, com uva Niagara; em São Miguel Arcanjo e Ceres, próxima da divisa com Mato Grosso, com uva Itália; e na região de Presidente Prudente, cujo maior produtor é Dracena.

Atualmente, em todos os estados do Sul e do Sudeste ocorre a dormência dos parreirais, com os tratos culturais típicos do inverno, esperando-se que o tempo seja frio e seco o suficiente para propiciar uma boa colheita no início de 1996.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

ALGODÃO

Qualidade e fibra

Nos últimos anos, a qualidade da fibra do algodão se tornou um dos aspectos mais importantes para a cadeia agroindustrial do algodão, desde o cultivo até as indústrias têxteis e de confecções. A satisfação do consumidor final é o ponto-chave deste processo de busca da qualidade.

O estudo das cadeias agroindustriais reside em acompanhar todo o processo de transformação pelo qual a matéria-prima agropecuária passa, até chegar ao consumidor final. Para garantir a qualidade do produto que o consumidor recebe não basta apenas que as indústrias de tecidos e confecções persigam este objetivo: a cadeia do algodão como um todo deve buscar esta meta, que se inicia na própria produção agrícola.

No campo, novas variedades são introduzidas pela pesquisa e utilizadas pelo cotonicultor. Cultivar variedades que produzam fibras de melhor qualidade, atendendo ao padrão de demanda da indústria, significa obter ágios nos preços recebidos. No setor industrial, os equipamentos modernos e automatizados requerem fibras de alta qualidade (em termos de comprimento, resistência, espessura e uniformidade), devido à velocidade de processamento. Por fim chega-se ao consumidor que, na verdade, é o grande elo desta cadeia.

Não fosse a meta de conquistar novos mercados e os países asiáticos, sem discutir aqui a questão dos subsídios na origem, não teriam alcançado posição de tamanho de destaque no comércio mundial. Com o desmantelamento gradativo das barreiras estabelecidas pelo Acordo Multifibras (na conclusão da Rodada Uruguai do Gatt, estabeleceu-se um período de 10 anos para o término total do acordo), aos países em desenvolvimento não restará muita escolha, a não ser investir em tecnologia e se preparar para a competição com os países desenvolvidos. A direção do investimento destes países é no caminho dos produtos de alta qualidade, conquistando novos nichos de mercado e reduzindo custos pela adoção de novas e modernas tecnologias têxteis.[1]

A fibra nacional

A qualidade da fibra nacional ainda é uma questão sujeita a controvérsias no mercado brasileiro. Analisada sob o aspecto genético (físico), a fibra brasileira apresenta, em condições adequadas, padrões equivalentes aos internacionais e ainda atende às exigências da indústria nacional de fiação, que tradicionalmente se utiliza do sistema por anel.

A Fundação Blumenauense de Estudos Têxteis, de Santa Catarina, e a Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F), de São Paulo, produzem detalhados relatórios onde são analisadas as principais características físicas de amostras da matéria-prima que entra nesses estados para ser beneficiada. Nestes relatórios, constam as classificações da fibra do algodão segundo o comprimento (comercial, da metade superior e *Span length* a 2,5% e a 50%), a uniformidade de comprimento, a resistência, o alongamento, o *micronaire* (é uma relação obtida considerando-se a maturidade e a finura da fibra). No entanto, o grau de importância que estas características possuem para a indústria de fiação varia conforme o equipamento utilizado. Para o sistema de fiação a anel, por exemplo, as características mais importantes são o comprimento e a uniformidade, enquanto para o sistema de fiação a rotor *open-end* exige-se mais a resistência e a finura da fibra.[2]

Em 1987, o Conselho Nacional da Indústria Têxtil, por intermédio do Comitê Permanente de Acompanhamento da Qualidade do Algodão Brasileiro, elaborou um documento onde procurou mostrar qual a posição da indústria têxtil brasileira em relação às características, tipos e quantidades do algodão brasileiro que seriam necessários para o melhor desempenho do setor.

A partir de dados fornecidos pelo Instituto Agronômico de Campinas, constata-se que os atributos de qualidade mensurados para a variedade de algodão herbáceo mais utilizada no país, a IAC-20,[3] e para a recém-lançada IAC-22 não diferem muito dos padrões que refletem os níveis médios de qualidade para a fibra internacional, nem dos necessários para a indústria têxtil nacional.

---

[1] Ver *Beyond the Multifibre Arrangement: third world competition and restructuring Europe's textile industry*, publicado pela OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development) em 1995.

[2] Ver, Santana, João Cecílio Farias de et alii. O algodão nordestino e as novas fiações. *Textília*, *5*(16):14-18, 1995.

[3] Estima-se que esta variedade ocupe 500 mil dos quase 1,1 milhão de hectares cultivados com algodão herbáceo no país. No caso do estado do Paraná, segundo o Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura, quase 95% das sementes de algodão comercializadas na safra passada foram da variedade IAC-20.


Como
vender hoje
o que você
só vai colher
amanhã.

BB-CPR
Cédula de Produto Rural

Negociar a colheita antes mesmo do plantio. Tudo com simplicidade, facilidade e sem burocracia. Com negociação direta entre o produtor e o comprador, agilidade de emissão e possibilidade de transferência por endosso. E com a intermediação do Banco que mais apóia a atividade rural no País. Cédula de Produto Rural Banco do Brasil: a moeda forte do campo. A melhor maneira de produtores rurais e cooperativas venderem, antecipadamente, sua produção, recebendo o valor da venda no ato do fechamento do negócio. Se você é produtor, a Cédula de Produto Rural Banco do Brasil vai garantir uma safra de grandes negócios. Fale com o gerente.

BANCO DO BRASIL

A variedade IAC-22, além de produzir uma fibra de melhor qualidade que a IAC-20, possui vantagens agronômicas que a tornarão mais atraente aos produtores, como maior produtividade (2.760kg/ha contra 2.250kg/ha) e maior resistência a pragas e doenças. A sua antecessora, a IAC-21, embora produzisse fibras mais finas e resistentes, não tinha produtividade tão alta (2.250kg/ha, assim como a IAC-20), além de apresentar susceptibilidade ao "vermelhão" do algodão.

Os detalhados relatórios de qualidade de fibra, no entanto, são obtidos por meio de equipamentos modernos de análise, como os HVI — *high volume instruments*. Infelizmente, o alto custo de aquisição e manutenção desses equipamentos inviabiliza sua larga utilização na proximidade das principais regiões produtoras de algodão. Os existentes classificam apenas uma parte da produção brasileira. Muito diferente do que acontece, por exemplo, nos EUA, onde tais equipamentos fazem parte de unidades móveis que se deslocam para as regiões que estão colhendo algodão. A classificação do produto é feita às expensas do próprio produtor.[4]

Desta maneira, os atributos de qualidade usualmente utilizados para classificar o produto nacional são formados por outros critérios, de caráter muito mais visual do que físico. Este é o caso da classificação do algodão em pluma por tipos e pelo chamado comprimento comercial.

A classificação por tipos, no entanto, depende muito mais de fatores extrínsecos às características físicas da fibra, como problemas climáticos e de colheita, que afetam visualmente o produto, tais como impurezas e manchas. O tipo padrão é o de número 6, para uma classificação que vai de 1 a 9, incluindo os meios tipos, sendo os números menores correspondentes aos tipos com menor teor de impureza.

No caso da classificação comercial do comprimento, são consideradas longas as fibras com 34-36mm ou mais. As fibras curtas são as de 28-30mm ou menos, e as fibras médias, as 30-32 e 32-34mm.

O produto mais comercializado na região Sudeste é o tipo 6, com comprimento comercial de fibra entre 30-32mm. A Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (a Claspar), conveniada com o Ministério da Agricultura, é responsável pela classificação de todo algodão que é produzido no Paraná e que entra no estado para ser beneficiado. Sem equipamentos HVI, a

[4]Júlio Isao Kondo, técnico do Instituto Agronômico de Campinas, (comunicação pessoal).

Parâmetros considerados ideais pela indústria têxtil brasileira

	Títulos		
Parâmetros	Grosso/ médio	Médio/ fino	Fino
Resistência da fibra g/tex	>26	>26	>26
Comprimento mm	30-32	32-34	36-38 (+)
Fibras curtas %	>12	>12	>12
Uniformidade %	>45	>45	>45
Maturidade %	>80	>80	>80
Micronaire µg/pol	3,7 a 4,2	3,4 a 3,7	3,4 a 3,7
Alongamento %	7	7	7
Finura Hs	170	150	150
% Produção de algodão desejada	80	15	5

Fonte: *Diretrizes e recomendações para a formulação de uma política de incentivo à produção e à melhoria da qualidade do algodão brasileiro.* Senai/Cetiqt, 1987.

Países desenvolvidos: ganhos em qualidade para competir com os países em desenvolvimento

Estrutura de qualidade da produção na indústria têxtil germânica (em %)

	1980			1990		
Nível de qualidade	Total	Roupas	Tecidos e malhas	Total	Roupas	Tecidos e malhas
Alta	5,00	2,22	8,57	10,00	11,11	8,75
Média-alta	55,00	66,67	40,00	60,59	65,56	55,00
Média	31,25	28,89	34,29	28,24	23,33	33,75
Média-baixa	7,50	2,22	14,29	1,18	0,00	2,50
Baixa	1,25	0,00	2,86	0,00	0,00	0,00

Fonte: Navaretti, Glogio Barba; Faini, Riccardo & Silbersto, Aubrey. *Beyond the Multifibre Arrangement: third world competition and restructuring Europe's textile industry.* Paris, OCDE, 1995.

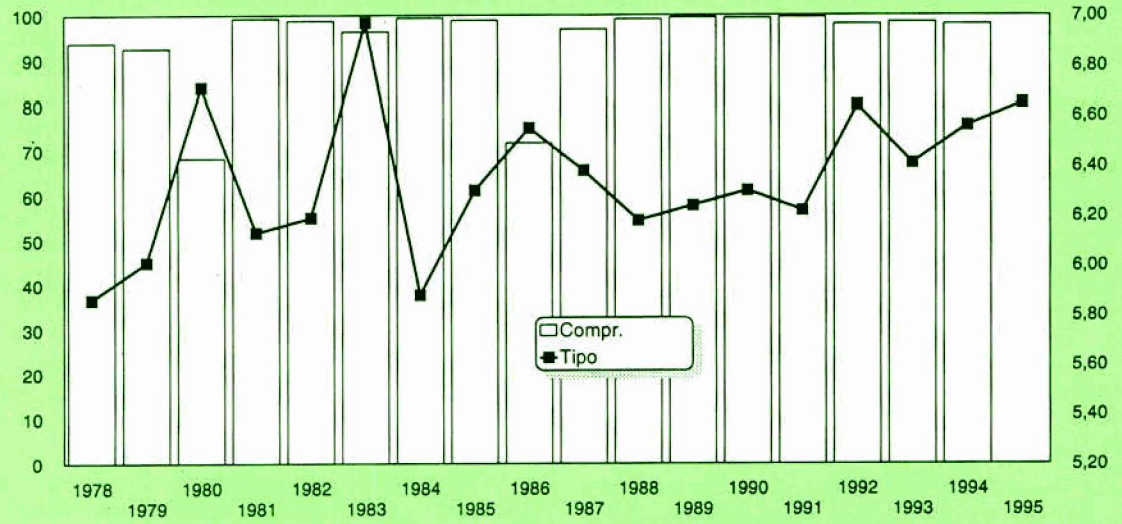
Fibra nacional: dentro dos padrões médios internacionais de qualidade

Características tecnológicas da fibra das variedades IAC-20 e IAC-22

	Comprimento		Razão de			
Cultivar	SL[1] 2,5% (em mm)	Comercial (em mm)	uniformidade (em %)	Resistência (em g/tex)	Micronaire (em µg/pol)	Alongamento (em %)
IAC-20	27,4	30 a 32	47,4	25,1	4,5	6,7
IAC-22	27,4	30 a 32	47,5	26,2	4,2	6,8
Padrão internacional	25 a 29	28 a 32	43 a 45	24 a 26	4,0 a 4,9	5,9 a 6,7

Fonte: IAC — médias de ensaios realizados entre os anos-safra de 1990/91 e 1993/94; e BM&F — Relatório Tecnológico de Fibras.
SL: *Span length.*

Predominância da fibra 30-32, em %, e do tipo médio no estado do Paraná



Fonte: Empresa Paranaense de Classificação do Produto (Claspar).

estatal paranaense conta apenas com a classificação visual e subjetiva da fibra do algodão.

Mesmo sendo utilizada essa subjetiva classificação por tipos e comprimento comercial, especialistas brasileiros afirmam que a fibra nacional possui equivalência com o produto norte-americano usado como base nas políticas domésticas de *loan rate* e *target price*. As fibras norte-americanas Strict Low-Middling (SLM) 1-1/16" e 1-1/32" equivalem ao nosso tipo 6, fibra 30-32mm. Os tipos americanos Middling correspondem aos nossos tipos 4,5 e 5. E os tipos Low Middling (LM) correspondem aos nossos 6,5 e 7.

Os setores têxtil e de confecções dos países desenvolvidos estão voltados para produtos de elevada qualidade.

É preciso na realidade um esforço conjunto entre governo (pesquisa e estabilidade macroeconômica), indústria e produtor para que se migre do convencional sistema de classificação por tipos para sistemas que realmente procurem captar os reais atributos de qualidade da fibra de algodão. Os processos de limpeza, quando malconduzidos muitas vezes deterioram os atributos de qualidade da fibra, em troca, apenas de uma fibra mais limpa. Esta valorização da importância da limpeza da fibra, em detrimento de seus atributos físicos, acaba distorcendo todo o sistema de comercialização do algodão, comprometendo, de certa forma, toda e qualquer intenção no sentido de buscar o aprimoramento da qualidade do produto ao longo da cadeia.

Importações: uma ameaça à cadeia agroindustrial do algodão

Tanto para a cotonicultura nacional como para o setor têxtil, o grande volume de importações que vem sendo registrado nos últimos anos constitui uma séria ameaça para um segmento que é reconhecido mundialmente comc estratégico. Segundo a OCDE, no início da década de 90, o setor têxtil e de confecções foi responsável por 10% do emprego industrial nos países desenvolvidos e 26% nos países em desenvolvimento. Nestes últimos, as exportações representaram 24% do total de produtos industrializados exportados.

Além das falhas que o sistema de classificação nacional possui, a entrada das importações, facilitada pela abertura comercial que o governo brasileiro vem conferindo ao setor e pelos preços artificialmente baixos, conseguidos mediante conhecidos subsídios na origem, desestimulam qualquer ação em torno de um aprimoramento de qualidade na cadeia agroindustrial do algodão. A concorrência desleal com produtos subsidiados na origem desestimula a produção interna, tanto do algodão como dos produtos têxteis.

Só no primeiro trimestre deste ano, as importações registradas no capítulo 52 da Tarifa Aduaneira Brasileira (TAB)[5] foram 291% superiores a igual período do

[5] Engloba os seguintes produtos: algodão não-cardado e não-penteado; desperdícios de algodão; algodão cardado ou penteado; linhas para costura, de algodão; fios de algodão e tecidos de algodão.

ano passado, em quantidade, e 109% superiores em valores — resultado este obtido pela grande importação de tecidos asiáticos. Em 1993, o súbito aumento das importações registradas nesse capítulo foi devido basicamente à entrada de um grande volume de algodão em pluma subsidiado, principalmente dos EUA. Segundo registra o próprio Departamento de Agricultura norte-americano, as exportações para o Brasil passaram de 182 mil fardos, em 1992, para 337 mil, em 1993.

A fibra brasileira apresenta, em condições adequadas, padrões equivalentes aos internacionais.

Ademais, os produtos importados contam com facilidades no financiamento que tornam o produto nacional menos atraente para aquisição. Além de contar com um prazo de pagamento de até 360 dias, as taxas de juros que os importadores brasileiros pagam são as internacionais, ou seja, de 6 a 8% ao ano.

A procura do produto importado pode ser em parte explicada pela necessidade da indústria de buscar fibras com atributos mais adequados aos novos processos e requisitos do produto final. A Fundação Blumenauense, em 1987, realizou uma pesquisa de comparação da qualidade da fibra nacional com as fibras importadas que ressalta justamente este ponto. Conclui que a fibra do algodão produzido no Brasil não se adequa às exigências e necessidades das novas e modernas tecnologias que a indústria vem empregando, como a fiação a rotor, a jato de ar e por fricção. Nossa fibra pode ser extremamente semelhante aos padrões médios internacionais, e atender em geral à demanda da indústria de fiação nacional, que utiliza em grande parte o processo de fiação por anéis. No entanto, para competirmos com os produtos internacionais de qualidade, há que se fazer muito esforço, tanto do lado da produção, como do lado industrial.

Do governo, é preciso firmeza e determinação na condução da política econômica, reduzindo as exorbitantes taxas de juros, conduzindo a economia para uma estabilidade sustentável, e estimulando o investimento em novas tecnologias. Do lado da indústria, a garantia de alíquotas baixas para a importação da matéria-prima não é suficiente para o setor enfrentar a concorrência externa. É uma medida paliativa e de curto prazo, que compromete a cotonicultura nacional e não resolve definitivamente o problema de competitividade do setor industrial. Há que se promover a modernização do seu parque industrial, bem como estimular a produção da matéria-prima nacional, observando a meta da qualidade, por meio, por exemplo, da implementação de arranjos contratuais, como os que funcionam em diversas outras cadeias agroindustriais. Do lado da produção, algumas metas devem ser perseguidas, como o contínuo aprimoramento genético das nossas variedades, a implementação da colheita mecanizada e a renovação e atualização das máquinas de descaroçamento e beneficiamento de algodão.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

MERCADO DE CARNES

A disputa pelo consumidor

Os setores de carnes bovina, avícola e suína passaram por muitas mudanças desde 1980, tanto no Brasil como nos EUA. O cruzamento dos dados de consumo per capita *e de preço no varejo em gráficos divididos em quatro quadrantes retrata esse passado de forma original.*

Muito se tem falado a respeito da competitividade entre os diversos tipos de carnes, dentro do complexo cárneo em nível internacional. Ultimamente, vêm-se repetindo, nas publicações especializadas, pesquisas que nunca falham em apontar a vantagem comparativa que a carne avícola detém em relação à bovina e à suína, com o crescimento de sua produção sendo diretamente imputado ao fato de ela aliar atributos de grande apelo junto aos consumidores.

De fato, num mundo em que a preocupação com a relação qualidade/preço vem assumindo proporções cada vez maiores, não é de estranhar que a avicultura esteja em ampla vantagem diante das concorrentes.

Se esta é a situação de fato hoje, em anos passados o posicionamento competitivo entre os três produtos era muito diferente. Ao longo dos últimos 25 anos, o perfil do consumo mundial das proteínas animais tem mudado de forma consistente, a partir de alterações nos padrões de demanda, que vão desde as preocupações quanto à ingestão de gordura e ao colesterol, até a conveniência do preparo dos alimentos.

Mudanças demográficas, caracterizadas por casamentos mais tardios e diminuição no tamanho das fa-

mílias, completam o quadro, usualmente ocorrendo uma conjugação entre maior disponibilidade de renda e menor disponibilidade de tempo para a aquisição, preparo e consumo de alimentos.

A título de exemplo, a demanda de carne bovina industrializada sob a forma de hambúrguer tem experimentado rápido avanço em anos recentes no mercado norte-americano, devido à sua evidente praticidade. Na contramão, tem decrescido a procura de cortes do boi cujo consumo se dá sob a forma assada ou cozida.

O crescimento das redes de alimentação do tipo *fast-food* reflete esta tendência, com cada vez mais pessoas recorrendo a elas como opção rápida e barata. Até porque, à medida que aumentam a renda e o número de pessoas que trabalham dentro da mesma família, os indivíduos tendem a alimentar-se mais fora do domicílio.

O avanço mais incisivo da carne branca nos cardápios brasileiros ligou-se diretamente à perda do poder de compra dos salários.

O consumidor tem alterado seus hábitos de consumo

Entre o início dos anos 70 e meados da década de 80, o perfil da preferência dos consumidores norte-americanos quanto aos alimentos alterou-se substancialmente. Passou-se a ingerir mais carne de frango, queijo, frutas e legumes frescos, frutas processadas e em suco, produtos derivados de cereais, e outros alimentos processados. Por outro lado, declinou o consumo de carne bovina e suína, legumes processados, açúcar, doces, café e chá.

De modo geral, as pesquisas que visam comprovar este processo de mudança nos hábitos alimentares usualmente utilizam a verificação dos dados de disponibilidade interna. De fato, no que diz respeito às carnes, as estatísticas são claras em mostrar que, no Brasil, desde 1970, a grande vitoriosa tem sido a carne avícola, cujo consumo *per capita* anual avançou 51% entre aquele ano e 1994. Já para a carne bovina, o aumento foi de apenas 5%, enquanto ocorreu decréscimo de 5% junto à carne suína.

Uma forma mais interessante de ver como cada um dos três setores se comportou ao longo deste período parece ser a reprodução, para o caso brasileiro, da análise realizada pelo Departamento de Economia Agrícola e Aplicada da firma norte-americana de consultoria Virginia Tech para o caso daquele país.

Tal estudo foi efetivado plotando-se os dados de consumo *per capita* anual e do preço real varejista médio anual de cada produto em gráficos cartesianos, os quais foram a seguir divididos em quatro quadrantes. Desta forma, foram gerados quatro campos de situação específica de mercado.

No quadrante a noroeste (quadrante A) estariam aliados baixo consumo *per capita* e altos preços no varejo; a nordeste (quadrante B), alto consumo *per capita* e altos preços varejistas; a sudeste (C), alto consumo *per capita* e baixos preços varejistas; e a sudoeste (D) baixo consumo *per capita* e baixos preços varejistas.

No que diz respeito à carne bovina, a época de ouro para os pecuaristas de corte nos EUA ocorreu durante a década de 70, cujos pontos se encontram especialmente no quadrante B, aliando-se um elevado consumo *per capita* a preços recordes no varejo. A partir da década seguinte, porém, a trajetória passou a ser de retrocesso e descenso, num movimento que, no início dos anos 90, levou os pontos a se situarem no pior dos quadrantes do ponto de vista dos produtores (D).

O que se observa é que, apesar da forte queda verificada no preço varejista da carne bovina entre 1981 e 1986, o consumo *per capita* anual praticamente não se moveu, sugerindo que, já àquela época, o consumidor médio norte-americano revelava-se crítico quanto à ingestão da carne vermelha. Apenas ao final daquela década, houve uma recuperação marginal no preço, mas à custa de novo afastamento do consumidor em relação a este produto. Observe-se que, em 1994, a recuperação (marginal) do consumo desta carne se deu devido a um recorde histórico de desvalorização do seu preço.

O consumidor brasileiro ainda reage primariamente a preços

No caso brasileiro, se o quadro não é idêntico ao observado nos EUA, sem dúvida há algumas similaridades.

Num mundo em que a relação qualidade/preço vem alcançando proporções cada vez maiores, é natural que a avicultura obtenha vantagens diante das carnes concorrentes.

O fato de nem todos os pontos da década de 70 terem-se localizado nos quadrantes B e C, como nos EUA, deve-se às particularidades do ciclo pecuário no Brasil. Explicitamente, em 1978 teve início mais uma fase de retenção das matrizes por parte dos pecuaristas, movimento que deu suporte às cotações e que se manteve no ano seguinte.

Por outro lado, se o movimento dos anos mais recentes guarda grande semelhança com o observado nos EUA — com uma clara tendência de diminuição, tanto

no consumo, como nos preços —, outros foram os motivos que não a simples rejeição por razões nutricionais.

Na primeira metade da década de 80, no Brasil, não se assistiu à desesperada tentativa dos pecuaristas norte-americanos de segurar o consumo por meio de forte queda nos preços. Antes, a marcante presença dos pontos no quadrante A mostra que o embate entre produtores e consumidores assumiu aqui outro aspecto, com as oscilações econômicas de então e o recrudescimento inflacionário responsabilizando-se pela resistência dos consumidores a aceitarem a elevação dos preços. Em outras palavras, a incapacidade de aumentar o consumo *per capita* do produto derivou tão-somente da perda do poder de compra.

No final dos anos 80 e início dos 90, a situação alterou-se, com todos os pontos localizando-se no quadrante D. Desde 1991, os preços têm caído sistematicamente, embora isto nem sempre tenha sido suficiente para empolgar os consumidores, que chegam até a diminuir o consumo (casos de 1992 e 1993).

O motivo não reside aparentemente na perda do poder de compra, já que a relação entre o salário mínimo e o preço deste produto cresceu entre 1990 e 1993. Resta a explicação de que os consumidores tenham preferido direcionar seus recursos para a carne avícola (produto de melhor relação custo/benefício) e/ou para outras despesas.

Enquanto pecuaristas e consumidores travavam essas disputas no Brasil e nos EUA, o papel de coadjuvante reservado de início à avicultura passou por modificações, desta feita de forma praticamente igual em ambos os países.

Particularidades da carne avícola garantiram seu sucesso de vendas

Conforme pode ser comprovado pelos gráficos referentes à carne avícola, nos dois casos sua trajetória foi muito semelhante, com os pontos deslocando-se paulatina e diretamente do quadrante A ao quadrante C. As diferenças dizem respeito ao fato de, no Brasil, nos anos 70, o consumo *per capita* ter apresentado um avanço gradual (mesmo quando a queda do preço real não existia ou não era significativa de um ano para outro), além de ter havido relativamente poucas oscilações no preço.

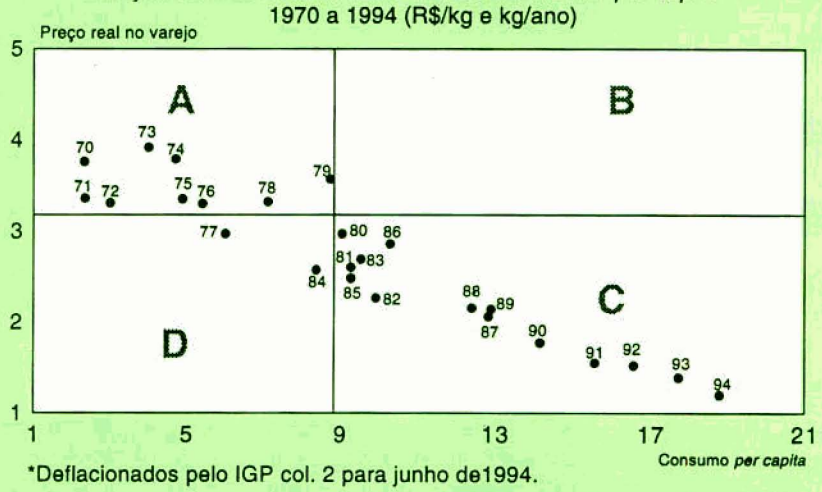
Enquanto isto, nos EUA, de 1970 a meados dos anos 80, o consumo *per capita* de frango resistiu a expandir-se. Este processo só deslanchou a partir de 1987, ano em que ocorreu ao mesmo tempo violenta retração no consumo *per capita* da carne bovina.

Tem decrescido a procura de cortes do boi cujo consumo se dá sob a forma assada ou cozida.

Conclui-se, portanto, que o avanço muito mais incisivo da carne branca nos cardápios brasileiros ligou-se

Brasil — carne de frango

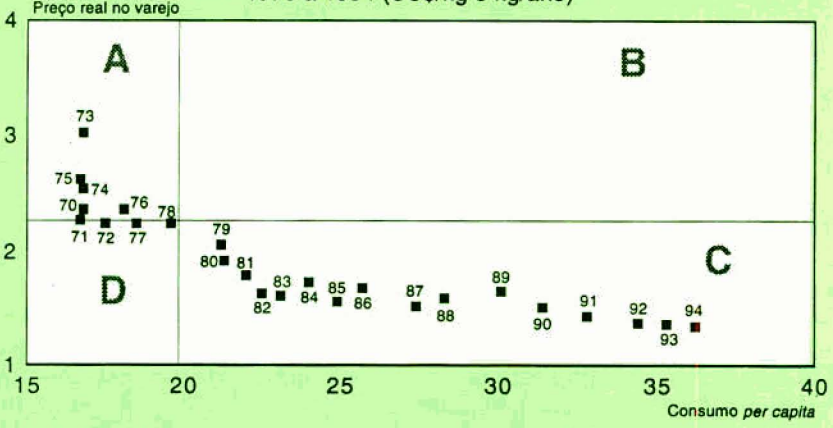
Preços reais* na cidade de São Paulo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (R$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo IGP col. 2 para junho de1994.

EUA — carne de frango

Preços reais* no varejo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (US$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo CPI para 1982-84.

diretamente à perda do poder de compra dos salários, ajudado pelo fato de as oscilações econômicas (e, por conseqüência, o ciclo pecuário) sempre terem dificultado uma maior flexibilidade nos preços da carne bovina com vistas a frear as eventuais quedas no seu consumo.

Por sua vez, nos EUA o processo de substituição da carne bovina pela avícola só adquiriu força ao entrar em cena a maior conscientização do público quanto aos malefícios da ingestão de gorduras e do colesterol.

Por último, cumpre analisar o encadeamento dos dados referentes à carne suína, alimento cuja sobrevivência em ambos os países ainda depende de uma série de iniciativas de *marketing* que a livrem do estigma de "fazer mal à saúde".

No caso norte-americano, a erraticidade da localização dos diversos pontos consola os suinocultores brasileiros, mostrando que, lá como cá, os criadores vivem à base de constantes mudanças no seu perfil de mercado.

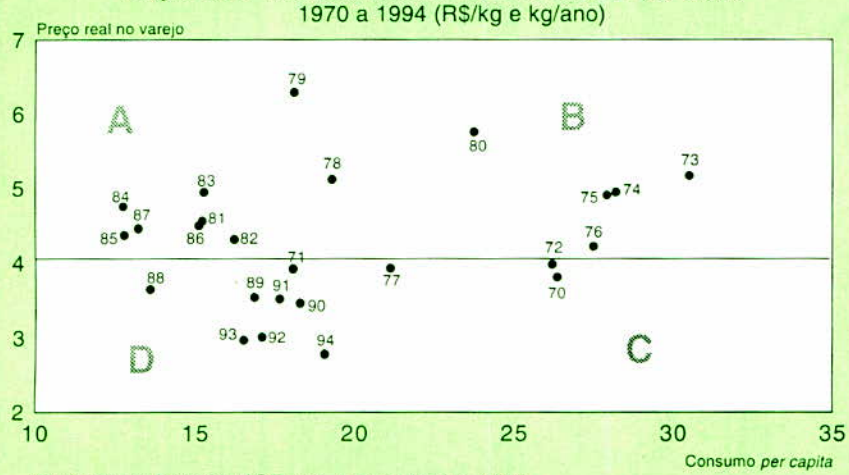
Naquele país, mais de metade dos pontos referentes à década de 70, quando a população não dava maior importância às propriedades dos alimentos, localizou-se no quadrante A. Não foi por outro motivo que três desses pontos ficaram no quadrante C, pois a demanda então reagia pronta e positivamente a diminuições no preço.

Já nos anos 80, o quadro começou a mudar, agudizando-se o processo de rejeição ao produto a partir da segunda metade da década, à semelhança do que aconteceu com referência à carne bovina e pelas mesmas razões já apontadas (pontos no quadrante D).

Na atual década, os produtores norte-americanos de suínos têm conseguido aos poucos recuperar os níveis de consumo, mas sempre à custa de ininterruptas desvalorizações em seu preço. Em 1994, o preço foi o mais baixo da série, e o consumo apresentou razoável avanço em relação à média do quadriênio 1990-93.

Brasil — carne bovina

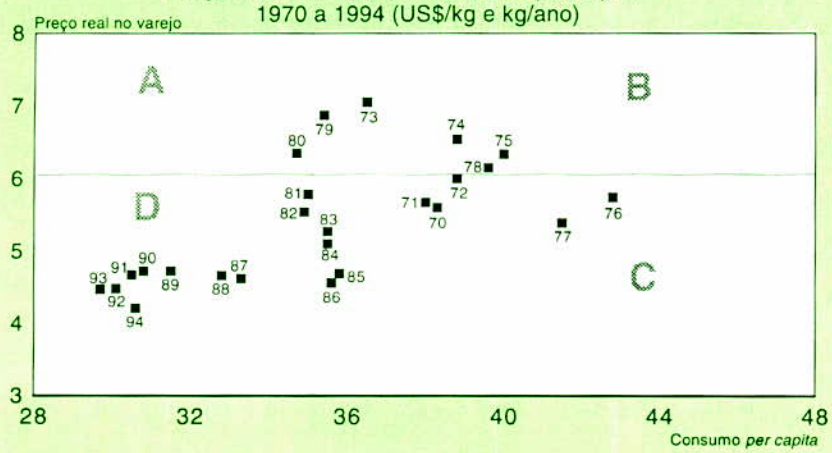
Preços reais* na cidade de São Paulo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (R$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo IGP col. 2 para junho 1984.

EUA — carne bovina

Preços reais* no varejo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (US$/kg e kg/ano)



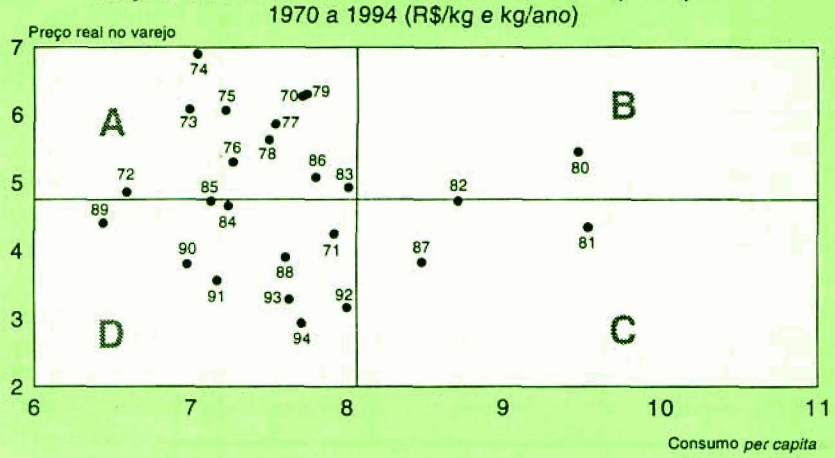
*Deflacionados pelo CPI para 1982-84.

Suinocultura brasileira precisa de estímulo ao consumo

Se o quadro suinícola para o Brasil foi semelhante ao norte-americano nos anos 70 (pontos no quadrante A), o mesmo não se pode dizer quanto à década seguinte, quando os pontos se espalharam por todos os quadrantes. Isto significa que, na mesma época em que os consumidores nos EUA passaram a rejeitar o produto independentemente de desvalorizações reais em seu preço, no Brasil o perfil deste mercado permaneceu indefinido. De qualquer for-

Brasil — carne suína

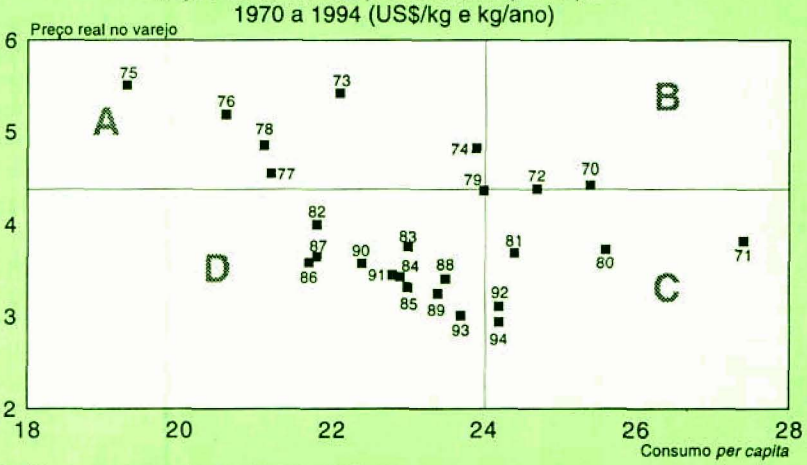
Preços reais* na cidade de São Paulo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (R$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo IGP col. 2 para junho 1984.

EUA — carne suína

Preços reais* no varejo e consumo *per capita* — 1970 a 1994 (US$/kg e kg/ano)



*Deflacionados pelo CPI para 1982-84.

ma, continuou a haver uma relação inversa entre preço e consumo, evidenciando que a calibragem da ingestão deste alimento continuava a dar-se em função do preço.

Por outro lado, aparentemente não houve interesse dos produtores e/ou transformadores de carne suína no Brasil em estimular um avanço na ingestão do produto, mediante uma política consistente de desvalorização dos preços. Num verdadeiro círculo vicioso, o consumo não cresce porque o preço não desce, e o preço não desce porque a produção não sobe, e a produção não sobe porque o consumo não cresce. Isto transparece ao se constatar que, entre 1980 e 1989, o consumo *per capita* médio da carne suína foi 3,4% menor do que o da década anterior.

Nos últimos anos, o consumo continuou reagindo de forma positiva a quedas nos preços, e vice-versa. A grande diferença passou a residir no indicador preço, por se estar no quadrante D, com os níveis de 1992 e 1994 tendo atingido os mais baixos patamares históricos (sem que isto tivesse relação com aumento da oferta).

A única surpresa ficou por conta de 1994, quando o consumo quase não variou em comparação com o precedente, apesar da queda de 11% no preço varejista. Muito provavelmente este fenômeno não se deveu a qualquer tipo de preconceito em relação ao produto, mas sim à incapacidade dos produtores de disputarem mercado com as carnes bovina e avícola, já que os preços destas duas declinaram, respectivamente, 6% e 14%.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS



La investigación sobre administración rural para el desarrollo del pequeño agricultor.
(Serie FAO: Sistemas de Explotación Agrícola nº 6)
327 páginas, US$ 31,00

Situación y perspectivas de los productos básicos: 1994-1995.
(Colección FAO: Desarrollo económico y social nº 53)
186 páginas, US$ 40,00

El cultivo de la soja en los trópicos. — mejoramiento y producción.
Preparado por um grupo de cientistas do Centro Nacional de Pesquisa da Soja da EMBRAPA
(Colección FAO: Producción y protección vegetal nº 27)
260 páginas, US$ 50,00

El capibara (Hydrochoerus hydrochaeris).
Estado Actual de su Producción.
(Estudio FAO Producción y Sanidad Animal nº 122)
114 páginas, US$ 12,00

La domesticación y cria de la paca (Agouti paca).
(Guía FAO Conservación nº 26)
91 páginas, US$ 10,00

Examen de la situación mundial de las especies altamente migratorias y las poblaciones transzonales.
(Documento Técnico Pesca nº 337)
81 páginas, US$ 10,00

Construcción de embarcaciones pesqueras: 2. — Construcción de embarcaciones pesqueras en fibra de vidrio.
(Documento Técnico Pesca nº 321)
108 páginas, US$ 10,00

Orientaciones para la promoción de la ordenación medioambiental del desarrollo de la acuicultura costera.
(Documento Técnico Pesca nº 328)
144 páginas, US$ 14,00

Editora da Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
22.253-900, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 536-9110 e 536-9196
Fax.: (021) 551-5755 e 551-1596

Faça hoje mesmo seu pedido e ganhe um desconto especial de 35%. Preços em US dólares, convertidos pelo câmbio comercial do dia do pagamento, através de cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, depósito na conta 55.597.036.1 do Banco do Brasil S.A agência 0287-9 (encaminhar cópia do comprovante) ou cartão de crédito (informar número e validade).

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1995

Resultados de junho de 1995

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência em pontos de percentagem	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	0,87	100,00	0,87	0,29
Itens do IPA-DI	1,13	66,12	0,75	0,25
Alimentação	2,87	36,25	1,04	0,35
Matérias-primas brutas	-0,97	29,87	-0,29	-0,10
Algodão arbóreo	-5,12	0,14	-0,01	0,00
Algodão herbáceo	-6,18	1,33	-0,08	-0,03
Amendoim	5,00	0,11	0,01	0,00
Arroz em casca	-3,51	1,99	-0,07	-0,02
Aves	4,16	1,88	0,08	0,03
Babaçu	8,11	0,07	0,01	0,00
Borracha hévea	0,00	0,12	0,00	0,00
Bovinos	-1,57	6,08	-0,10	-0,03
Cacau	-5,28	0,72	-0,04	-0,01
Café em coco	-5,37	3,69	-0,20	-0,07
Cana-de-açúcar	1,19	4,81	0,06	0,02
Cevada	11,35	0,08	0,01	0,00
Erva-mate (bruta)	3,43	0,04	0,00	0,00
Fumo em folha	0,52	0,47	0,00	0,00
Juta	0,00	0,04	0,00	0,00
Leite *in natura*	0,75	3,79	0,03	0,01
Malva	0,00	0,05	0,00	0,00
Soja	3,76	1,35	0,05	0,02
Suínos	-7,29	1,07	-0,08	-0,03
Trigo	2,03	2,04	0,04	0,01
Itens do IPC-BR	0,34	33,88	0,12	0,04
Alimentação	0,32	31,27	0,10	0,03
Gêneros alimentícios	0,07	27,02	0,02	0,01
Adoçantes	-0,84	0,50	0,00	0,00
Arroz e feijão	-0,12	0,99	0,00	0,00
Aves e ovos	-2,03	1,16	-0,02	-0,01
Bebidas não-alcoólicas	2,56	1,50	0,04	0,01
Carne bovina	-1,43	2,26	-0,03	-0,01
Carne suína	-4,47	0,14	-0,01	0,00
Carnes e peixes industrializados	-0,69	1,40	-0,01	0,00
Condimentos	1,53	0,80	0,01	0,00
Doces e chocolates	3,53	0,58	0,02	0,01
Frutas	1,59	3,39	0,05	0,02
Hortaliças	-3,01	5,08	-0,15	-0,05
Laticínios	1,25	3,53	0,04	0,01
Massas e farinhas	0,65	0,78	0,01	0,00
Óleos e gorduras	-0,92	0,76	-0,01	0,00
Outros gêneros alimentícios	-0,58	0,21	0,00	0,00
Panificados	3,94	2,49	0,10	0,03
Pescado	-1,95	0,95	-0,02	-0,01
Enlatados e conservas	0,50	0,50	0,00	0,00
Alimentação fora	1,93	4,25	0,08	0,03
Bebidas alcoólicas e fumo	0,60	2,61	0,02	0,01

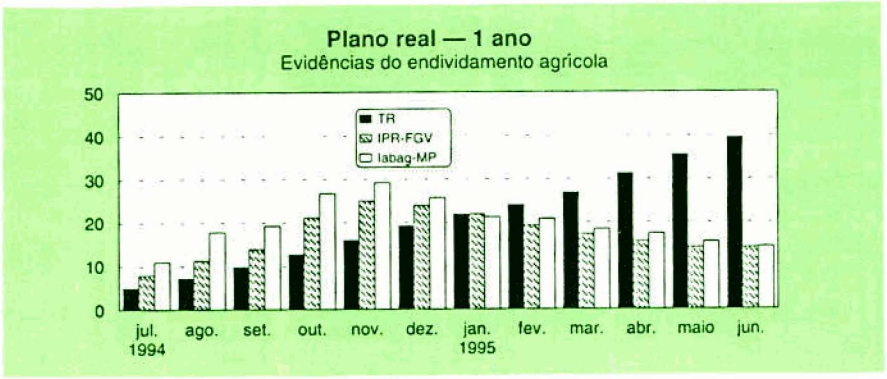
Iabag e Plano Real: um balanço

Com o fechamento do índice de junho, completa-se a série de um ano do Iabag-Real. Até novembro, a evolução dos preços no segmento do agribusiness contribuiu positivamente para o aumento das taxas inflacionárias. A partir de então, o índice vem apresentando resultados bem abaixo do índice geral de preços, o que contribui de modo significativo para a manutenção dos baixos patamares inflacionários ao longo do primeiro semestre de 1995 (no acumulado de 1995, o Iabag registrou uma elevação de apenas 0,24%, contra 10,03% do IGP-DI e 16,93% da taxa referencial).

Nesta contribuição significativa para a evolução da inflação brasileira, deve ser dado o devido destaque ao componente matérias-primas brutas (Iabag-MP) que vem, desde dezembro do ano passado, registrando sucessivas deflações. Observando-se a evolução mensal deste componente, encontra-se o motivo pelo qual o endividamento do setor agropecuário vem se agravando ano após ano. Enquanto a TR, em 12 meses, acumulou aumento de 39,52%, o Iabag-MP registrou elevação de apenas 15,23%, sem considerar a incidência dos juros reais de 6 a 12% além da TR sobre os financiamentos agrícolas.

No entanto, nem todos os componentes caminharam no mesmo sentido. Alguns itens, principalmente do grupo dos preços ao consumidor, apresentaram uma forte elevação neste primeiro ano do real, bem acima do acumulado do Iabag nos 12 meses, como frutas, 129,44%, hortaliças, 124,04%, pescado, 87,27%. O item referente a serviços, alimentação fora, variou 53,62%. Somente os itens anteriores explicam mais de 10% do resultado final do índice.

No atacado, os componentes de grande peso no Iabag, como, arroz, aves, bovinos, soja e trigo, variaram, ao longo dos 12 meses do plano, abaixo do IGP-DI. Bovinos e soja chegaram a apresentar deflação, no período, de respectivamente 4,32 e 20,82%.



Plano real – índices de preços e taxa de juros

					Itens do IPA-DI		
	TR[1]	IGP-DI	IPR-FGV	Iabag/FGV	Alimentação	Matérias-primas brutas	Total
Jul./94	5,03	5,47	7,97	10,93	11,81	11,74	11,77
Ago./94	2,13	3,34	3,11	8,57	18,93	6,24	12,15
Set./94	2,44	1,55	2,36	3,28	8,39	1,22	4,76
Out./94	2,56	2,55	6,34	5,78	7,61	6,30	6,97
Nov./94	2,92	2,47	3,21	4,12	6,26	1,95	4,16
Dez./94	2,87	0,57	(0,85)	(0,59)	0,33	(2,70)	(1,11)
Jan./95	2,10	1,36	(1,64)	0,50	3,22	(3,59)	0,03
Fev./95	1,85	1,15	(2,16)	0,52	0,00	(0,31)	(0,14)
Mar./95	2,30	1,81	(1,69)	1,56	3,06	(2,00)	0,78
Abr./95	3,47	2,30	(1,43)	1,81	3,90	(0,90)	1,80
Maio/95	3,25	0,40	(1,26)	(4,86)	(11,15)	(1,61)	(7,08)
Jun./95	2,89	2,62	(0,45)	0,87	2,87	(0,97)	1,13
Acum. 12 meses	39,52	28,71	14,18	36,51	67,06	15,23	39,34
2º sem. 94	19,32	16,98	24,02	36,19	65,36	26,70	44,68
1º sem. 95	16,93	10,03	(7,93)	0,24	1,03	(9,05)	(3,69)

[1]Fonte: Andima/Banco de Dados FGV.

Iabag — junho de 1995

Em junho, o Iabag registrou alta de 0,87%, ou seja, 5,73 pontos percentuais acima do índice de maio.

Os itens de maior influência sobre o Iabag de junho, conforme pode ser observado na tabela, foram café em coco, com redução de 5,37%, bovinos (-1,57%) e algodão herbáceo (-6,17%); e em sentido contrário, aves com elevação de 4,16% e cana-de-açúcar (1,19%), todos eles componentes de matérias-primas brutas do IPA. Pelo lado do IPC, cabe mencionar hortaliças, que caíram 3,01%, enquanto panificados registraram alta de 3,94%.

Com referência aos produtos do grupo alimentação do IPA não constantes das tabelas, que somente apresentam o resultado agregado, destacamos aqueles de maior influência no mês de junho: mamão (alta de 16,71%), cebola (76,94%) e aipim (8,44%).

Iabag — Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado-disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados integrantes do IPA-DI, que foram classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do Iabag, assim como sua influência no índice, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorridos no mês, constam da tabela.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
RUBENS ABDELHAY

IBGE — SÍNTESE ESTATÍSTICA

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
Abacaxi	736	33	794	36	826	37	835	40	974	44
Algodão em caroço	1.813	1.904	2.080	1.831	1.885	1.878	1.135	1.060	1.367	1.181
arbóreo	38	512	39	345	22	284	8	137	17	121
herbáceo	1.783	1.392	2.041	1.486	1.863	1.594	1.127	923	1.350	1.060
Alho	71	17	85	19	79	17	87	17	85	18
Amendoim em casca	138	84	141	89	172	101	152	86	159	91
Arroz em casca	7.421	3.947	9.488	4.122	10.006	4.687	10.108	4.411	10.499	4.415
Aveia em grão	178	193	230	265	297	284	263	268	257	276
Banana	551	488	554	491	562	516	558	520	575	517
Batata-inglesa	2.234	158	2.267	162	2.432	173	2.368	162	2.480	171
1ª safra	–	–	–	–	1.406	–	1.285	–	1.330	–
2ª safra	–	–	–	–	699	–	724	–	767	–
3ª safra	–	–	–	–	317	–	350	–	330	–
Cacau	356	665	321	668	329	731	341	734	331	699
Café em coco	2.930	2.909	3.041	2.763	2.589	2.500	2.558	2.559	2.617	2.101
Cana-de-açúcar	262.674	4.273	260.888	4.211	271.475	4.211	244.344	3.864	291.950	4.349
Castanha de caju	108	583	186	645	108	695	77	726	126	628
Cebola	869	75	888	77	896	76	929	72	1.019	81
Centeio em grão	5	4	6	5	7	7	5	6	4	4
Cevada em grão	157	105	112	97	125	67	110	67	92	54
Coco-da-baía	734	214	851	231	891	240	837	232	902	232
Feijão em grão	2.234	4.680	2.745	5.434	2.797	5.149	2.478	3.884	3.371	5.469
1ª safra	–	–	–	–	1.553	–	1.343	–	1.636	–
2ª safra	–	–	–	–	1.019	–	808	–	1.380	–
3ª safra	–	–	–	–	228	–	281	–	267	–
Fumo em folha	445	274	414	287	576	345	658	373	544	339
Guaraná	2	11	2	7	2	7	2	8	2	7
Juta (fibra)	4	3	3	3	3	3	4	3	2	2
Laranja	87.603	913	94.682	983	98.411	989	93.986	801	87.111	896
Maçã	2.718	22	2.635	26	2.999	24	3.494	26	3.667	27
Malva (fibra)	19	21	12	14	19	16	17	11	16	10
Mamona	148	290	130	234	102	175	43	141	53	106
Mandioca	24.322	1.938	24.538	1.945	21.919	1.826	21.837	1.811	24.469	1.850
Milho em grão	21.348	11.394	23.624	13.064	30.506	13.364	30.051	11.871	32.487	13.748
1ª safra	–	–	–	–	29.096	–	27.799	–	30.003	–
2ª safra	–	–	–	–	1.460	–	2.266	–	2.339	–
Pimenta-do-reino	78	34	84	37	33	29	42	24	35	21
Rami (fibra)	10	7	8	6	7	5	7	5	4	3
Sisal (sisal)	185	249	234	300	204	264	126	179	131	165
Soja em grão	19.898	11.487	14.938	9.617	19.215	9.441	22.575	10.635	24.911	11.514
Sorgo em grão	236	138	258	174	282	164	282	140	288	150
Tomate	2.261	61	2.344	61	2.141	52	2.348	54	2.678	62
Trigo em grão	3.094	2.681	2.917	2.049	2.796	1.956	2.156	1.463	2.108	1.348
Uva	805	59	648	59	800	60	787	60	807	60
Total	–	49.079	–	47.805	–	47.985	–	44.394	–	49.125

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
* Dados revistos em maio de 1995.

Safra de inverno: um sinal para o governo

As estatísticas referentes à safra de inverno encontram-se praticamente finalizadas. Como se esperava, a crise pela qual a agricultura brasileira vem passando repercutiu de forma negativa sobre a área e a produção dos principais cultivos de inverno. A área plantada com o trigo, por exemplo, apresentou decréscimo de 27,17% em relação à do ano passado, não devendo passar de 1 milhão de hectares (os estados do Centro-Oeste, apesar de não possuírem áreas expressivas em termos nacionais, apresentaram as maiores reduções, no total 56,76%). As estimativas da produção tritícola, 18,89% menores que a safra passada, só não são piores pela constatação, pelo IBGE, de que o plantio este ano foi realizado nas melhores áreas das propriedades, uma forma de contornar a escassez dos recursos financeiros. Outros cereais de inverno, como aveia e centeio, também registraram fortes reduções em suas áreas de plantio, –42,76% e –40,10%, respectivamente.

Estes números devem servir como um sinal para o governo de que grandes safras como a de 1994/95 apenas poderão ser sustentadas, daqui para a frente, com uma total clareza e redefinição dos instrumentos de política agrícola utilizados até o presente.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1994	1995	Informantes	1994	1995
Abacaxi	100,00	43,57	44,67	100,00	973,55	987,96
Algodão em caroço		1.179,53	1.260,52		1.365,98	1.550,65
arbóreo	100,00	121,10	103,35	100,00	16,90	19,54
herbáceo	99,83	1.058,44	1.157,17	99,91	1.349,09	1.531,11
Alho	73,36	12,94	9,74	71,12	59,85	43,56
Amendoim em casca		91,07	90,92		158,86	145,68
1ª safra	100,00	66,98	69,99	100,00	124,31	115,18
2ª safra	100,00	24,09	20,93	100,00	34,54	30,49
Arroz em casca	99,94	4.415,18	4.382,01	99,97	10.499,46	11.394,84
Aveia em grão	95,49	263,40	150,76	94,64	243,48	175,21
Banana	100,00	515,46	520,30	100,00	572,17	588,41
Batata-inglesa		164,67	166,76		2.335,42	2.462,40
1ª safra	100,00	97,91	99,48	100,00	1.357,46	1.436,35
2ª safra	100,00	58,82	59,34	100,00	805,46	853,56
3ª safra	54,51	7,94	7,94	54,38	172,50	172,50
Cacau	100,00	698,32	639,55	100,00	330,40	287,22
Café em coco	100,00	2.095,62	1.887,35	100,00	2.612,54	2.137,26
Cana-de-açúcar	100,00	4.344,54	4.513,79	100,00	292.070,45	300.610,72
Castanha de caju	100,00	627,56	644,98	100,00	126,25	177,28
Cebola	100,00	81,48	73,33	100,00	1.018,84	905,45
Centeio	97,40	4,13	2,47	97,60	4,07	3,22
Cevada	89,85	48,17	56,44	90,35	81,87	109,93
Coco-da-baía	100,00	232,38	236,09	100,00	902,22	922,57
Feijão em grão		5.329,03	4.988,57		3.220,25	2.973,48
1ª safra	100,00	2.922,27	2.630,16	100,00	1.676,89	1.395,11
2ª safra	97,01	2.250,00	2.202,38	97,81	1.363,63	1.409,90
3ª safra	68,94	156,75	156,03	60,44	179,73	168,48
Fumo em folha	100,00	319,10	308,57	100,00	518,98	496,16
Guaraná	100,00	7,25	7,40	100,00	2,01	2,15
Juta (fibra)	100,00	1,76	1,79	100,00	2,30	2,25
Laranja	100,00	895,79	910,61	100,00	87.091,09	93.335,97
Maçã	100,00	27,06	27,29	100,00	3.498,55	3.447,28
Malva (fibra)	100,00	10,01	5,25	100,00	16,21	8,21
Mamona	100,00	105,89	81,76	100,00	53,50	51,32
Mandioca	100,00	1.849,26	1.963,23	100,00	24.452,36	25.986,73
Milho em grão		13.747,74	14.039,70		32.487,40	36.194,13
1ª safra	100,00	12.325,34	12.400,68	99,98	30.170,57	33.100,03
2ª safra	100,00	1.422,40	1.639,02	100,00	2.316,83	3.094,10
Pimenta-do-reino	99,98	20,80	19,53	99,99	34,71	34,08
Sisal (sisal)	100,00	164,79	163,55	100,00	131,42	130,89
Soja em grão	100,00	11.514,43	11.546,90	100,00	24.912,35	25.791,36
Sorgo em grão	100,00	152,97	145,59	99,83	292,15	272,95
Tomate	100,00	61,56	59,41	99,96	2.678,15	2.535,06
Trigo em grão	95,47	1.287,03	937,30	96,46	2.018,28	1.641,07
Uva	100,00	60,10	58,78	100,00	806,61	794,02
		50.372,56	49.944,87			

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
As colunas "informantes" registram a participação das unidades da Federação que informam a área e a produção de cada produto em relação ao respectivo total do Brasil. Última previsão (junho de 1995).

EUA — morangos frescos

O maior produtor mundial de morangos frescos, em 1993/94 os EUA colheram safra 12% maior do que a precedente, devido ao elevado rendimento na lavoura, ditado pelas boas condições climáticas.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95[1] (em t)

Item	Produção	Importação	Exportação	Processamento	Consumo
1991/92	596.656	10.797	46.386	151.999	409.068
1992/93	656.621	14.227	46.293	197.630	426.925
1993/94	737.632	19.843	57.335	226.752	473.388
1994/95	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: USDA (junho de 1995).
[1] A comercialização se inicia em janeiro do segundo ano.
ND – Não disponível.

Espanha — morangos frescos

O maior exportador mundial de morangos frescos, a Espanha aumentou suas vendas 7% em 1993/94, devido à maior safra e à desvalorização da peseta espanhola.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95[1] (em t)

Item	Produção	Importação	Exportação	Processamento	Consumo
1991/92	189.700	192	104.293	20.000	65.599
1992/93	213.600	0	117.830	26.000	69.770
1993/94	219.400	0	125.000	34.000	60.400
1994/95	225.000	0	125.000	37.000	63.000

Fonte: USDA (junho de 1995).
[1] A comercialização se inicia em janeiro do segundo ano.

Japão — morangos frescos

O declínio de 4% na produção japonesa de 1994/95 é conseqüência da retração de longo prazo que se vem notando na agricultura japonesa, devido ao envelhecimento da população rural, à escassez da mão-de-obra no campo e aos usos alternativos da terra agricultável.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95[1] (em t)

Item	Produção	Importação	Exportação	Processamento	Consumo
1991/92	208.600	3.703	4	6.140	206.159
1992/93	208.600	3.549	3	6.080	206.066
1993/94	207.400	4.127	3	5.300	206.224
1994/95	200.000	7.000	3	4.000	202.997

Fonte: USDA (junho de 1995).
[1] A comercialização se inicia em outubro do primeiro ano.

Itália — morangos frescos

O aumento de 3% previsto na safra italiana 1994/95 deve-se ao crescimento de 2% na área colhida e ao avanço no rendimento potencial devido às temperaturas amenas durante o inverno.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95[1] (em t)

Item	Produção	Importação	Exportação	Processamento	Consumo
1991/92	145.000	7.485	46.780	15.000	90.705
1992/93	145.000	9.330	46.234	15.000	93.096
1993/94	155.000	11.000	64.000	15.000	87.000
1994/95	160.000	10.000	60.000	15.000	95.000

Fonte: USDA (junho de 1995).
[1] A comercialização se inicia em janeiro do segundo ano.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

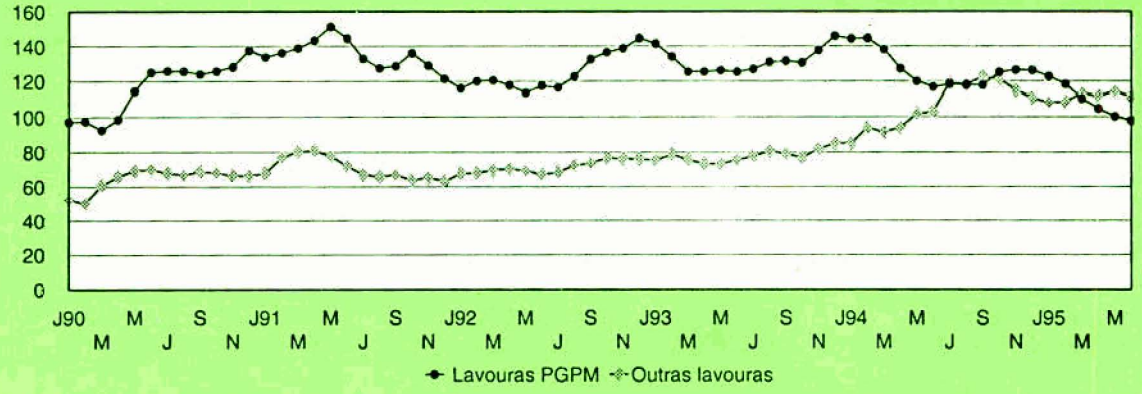
Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348
Maio 93	0,970	1,209	0,701	1,132	1,020
Jun.	1,277	1,569	0,943	1,470	1,337
Jul.	1,717	2,098	1,280	2,026	1,813
Ago.	2,371	2,886	1,777	2,852	2,520
Set.	3,234	3,975	2,388	3,808	3,412
Out.	4,306	5,332	3,138	4,799	4,459
Nov.	6,244	7,701	4,578	6,470	6,307
Dez.	8,935	11,109	6,471	8,927	8,913
Jan. 94	12,641	15,632	9,229	12,216	12,466
Fev.	18,735	22,305	14,478	16,425	17,879
Mar.	26,103	30,876	20,382	23,581	25,174
Abr.	35,845	40,526	29,942	33,022	34,806
Maio	50,354	53,874	45,587	46,378	48,890
Jun.	72,980	76,818	67,744	73,149	73,035
Jul.	97,452	97,111	97,989	96,121	96,984
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848
Nov.	110,429	114,424	104,110	115,871	112,339
Dez.	109,175	114,836	100,499	115,512	111,387
Jan. 95	107,853	113,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,896	110,407	101,215	107,540	107,190
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383
Abr.	104,519	101,611	108,367	102,424	103,866
Maio	103,289	97,682	111,640	100,989	102,563
Jun.	103,287	97,938	111,177	99,683	102,100

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Os preços das lavouras continuam sua trajetória descendente. As cotações do café, que sustentavam os índices das demais lavouras, caíram em junho.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores
Evolução dos índices corrigidos



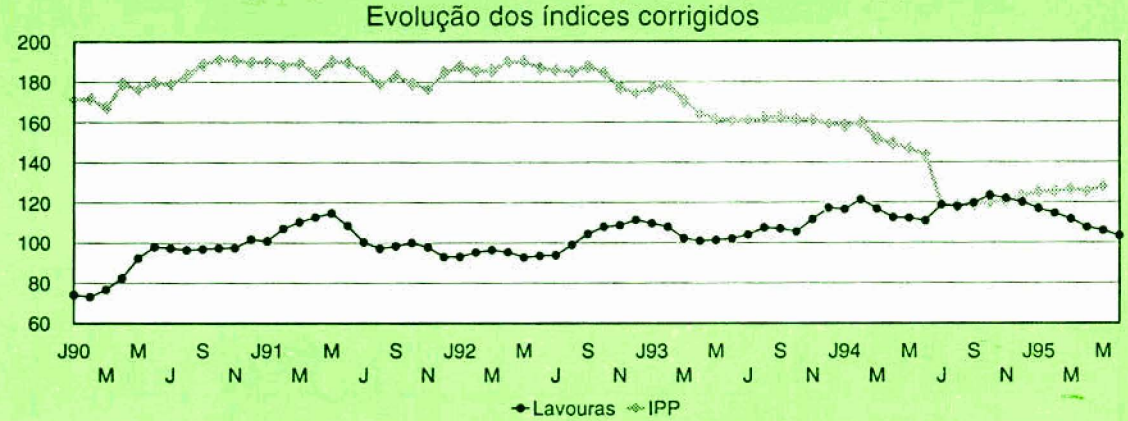
Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais
(base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,003	0,004	0,003	0,004	0,003	0,004	0,004
1991	0,017	0,020	0,018	0,017	0,013	0,020	0,018
1992	0,177	0,209	0,201	0,223	0,188	0,180	0,196
1993	3,584	3,765	3,916	4,157	4,010	3,705	3,829
1994	74,824	73,997	74,058	74,827	73,833	82,614	75,847
Maio 93	1,364	1,498	1,617	1,620	1,482	1,741	1,548
Jun.	1,857	1,910	2,136	2,189	2,062	2,031	2,007
Jul.	2,524	2,577	2,794	2,740	2,802	2,644	2,660
Ago.	3,411	3,494	3,668	3,907	3,792	3,349	3,571
Set.	4,615	4,761	4,972	5,253	5,113	4,949	4,913
Out.	6,152	6,449	6,650	7,161	6,943	6,404	6,582
Nov.	8,358	8,905	9,219	9,823	9,497	8,620	9,006
Dez.	11,533	11,981	12,275	13,122	13,053	11,182	12,103
Jan. 94	16,417	16,707	16,680	18,305	17,726	17,368	17,146
Fev.	24,387	24,387	24,562	25,332	24,634	24,710	24,626
Mar.	35,352	33,306	34,265	33,999	33,072	33,515	33,826
Abr.	49,184	45,979	48,026	48,162	47,570	46,985	47,426
Maio	67,446	66,388	68,037	63,333	64,876	64,852	65,812
Jun.	93,932	96,199	97,448	89,323	98,184	90,327	94,289
Jul.	97,496	98,627	99,945	96,465	99,932	95,074	97,841
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700
Nov.	104,794	103,058	100,304	108,168	100,000	134,784	109,203
Dez.	106,705	102,540	100,300	106,988	100,000	149,653	111,988
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	112,025	115,412
Fev.	105,949	104,451	102,151	110,674	100,000	169,459	116,800
Mar.	106,465	106,425	102,645	114,138	100,000	181,424	120,150
Abr.	106,137	108,584	104,105	115,115	100,000	186,274	121,854
Maio	105,837	108,301	104,061	118,547	100,000	199,198	124,695
Jun.	106,078	108,852	104,211	119,210	100,000	206,690	126,297

Em 1995 o IPP volta a registrar ascensão, deteriorando a relação de trocas das lavouras.

Brasil — preços recebidos e pagos pelos agricultores

Evolução dos índices corrigidos



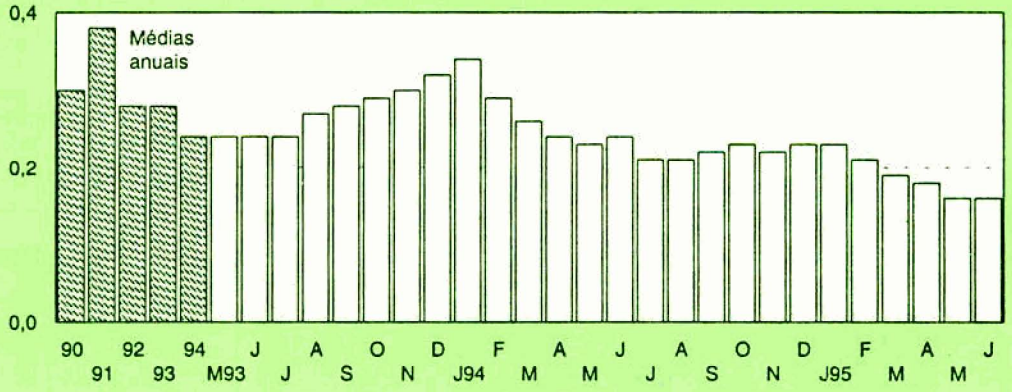
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de junho de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,58	0,50	0,30	0,39	0,46	19,35	0,77	16,82
1991	0,60	0,59	0,38	0,40	0,49	21,92	0,73	17,97
1992	0,53	0,41	0,28	0,29	0,32	21,71	0,63	18,66
1993	0,59	0,52	0,28	0,31	0,34	19,18	0,80	16,66
1994	0,54	0,42	0,24	0,35	0,48	18,39	1,25	15,63
Maio 93	0,59	0,56	0,24	0,30	0,49	17,02	0,67	15,81
Jun.	0,58	0,55	0,24	0,32	0,62	15,91	0,69	16,49
Jul.	0,56	0,52	0,24	0,36	0,47	18,72	0,76	16,67
Ago.	0,56	0,60	0,27	0,38	0,37	17,77	0,88	17,14
Set.	0,55	0,68	0,28	0,35	0,23	21,57	0,87	16,50
Out.	0,52	0,64	0,29	0,31	0,18	20,57	0,82	16,98
Nov.	0,53	0,57	0,30	0,27	0,25	22,70	0,85	17,49
Dez.	0,53	0,52	0,32	0,27	0,29	24,81	0,86	17,44
Jan. 94	0,55	0,45	0,34	0,28	0,34	20,96	0,83	17,25
Fev.	0,60	0,39	0,29	0,30	0,52	20,77	0,92	18,70
Mar.	0,63	0,41	0,26	0,33	0,51	20,91	0,91	17,48
Abr.	0,63	0,37	0,24	0,33	0,66	19,81	0,97	17,93
Maio	0,66	0,40	0,23	0,35	0,56	22,28	1,26	17,74
Jun.	0,62	0,42	0,24	0,36	0,41	23,42	1,41	17,66
Jul.	0,50	0,38	0,21	0,32	0,38	17,91	1,68	14,17
Ago.	0,47	0,39	0,21	0,37	0,40	17,13	1,54	13,72
Set.	0,47	0,40	0,22	0,37	0,57	15,51	1,57	13,57
Out.	0,46	0,48	0,23	0,39	0,54	14,05	1,47	13,44
Nov.	0,46	0,49	0,22	0,40	0,50	14,08	1,32	12,95
Dez.	0,46	0,47	0,23	0,41	0,43	13,80	1,16	13,02
Jan. 95	0,47	0,45	0,23	0,43	0,43	14,64	1,09	12,65
Fev.	0,46	0,41	0,21	0,42	0,41	15,13	1,12	12,56
Mar.	0,46	0,32	0,19	0,45	0,38	17,18	1,20	12,33
Abr.	0,46	0,35	0,18	0,52	0,34	17,02	1,16	11,95
Maio	0,43	0,34	0,16	0,52	0,44	17,64	1,18	12,25
Jun.	0,40	0,34	0,16	0,55	0,54	16,24	1,07	12,20

Uma boa safra e importações contribuem para o declínio das cotações.

Brasil — preços recebidos — arroz

(Em R$ de junho de 1995/kg)



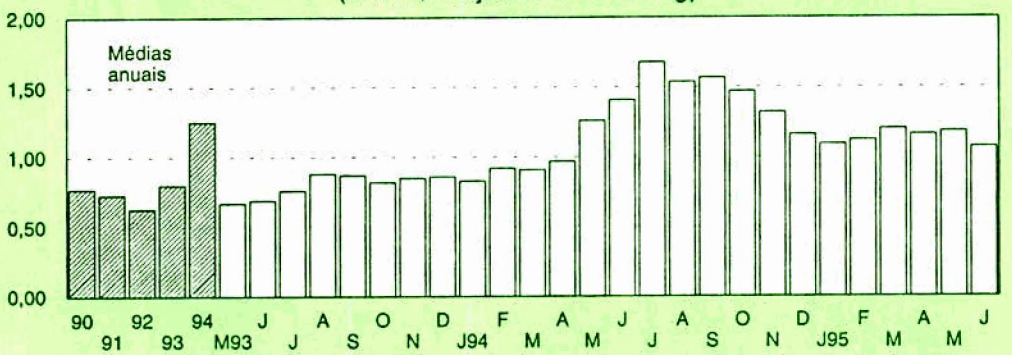
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,89	1,98	4,13	0,20	59,78	0,24	0,54	0,19
1991	0,89	2,06	3,17	0,21	71,60	0,30	0,46	0,19
1992	0,69	2,85	3,12	0,19	80,93	0,31	0,43	0,23
1993	0,86	2,56	2,47	0,20	80,31	0,30	0,41	0,21
1994	0,96	1,99	3,02	0,20	52,40	0,24	0,46	0,16
Maio 93	1,02	2,60	2,47	0,18	83,91	0,27	0,43	0,22
Jun.	0,96	2,57	2,03	0,18	82,64	0,27	0,54	0,22
Jul.	0,79	2,60	1,84	0,18	77,96	0,32	0,42	0,21
Ago.	0,79	2,44	1,96	0,20	66,82	0,33	0,35	0,21
Set.	0,81	2,41	2,10	0,20	67,87	0,31	0,27	0,20
Out.	0,79	2,46	2,13	0,20	70,85	0,31	0,28	0,19
Nov.	0,93	2,44	2,74	0,22	70,12	0,32	0,32	0,19
Dez.	1,07	2,59	3,17	0,23	70,76	0,33	0,46	0,19
Jan. 94	1,07	2,30	3,83	0,22	69,40	0,32	0,57	0,18
Fev.	1,42	2,29	3,93	0,18	76,24	0,32	0,48	0,18
Mar.	1,74	2,20	3,50	0,16	64,21	0,28	0,48	0,16
Abr.	1,45	2,14	3,31	0,16	53,35	0,27	0,42	0,17
Maio	0,98	2,29	2,72	0,16	45,86	0,27	0,33	0,17
Jun.	0,76	2,33	2,62	0,15	44,03	0,28	0,25	0,17
Jul.	0,67	1,84	2,29	0,13	34,17	0,21	0,24	0,15
Ago.	0,61	1,78	2,26	0,13	43,81	0,20	0,41	0,14
Set.	0,60	1,72	2,54	0,13	45,02	0,20	0,69	0,14
Out.	0,78	1,68	2,81	0,14	44,56	0,19	0,69	0,15
Nov.	0,75	1,69	3,09	0,14	52,60	0,19	0,53	0,14
Dez.	0,67	1,68	3,40	0,14	55,52	0,19	0,43	0,15
Jan. 95	0,61	1,73	3,68	0,13	62,86	0,18	0,29	0,15
Fev.	0,60	1,72	3,09	0,12	65,14	0,18	0,39	0,15
Mar.	0,60	1,69	3,44	0,11	67,27	0,16	0,51	0,15
Abr.	0,57	1,66	3,41	0,10	65,06	0,14	0,60	0,14
Maio	0,52	1,66	3,07	0,10	68,08	0,13	0,61	0,14
Jun.	0,46	1,65	2,52	0,11	68,71	0,13	0,60	0,13

Previsões de uma safra melhor do que as estimativas contribuíram para o declínio dos preços recebidos pelos cafeicultores.

Brasil — preços recebidos — café

(Em R$ de junho de 1995/kg)



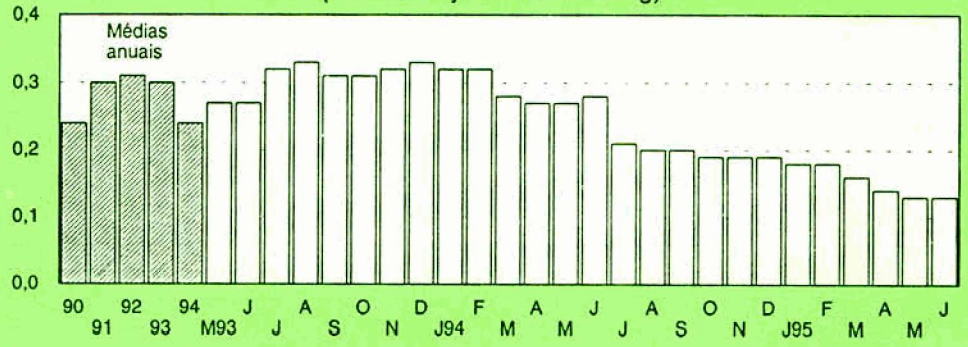
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,78	0,29	1,39	0,21	0,37	190,78	38,87	935,98
1991	0,46	0,24	1,14	0,21	0,33	169,00	35,83	754,78
1992	0,49	0,25	0,94	0,19	0,28	154,02	34,19	645,97
1993	0,50	0,29	1,02	0,20	0,24	166,00	36,23	689,40
1994	0,35	0,27	1,45	0,22	0,12	171,58	31,76	768,05
Maio 93	0,76	0,30	0,79	0,20	0,53	168,82	33,25	690,74
Jun.	0,70	0,37	0,84	0,22	0,00	159,30	31,44	688,19
Jul.	0,51	0,33	0,95	0,21	0,00	154,94	33,50	676,79
Ago.	0,54	0,30	0,93	0,18	0,00	163,29	40,37	703,20
Set.	0,34	0,30	1,32	0,18	0,00	168,54	40,27	708,75
Out.	0,19	0,34	1,31	0,18	0,00	160,10	37,41	705,84
Nov.	0,22	0,31	1,45	0,20	0,00	162,34	37,09	703,62
Dez.	0,16	0,27	1,08	0,20	0,00	160,97	37,30	690,75
Jan. 94	0,19	0,28	1,03	0,20	0,41	166,59	36,69	696,12
Fev.	0,37	0,30	0,97	0,22	0,38	166,02	33,80	673,44
Mar.	0,41	0,34	1,02	0,27	0,34	168,44	34,04	665,47
Abr.	0,35	0,35	1,53	0,28	0,34	169,99	33,28	685,59
Maio	0,41	0,31	1,83	0,27	0,00	171,44	29,55	735,99
Jun.	0,33	0,29	1,35	0,22	0,00	189,34	35,80	822,28
Jul.	0,35	0,21	1,50	0,17	0,00	159,87	26,95	712,68
Ago.	0,32	0,21	1,59	0,15	0,00	167,69	27,75	755,78
Set.	0,30	0,22	1,57	0,19	0,00	170,01	27,46	790,89
Out.	0,40	0,23	1,69	0,22	0,00	177,95	31,53	852,57
Nov.	0,38	0,22	1,72	0,23	0,00	177,28	33,19	892,07
Dez.	0,40	0,23	1,64	0,23	0,00	174,41	31,05	933,69
Jan. 95	0,39	0,24	1,52	0,23	0,56	165,26	27,38	883,04
Fev.	0,44	0,24	1,57	0,25	0,41	164,25	26,52	872,44
Mar.	0,42	0,24	1,63	0,26	0,47	157,55	25,30	844,68
Abr.	0,44	0,25	1,75	0,26	0,00	149,03	23,73	800,64
Maio	0,47	0,24	1,65	0,24	0,57	141,82	22,47	780,93
Jun.	0,68	0,24	1,64	0,23	#N/D	131,43	21,29	751,54

Uma safra abundante e taxa de câmbio sobrevalorizada reduzem a rentabilidade da atividade.

Brasil — preços recebidos — soja

(Em R$ de junho de 1995/kg)



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1995/unidade)

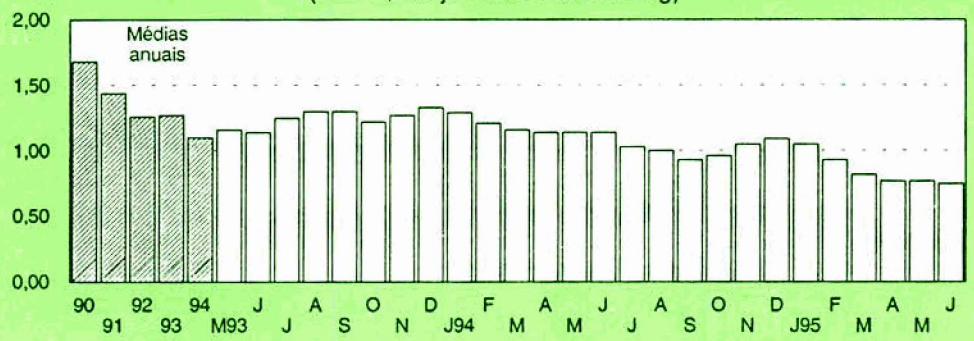
Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	574,32	23,23	1,68	0,39	34,76	1,04	3,91	357,31
1991	471,93	22,23	1,44	0,37	20,53	0,91	4,58	308,91
1992	402,84	19,26	1,26	0,35	32,51	0,89	2,95	287,64
1993	428,85	21,52	1,27	0,36	27,01	0,99	3,07	301,54
1994	467,28	17,79	1,10	0,29	28,62	0,84	3,18	302,92
Maio 93	425,64	19,73	1,16	0,40	24,36	1,09	2,99	286,05
Jun.	415,86	20,77	1,14	0,41	21,72	1,12	3,03	276,33
Jul.	409,18	21,45	1,25	0,42	21,63	1,07	3,20	279,93
Ago.	435,86	21,17	1,30	0,40	25,76	1,03	3,38	303,35
Set.	440,76	21,00	1,30	0,38	26,36	0,92	3,31	319,24
Out.	436,49	20,34	1,22	0,35	24,18	0,84	3,17	313,12
Nov.	440,78	20,99	1,27	0,33	25,06	0,77	3,27	302,34
Dez.	435,00	23,10	1,33	0,31	24,41	0,82	3,19	312,03
Jan. 94	437,26	20,34	1,29	0,30	27,42	0,83	3,04	306,66
Fev.	431,18	18,36	1,21	0,29	25,53	0,87	2,80	299,10
Mar.	423,18	18,26	1,16	0,28	26,18	0,91	2,85	307,24
Abr.	423,53	16,67	1,14	0,28	27,89	0,93	2,89	310,45
Maio	459,48	16,57	1,14	0,31	29,03	0,93	3,14	290,78
Jun.	495,67	18,38	1,14	0,31	29,52	0,94	3,36	329,08
Jul.	427,12	15,91	1,03	0,28	27,02	0,89	2,99	278,24
Ago.	465,27	15,89	1,00	0,28	26,74	0,86	3,15	288,14
Set.	477,11	16,90	0,93	0,29	28,94	0,78	3,23	291,02
Out.	506,44	17,96	0,96	0,28	32,08	0,69	3,42	305,71
Nov.	521,38	18,60	1,05	0,29	30,98	0,72	3,51	316,56
Dez.	539,67	19,61	1,09	0,29	32,12	0,73	3,76	312,02
Jan. 95	504,79	19,12	1,05	0,29	33,95	0,74	4,31	287,27
Fev.	491,88	17,72	0,93	0,28	32,32	0,70	4,49	286,91
Mar.	473,12	16,64	0,82	0,27	33,17	0,65	4,61	273,47
Abr.	487,58	15,63	0,77	0,28	32,77	0,63	4,70	256,27
Maio	443,81	14,60	0,77	0,29	33,40	0,62	4,96	243,85
Junho	412,37	13,54	0,75	0,28	32,11	0,62	5,19	228,56

Fontes dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.

Apesar da relativa estabilidade dos preços do frango, os avicultores estão sendo prejudicados por um aumento na cotação do milho.

Brasil — preços recebidos — frango

(Em R$ de junho de 1995/15kg)



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 20 de julho e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de agosto de 1995.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Julho 1994	Junho 1995	1 a 19 Julho 1995	15 a 19 Julho 1995	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,73	11,94	9,28	9,81				9,28					9,13		9,17		↘	A produção agrícola nos grandes países produtores parece transcorrer sem problemas. A decisão do governo brasileiro de voltar atrás no aumento das alíquotas de exportação certamente pesará no mercado.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	71,22	111,98	79,78	77,86				79,78		76,12			77,12		78,03		↘	As projeções para o balanço mundial de oferta e demanda de algodão para a safra 1995/96 são de um superávit de 4,52 milhões de fardos, em função da perspectiva de boa produção nos EUA, Índia e Paquistão.
Cacau Bahia US$/tonelada	1.405,86	1.299,57	1.134,58	1.247,25	1.134,58		1.151,00			1.179,50			1.205,17		1.228,67		↘	No ano, as cotações já acumulam queda de mais de 11%. Além das perspectivas de boa safra na Costa do Marfim (maior produtor mundial), as moagens alemãs se retraíram bastante no segundo semestre de 1995. O clima na Costa do Marfim será o grande balizador do mercado.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	216,81	148,41	135,88	140,30	135,88		135,46			135,14			134,59		134,87		→	A safra brasileira de 1995/96, prejudicada pela geada e pela seca de 1994, deverá ser ainda menor em razão da renda do beneficiamento, que vem apresentando resultados surpreendentemente baixos. Entretanto, importadores sustentam estratégia de compras da mão para a boca.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

SOLICITO

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

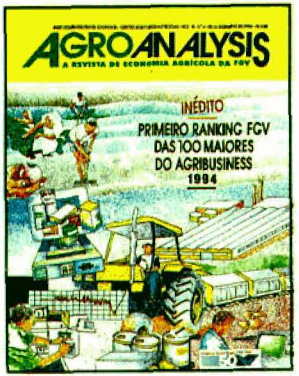
Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
Rio de Janeiro — CEP 22253-900

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — TEL: (021) 536-9196 — FAX: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Julho 1994	Junho 1995	1 a 19 Julho 1995	15 a 19 Julho 1995	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Milho two yellow US¢/ bushel	223,98	260,72	283,27	291,65	283,27		286,31			288,04			292,94		295,33		↗	O USDA apontou nova queda na produção norte-americana de 1995/96, para 217,8 milhões de toneladas. O estoque final, de 18,4 milhões de toneladas é o menor dos últimos 20 anos.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	604,01	589,74	614,27	624,88	614,27	615,67	619,15		625,96		632,02		638,17				↗	A divulgação, no relatório de julho do USDA, da redução de 3 milhões de toneladas nos estoques mundiais, trouxe maior sustentação ao mercado.
Soja-farelo US$/ tonelada	180,93	172,20	177,89	182,22	177,89	179,32	181,47	186,93		186,89	188,18						↗	A previsão do consumo mundial em 1995/96 aumentou para 29,92 milhões de toneladas, total superior ao de 1994/95.
Trigo soft red US¢/ bushel	323,50	397,48	432,09	439,51	444,52		440,77			408,92			373,83				↗	Embora o aumento esperado na produção mundial (3,9%) seja um fator baixista, é bastante positiva a estimativa de queda de 6,2% nos estoques mundiais do produto.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	92,09	100,92	94,59	95,13	94,59		97,65		99,03		102,10		104,48		107,14		↘	A produção brasileira de laranjas em 1995/96 deverá ficar 8% acima da expectativa inicial e a produção de suco foi calculada em 930 mil toneladas, 7% acima do obtido em 1994/95.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para junho de 1995. Os preços de julho são nominais.

Produtos / Preços	Julho 1994	Junho 1995	1 a 19 Julho 1995	15 a 19 Julho 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	27,05	21,55	21,52	21,58	→	Há uma tendência natural de elevação de preços devido à entressafra. A crise de liquidez no mercado interno, entretanto, estimula as importações, muito facilitadas devido aos prazos dilatados de pagamento (até seis meses), contrabalançando o primeiro fator.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	33,86	25,64	26,58	26,67	→	Agentes do mercado atacadista paulista trabalham com uma expectativa de contenção das cotações em agosto, em função da possibilidade de o governo leiloar seus estoques. Este fato afastaria a possibilidade de comprometimento do plano de estabilização econômica pela ascensão dos preços da cesta básica.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	246,19	149,85	135,54	138,72	→	— A renda do beneficio do café em coco da safra brasileira revela-se bem menor do que o esperado. O governo brasileiro reitera anúncio de liberação de recursos para financiamento. — Mercado externo permanece fraco.
Boi gordo R$/arroba	26,54	21,85	25,00	25,00	→	Vários fatores apontam para uma acomodação do mercado nos patamares atuais de preços: expansão da produção de carnes em geral (frangos, suínos e carne bovina), exportações desestimuladas pela defasagem cambial, facilidade de importações, sobretudo no Mercosul (com prazos de até 90 dias), e estabilidade no consumo.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos / Preços	Julho 1994	Junho 1995	1 a 19 Julho 1995	15 a 19 Julho 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	51,90	26,95	26,00	26,00		Há uma pressão baixista sobre o mercado em função das remessas das safras irrigadas de Goiás, Tocantins, Minas Gerais e São Paulo. Além disso, os preços muito favoráveis do frango, carne, macarrão e ovos estimulam um deslocamento da demanda alimentar em direção a estes produtos, em detrimento do feijão. Qualquer mudança nestes preços relativos, no entanto, poderá alterar rapidamente esta tendência.
Frango vivo R$/kg	0,71	0,55	0,56	0,56		Avanço da entressafra de milho e soja e indefinição quanto à tendência do plantio em 1995/96 aquecem os preços destes insumos avícolas, ao mesmo tempo em que a entressafra bovina leva a aumento da procura da ave.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	9,33	6,72	7,33	7,38		Apesar do elevado estoque existente, as cotações do milho sofrem o aumento sazonal da entressafra, movimento sustentado também pela demanda garantida dos setores avícola e suinícola.
Soja-grão industrial R$/60kg	15,22	9,95	10,69	11,13		Encerrando-se a comercialização, espera-se recuperação do preço, embora pesem as incertezas do mercado externo e o governo esteja leiloando seu produto "egefado".

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO



VOCÊ SABE ONDE CONSEGUIR INFORMAÇÕES ECONÔMICAS?

O Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas possui mais de 10 anos de experiência nesta atividade e oferece a seus usuários diversos serviços de informação econômica.

BANCO DE DADOS *ON-LINE*

O ARIES *ON-LINE* é um serviço de banco de dados que permite ao assinante o acesso *on-line* a duas bases de dados numéricas sobre a economia brasileira.

As consultas podem ser feitas através da Renpac, rede de telefonia pública ou telex.

CONJUNTURA ELETRÔNICA

CONJUNTURA ELETRÔNICA é um sistema de armazenamento e recuperação em disquete contendo 500 séries históricas indispensáveis para o acompanhamento da realidade econômica brasileira. O serviço é prestado sob a forma de assinatura anual com entregas mensais de disquetes contendo as atualizações da base de dados.

SERVIÇO AVULSO

No ARIES AVULSO os pedidos podem ser tanto para fornecimento de um único dado quanto de séries históricas.

A solicitação, sem a necessidade de cadastramento prévio do cliente, pode ser feita por fax ou pelo correio.

SERVIÇO DE ALERTA

O ARIES ALERTA permite ao usuário cadastrado selecionar o perfil dos indicadores econômicos que deseja incluir no seu alerta.

Os relatórios do alerta são enviados por fax ou pelo correio.

CÁLCULOS ECONÔMICOS

Além do fornecimento de dados, podem ser solicitados CÁLCULOS ECONÔMICOS tais como atualizações monetárias e mudanças de bases de números índices.

Recorrendo à produção de dados da própria FGV ou selecionando informações junto às principais fontes estatísticas, o Banco de Dados atua nos seguintes assuntos:

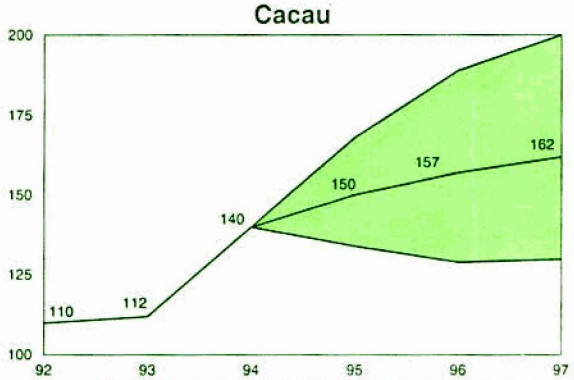
- Agropecuária
- Contas Nacionais
- Economia Internacional
- Emprego e Rendimento
- Empresas
- Energia
- Indicadores Financeiros
- Índices de Preços
- Indústria
- Setor Externo
- Vendas

FGV/IBRE/Banco de Dados
Praia de Botafogo, 190 — Sala 830 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 22253-900 — Tels: (021) 551-9099 - 536-9346
Fax: (021) 536-9486

Projeção de preços do Banco Mundial

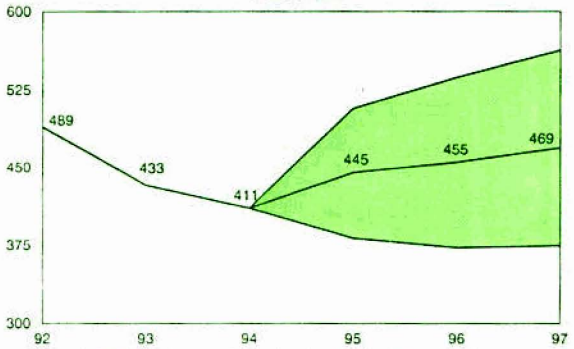
O Banco Mundial publicou, em maio último, nova edição de seu trabalho *Commodity markets and developing countries*. Além de uma análise dos principais mercados de commodities, o Banco divulga projeções, em análises gráficas do período compreendido entre 1992 e 1997, de diversas mercadorias, algumas de grande interesse para o Brasil, com uma distribuição de probabilidade de 70%, em relação a uma tendência do período.

Cacau



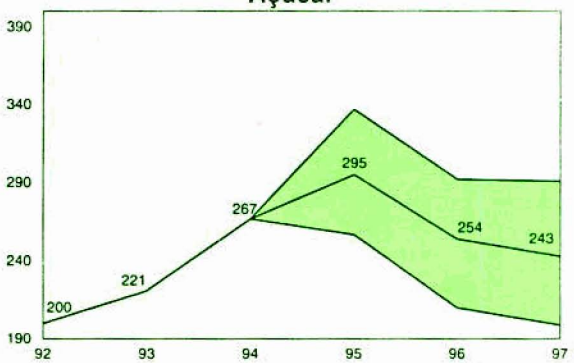
Notas: USc/kg. Preço médio diário, Nova York e Londres, três meses mais próximos dos futuros.

Laranja



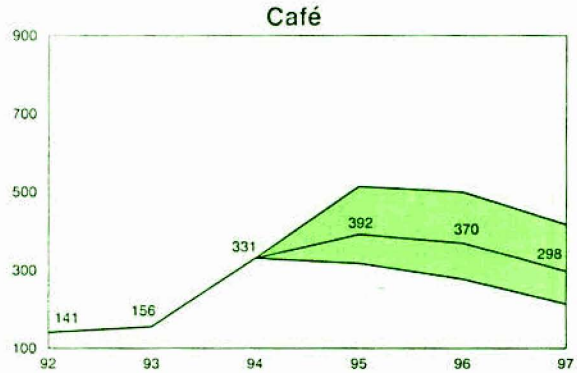
Notas: US$/t. Exportadores mediterrâneos, preço indicativo de importação da União Européia, CIF Paris.

Açúcar



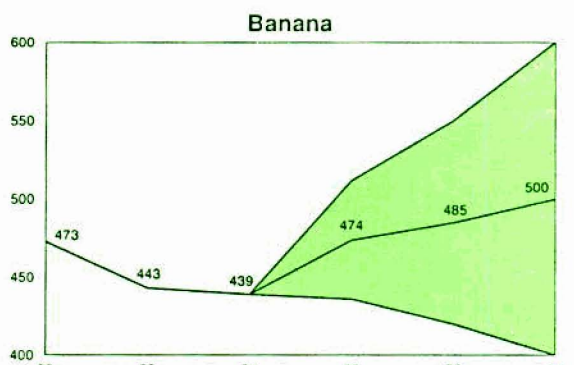
Notas: US$/t. Preço diário ISA, FOB portos importantes do Caribe.

Café



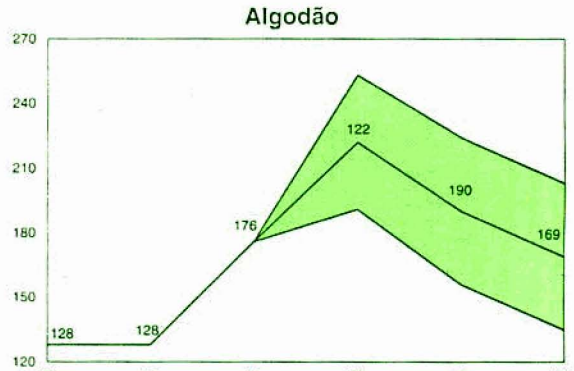
Notas: USc/kg. Preço indicativo OIC, outros arábicas, média dos mercados de Nova York e Bremen/Hamburgo, pronto embarque.

Banana



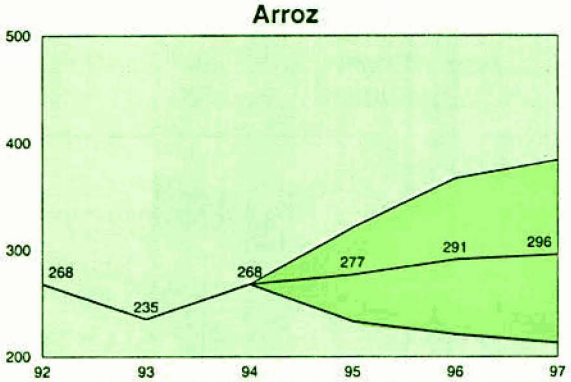
Notas: US$/t. América Central e América do Sul, 1ª qualidade, preço do importador, FOB portos dos EUA.

Algodão



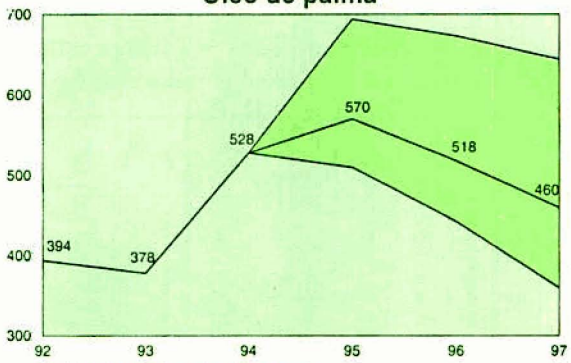
Notas: USc/kg. Produto mediano (1 3/32"), CIF Europa.

Arroz



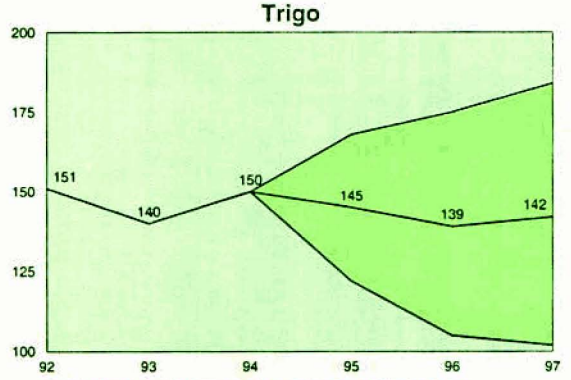
Notas: US$/t. Tailandês, branco, beneficiado, 5% quebrados, padrões do governo, FOB Bangcoc, preços de export. do Cons. de Exportação.

Óleo de palma



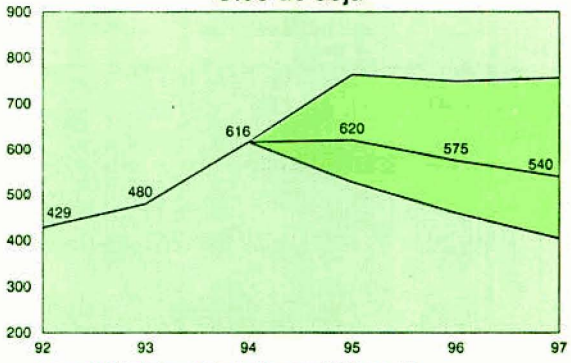
Notas: US$/t. Malaio, 5%, CIF Europa.

Trigo



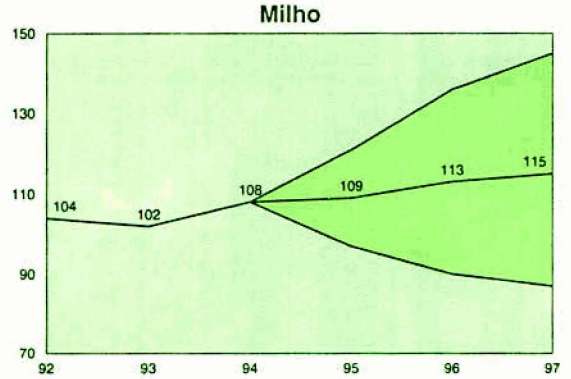
Notas: US$/t. Canadense, nº 1 Western Red Spring, 13,5%, armazenado em Thunder Bay.

Óleo de soja



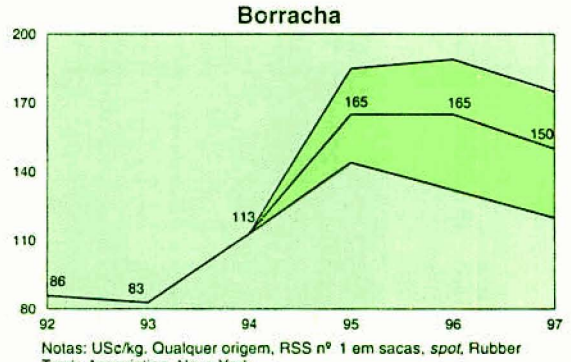
Notas: US$/t. Países Baixos, óleo cru, FOB, ex-mill.

Milho



Notas: US$/t. Norte-americano, nº 2, amarelo, FOB Golfo.

Borracha



Notas: USc/kg. Qualquer origem, RSS nº 1 em sacas, *spot*, Rubber Trade Association, Nova York.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Linha direta com o assinante



Você liga e recebe todas as informações que desejar sobre sua assinatura, números atrasados, lançamentos e reedições de livros. Você pode também dar sugestões, tirar dúvidas...

Entre em contato com nossa central de atendimento, um serviço para deixar você sempre atualizado sobre toda a programação editorial da FGV.

(021) 536-9196

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EDITORA
Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
22253-900 — Rio de Janeiro— RJ
Fax: 551-0948/551-1596

Poema — Uma perspectiva de sustentabilidade para os camponeses da Amazônia



THOMAS MITSCHEIN

Nas condições socioeconômicas atuais da Amazônia brasileira, as famílias dos pequenos produtores rurais vivem literalmente entre a cruz e a espada. De um lado, o agroextrativismo que tradicionalmente praticavam começou a ser inviabilizado, na medida em que, no decorrer da ocupação da região, avançavam a especulação e a concentração fundiárias, a transformação das florestas em pastagens, a expansão da indústria madeireira etc. Essa é hoje uma atividade que mal alimenta aqueles que a exercem, e menos ainda dá acesso às aspirações da sociedade de consumo, veiculadas pelos meios de comunicação.

Por outro lado, no que diz respeito à migração para as cidades, uma opção adotada por crescentes segmentos populacionais das zonas rurais, ela termina, de modo geral, nas favelas e no mercado informal de trabalho, uma vez que os municípios não estão, nem de longe, preparados para este inchaço de seus núcleos urbanos.

Partindo do princípio de que a reversão deste quadro desolador, ao qual a maior parte da população do interior está sujeita, representa uma *conditio sine qua non* para poder frear as tendências da destruição socioambiental que estão em andamento no contexto regional, o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em cooperação com outras instituições públicas e entidades não-governamentais, está incentivando em diversas microrregiões do estado do Pará (Marajó, Baixo Tocantins, Sul do Pará etc.), em nível comunitário e municipal, formas inovadoras de organização social e de geração participativa de tecnologias apropriadas que:

- priorizem a satisfação das necessidades básicas e fortaleçam a capacidade de autogestão das populações envolvidas;
- fomentem formas sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis;
- abram oportunidades de geração de ocupação e elevação da renda familiar;
- forneçam subsídios para que as administrações municipais, no âmbito das instâncias estatais — as virtualmente mais democráticas —, possam se relacionar de maneira prática com a opção pela sustentabilidade.

Trabalhando a partir de um enfoque interdisciplinar, o Poema reúne atividades de saneamento básico, saúde, educação, nutrição, agrossilvicultura, beneficiamento de produtos naturais, processamento de alimentos, planejamento municipal e cooperação técnico-científica.

No que diz respeito à questão da geração de ocupação e de renda, uma das preocupações fundamentais é a criação de *linkages* entre agrossilvicultura e o beneficiamento de produtos naturais. Na medida em que a implantação de sistemas agroflorestais — que são adaptáveis aos diversos ecossistemas amazônicos, apresentam um elevado grau de biodiversidade, levam em conta o potencial da força de trabalho familiar, e proporcionam produção e receitas dessazonalizadas — se interliga com iniciativas que visem a diminuição dos elos de intermediação na cadeia de comercialização, os agricultores conseguem, sem dúvida nenhuma, obter ganhos maiores. No entanto, devido à expressiva defasagem entre os preços das matérias-primas que eles oferecem ao mercado e os bens industrializados que precisam adquirir, sustentabilidade econômica para o sujeito em questão significa ter acesso a tecnologias apropriadas, com as quais possa beneficiar os frutos do seu trabalho agrossilvicultural.

Em Marajó, no município de Ponta de Pedras, o Poema se relacionou com este desafio mediante a implantação de duas unidades de beneficiamento, que envolvem a obtenção de fibras naturais a partir da casca de coco e sua transformação em encostos de cabeça para caminhões. Implantadas em parceria com a Mercedes Benz do Brasil, as unidades são administradas pela Associação dos Produtores da Comunidade de Praia Grande, que criou, com a Pronamazon, uma empresa própria.

No que concerne à produção das fibras, ela está sendo realizada na própria comunidade, por meio de um sistema de rodízio, que compatibiliza o trabalho na unidade de beneficiamento com as atividades agrossilviculturais. Os encostos de cabeça, por sua vez, estão sendo produzidos, no Núcleo Urbano de Ponta de Pedras, por empregados que trabalham em tempo integral. Com recursos oriundos do Banco da Amazônia, a capacidade mensal de produção dos encostos está sendo duplicada, até o início de setembro deste ano, para 2.200 unidades, o que aumenta, ao mesmo tempo, o número das comunidades envolvidas na obtenção das fibras.

Convém ressaltar, finalmente, que as tendências de substituição de insumos sintéticos por insumos naturais, que se devem, em grande parte, às necessidades de reciclagem nos países altamente industrializados, abrem para o contexto amazônico perspectivas viáveis para *linkages* sustentáveis entre agrossilvicultura e o beneficiamento de produtos naturais como fibras, óleos, corantes etc. que oferecem para o conjunto dos pequenos produtores rurais novas e promissoras oportunidades econômicas.

Ou seja: o exemplo de Praia Grande como experiência piloto pode ser disseminado em larga escala na Amazônia, na medida em que parcerias entre entidades científicas da própria região, populações pobres e suas respectivas associações, empresas (inter)nacionais, bancos de fomento, instituições municipais etc. se tornarem regra, e dispuserem do apoio explícito das instâncias políticas que definem os caminhos da política regional.

Thomas A. Mitschein é sociólogo, coordenador geral do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema) e professor na Universidade Federal do Pará.

BRASIL: A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- A ECONOMIA LATINO-AMERICANA PÓS-CRISE MEXICANA
  Sebastian Edwards
- O ESTADO E O SETOR PRIVADO NO BRASIL
  Geoffrey Shepherd e Paul Holden
- PRIVATIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO: A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL
  Hernán Büchi
- O BRASIL E A CRISE MEXICANA
  Carlos Geraldo Langoni
- O MILAGRE ASIÁTICO
  John Page
- CUSTOS DE TRANSAÇÕES NO BRASIL
  Omar Carneiro da Cunha
- POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO E LIBERALIZAÇÃO EM ECONOMIAS SEMI-ABERTAS
  Robert Mundell
- INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA E INFLAÇÃO: O CASO BRASILEIRO
  Valeriano Garcia

Mais um lançamento da série que vem sendo publicada pelo Comitê de Cooperação Empresarial e pelo Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas, reunindo artigos de personalidades do meio acadêmico, político e empresarial.



Publicações anteriores

- **BRASIL: O DESAFIO DA ABERTURA ECONÔMICA**
- **OS NOVOS BLOCOS ECONÔMICOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**
- **A ECONOMIA MUNDIAL EM TRANSFORMAÇÃO**

INFORMAÇÕES

Editora da Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo 190 - 6° andar
22253-900 - Rio de Janeiro/R.J.
(021) 551-0698 e 536-9196
Fax: (021) 551-7801 e 551-5755

INFORMAÇÕES MACROECONÔMICAS

O Centro de Estudos de Economia e Governo da Fundação Getulio Vargas elabora um conjunto de informações macroeconômicas, com o objetivo de ilustrar de forma atualizada o comportamento dos diversos setores da economia brasileira. As informações estarão disponíveis mensalmente em disquete.

Para maiores informações entrar em contato com Marina pelo telefone:
(021) 536-9163
Fax: (021) 551-3549

INDICADORES INTERNOS

Inflação — taxas anualizadas.

Indicadores de liquidez — base monetária, meios de pagamento e seus componentes em termos nominais e reais.

Tesouro Nacional — execução orçamentária, balanço orçamentário, execução financeira e ICMS.

Salário — relações entre salário mínimo e salário médio FIESP.

INDICADORES EXTERNOS

Balança comercial — exportação, importação, saldo e projeção da balança comercial — dados sazonalizados e dessazonalizados.

Índices de taxas reais de câmbio e da taxa efetiva real — relação da moeda nacional com as moedas dos países da OCDE e do Mercosul, considerando-se as respectivas inflações interna e externa, tendo como deflatores IPA-PI, IPA-DI, IPC-Brasil e salário médio FIESP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA